

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**As Bênçãos de Deus:  
a seca como elemento educador para o trabalho  
(1877-1880)**

**Jeovah Lucas da Silva**

Jeovah Lucas da Silva

**As Bênçãos de Deus:  
a seca como elemento educador para o trabalho  
(1877-1880)**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
História Social da Universidade  
Federal do Ceará como requisito  
parcial à obtenção do título de  
Mestre em História.

Universidade Federal do Ceará  
Fortaleza, 2003.

## FICHA CATALOGRÁFICA

S173e Silva, Jeovah Lucas da

As Bençãos de Deus: a seca como elemento educador para o trabalho (1877-1880). Fortaleza, 2003.

140 p. . il.

Orientador: Frederico de Castro Neves

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará

Seca – trabalho; Fortaleza – cotidiano; História Social  
I. Neves, Frederico de Castro; II. Universidade Federal do Ceará; III. Título

As Bênções de Deus:  
a seca como elemento educador para o trabalho (1877-  
1880)

Dissertação defendida e aprovada em, 12 / 09 de 2003

Banca Examinadora



Professor Dr. Frederico de Castro Neves (UFC – Orientador)



Professora Dr.ª Ivone Cordeiro Barbosa (UFC)



Professora Dr.ª Gabriela dos Reis Sampaio (UFBA)

À  
Gleyce  
(Gleyciana Cidade)

Pelo constante incentivo  
e infinita ajuda.

## Agradecimentos

Ao longo do período de minha graduação e mestrado, sou devedor a muitas pessoas que contribuíram comigo de diferentes formas e em momentos distintos. Mas, a nenhuma devo tanto quanto à minha mãe, D. Raimunda, pelo que sou muito grato.

Impagável é minha dívida com Gleyce, que não se limitou apenas ao incentivo, dando-me a mais preciosa ajuda, sempre em momentos decisivos e, por vezes, em detrimento de seus próprios interesses. Ajudou-me em todos os momentos da minha, sempre com o mais vivo interesse e especial alegria. Foi uma colega de curso, e de turma, que virou uma grande companheira na vida. Com certeza, esta dissertação também é dela.

Ao amigo-irmão Márcio Alves, que, com insistência, convenceu-me a estudarmos em dupla para o vestibular, pegando carona na minha disciplina de estudo, e eu, no seu conhecimento e inteligência, sou imensamente grato. Por ter sempre contribuído comigo, inúmeras vezes e de muitas formas, e por termos compartilhado tantos momentos de nossas vidas desde a adolescência, é que o tenho como irmão. À D. Rosa, sua mãe, agradeço a hospitalidade que, muitas vezes, fugiu à que se oferece a uma visita.

Aos amigos Carlos Augusto de Almeida Júnior, sua esposa Maria Digna, Cláudio Almeida, Murilo Domingos, Bernardino Fonseca, o Bernar, e Augusto César Tavares, agradeço o apoio constante, a convivência fraterna e a solidariedade que, sem exceção, sempre marcou as suas personalidades ao longo de tantos anos.

Ao amigo Douglas Derarovsky, e, mais recentemente, à sua esposa Josy, agradeço o apoio que vem desde a adolescência, sempre presente em momentos importantes.

À professora Inalda Santos, e seu esposo Élis, agradeço o incentivo e a solidariedade.

À professora Eliene Baltazar Ribeiro, amiga que muito contribuiu comigo em diversos momentos, agradeço.

Na minha turma de graduação em História encontrei incentivo e apoio nos amigos Gagarin da Silva Lima, que tantas vezes compartilhamos as mesmas angústias, e no poeta Francélio Figueredo, que generosamente tem compartilhado comigo a sua poesia e sede de vida.

Durante o curso de História, outros amigos apareceram.

Agradeço o apoio do amigo Felipe Ronner, e de toda a sua família, D. Dalva, "seu" Motta e Germano, em um momento importante para mim.

A Antônio Zilmar, pelo incentivo e apoio, agradeço as muitas ajudas que o transformaram em um amigo sempre presente nos momentos de alegria e decepção.

Aos pesquisadores que, generosamente, compartilharam alguma documentação comigo, sou obrigado, mas o faço com prazer, a consignar os meus mais profundos agradecimentos.

José Tanízio Vieira foi o primeiro. Cedeu-me algumas cópias de micro-filmes dos relatórios de presidentes de província.

José Weyne deu-me acesso a algumas cópias de micro-filme do jornal "O Retirante".

O Sr. Valdir Uchoa Ribeiro, com sua enorme generosidade, deu-me acesso aos documentos da Comissão de Socorros Públicos e da Câmara Municipal de Jaguaribe Mirim – hoje, Jaguaribe –, sem mesmo tê-los publicado no volume correspondente do seu livro de transcrição documental que, com tanta dedicação do autor, têm abarcado desde o período colonial até o período republicano. É parte de um trabalho de uma vida inteira que o autor está compartilhando, por isso, sou-lhe eternamente grato.

O meu orientador, o professor Frederico de Castro Neves, deu-me franco acesso à sua documentação no momento em que iniciei a escrita desta dissertação. A documentação compõe-se de ofícios das Comissões de Socorros Públicos de Fortaleza, Avisos Ministeriais, Cópias de micro-filme de jornais e Ofícios da Câmara Municipal de Fortaleza. Sem o acesso a essa documentação eu jamais teria tido a sensação que poderia escrever este trabalho e por isso sou profundamente grato ao professor Fred. Sou grato também pelos empréstimos de livros, principalmente, pelo tratamento dispensado.

No período em que eu estava pesquisando no Arquivo Público, os colegas Fábio André e Márjorie Fiúza eram bolsistas do professor Fred e, com muita generosidade, indicavam-me documentação para que eu transcrevesse, discutiam comigo o caráter de algumas caixas da documentação, indicando-me, assim, um caminho mais rápido para o desenvolvimento da minha pesquisa. Agradeço a consideração aos dois e sou devedor de ambos.

Ainda no Arquivo Público sou imensamente grato a generosidade com que André Frota Oliveira sempre me socorria na leitura, e explicação dos aspectos mais relevantes, da documentação que apresentava maior dificuldade. Sou beneficiário, e testemunha, de quantas vezes renunciava à sua própria pesquisa para socorrer tantos pesquisadores quanto aparecessem, e apareçam, sempre com a disposição incomum a outros pesquisadores que, como ele, acumularam grande carga de conhecimento. É, sem dúvida, uma pessoa maravilhosa, dessas que, contemporaneamente, está cada vez mais raro de se encontrar.

É um verdadeiro privilégio ter passado algumas horas diárias, por algum tempo, de convivência, no Arquivo Público, com pessoas como o Sr. o Valdir e o André, que nos passam tanta segurança de caráter e amabilidade.

Sou grato a Emanuel Cidade pelo socorro com o abstract, primeiro no artigo que publiquei e agora nesta dissertação, sempre com a disposição de um grande amigo.

Agradeço a Eleonísio Nunes pela disposição e prontidão com que me ajudou.

Sem a ajuda dessas pessoas, cada um na sua forma e medida, eu jamais teria conseguido realizar este trabalho

## Resumo

A partir do discurso sobre o trabalho, produzido no Ceará em fins do século XIX, é possível constatar uma preocupação explícita em estabelecer experiências sociais que dotassem de um sentido positivo – em contraposição ao pensamento hegemônico que perdurou durante todo o período escravista no Brasil – o próprio ato de trabalhar. Seja com o fechamento da terra às pessoas que não queriam estabelecer relações de dependência direta aos grandes proprietários, com a aprovação da Lei de Terras em 1850, ou com o aumento da intensidade com que esses proprietários passaram a exigir dos pobres e livres que estabelecessem contratos de moradias de condição, passou-se a estabelecer novas relações de produção com o intuito de dinamizar ainda mais o crescimento da agricultura de exportação. Entendendo a seca como uma coerção externa ao trabalho, é possível perceber a de 1877-79 como uma importante experiência pedagógica na transformação que se procurava fazer na disposição do pobre e livre a se submeter às novas relações de produção, impostas com muito maior intensidade no final do século XIX. Assim como é possível perceber nos retirantes, construídos na memória como miseráveis ou mendigos, importantes trabalhadores utilizados na construção dos principais símbolos de civilidade em Fortaleza no início da Belle Époque. A seca, em 1877-79, passa a ser incorporada a esse esforço de disciplinarização dos pobres e livres ao trabalho e tem na organização de seu sistema de socorros, com a obrigatoriedade do trabalho, o principal mecanismo de exploração dessa mão-de-obra liberada com a grande emigração do interior da província rumo à capital e a outras cidades litorâneas. Em uma situação de particular fragilidade social, os retirantes foram submetidos a novas relações de trabalho, orientadas por uma racionalidade alheia às suas referências culturais, e tiveram que assimilar, em um curto lapso de tempo e por eficientes mecanismos de sujeição, uma nova referência das relações produtivas.

## Abstract

Because of the debate about labour, which took place in Ceará in the end of the 19th century, it's possible to evidence an explicit preoccupation in establishing social experiences that had a working positive sense – against the predominant thought which perdured though slavery period in Brazil. Either denying the ownership of land to those who didn't intend to establish a close dependence relationship to the owners of latifundium, by the Land Law in 1850, or with the higher intensity with what these owners started imposing to the poor and free men the contracts of better habitation conditions, they started to create new production connections with the purpose of fomenting more and more the growth of exportation agriculture. Understanding the drought as an outer coercion to labour, it's possible to see the one which occurred in 1877-80 as an important pedagogic experience to change the poor and free men's labour habits. In the same way, it's possible to face the refugees (*retirantes*), whose memory has conceived as mendicant or miserable people, as important workers used in the construction of the modern buildings and symbols of the Belle Époque in Fortaleza. The drought, after 1877-80, begun to be associated to this effort of adaptation the poor and free men to regular labour and has in its aid system organization, with the obligatoriness of work, the main exploitation mechanism of manual labour, that has been set free after the great emigration from the province to the capital of the state and others seacoast cities. In a very social weakness situation, the refugees (*retirantes*) were submitted to new labour relationships, directed by a rationality very far from their cultural references, and they had to assimilate, in a short time and by efficient subordination mechanisms, a new reference of the productive relationships.

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo I</b>	
<b>Trabalho e Controle da Mão-de-obra Livre</b>	
Disciplinarização .....	21
Emigração .....	35
<b>Capítulo II</b>	
<b>Barbárie, Civilidade e Controle Social</b>	
Retirante .....	50
Trabalho .....	59
Conflitos .....	72
<b>Capítulo III</b>	
<b>Calamidade Pública, Estado e Mercado</b>	
Seca .....	86
Comissões .....	99
Benefícios .....	113
<b>Considerações Finais</b> .....	130
<b>Fontes</b> .....	133
<b>Bibliografia</b> .....	136

## INTRODUÇÃO

A seca de 1877-79 tem uma carga de significado muito intensa. É um momento histórico privilegiado para se analisar a miséria, a política partidária, o discurso religioso etc. O próprio sentido da seca parece ter em 1877-79 uma pungente matéria-prima capaz de saciar a mais voraz das problemáticas de pesquisa. Não por acaso esse período tem sido visitado por tantos estudiosos, e de diversas matizes, para explicar tantas inquirições quanto às perspectivas teóricas, ao longo do tempo, têm sido capazes de formular. Mas, o alargamento da concepção de seca e o significado de 1877-79 só tiveram uma boa ampliação teórica à, relativamente, pouco tempo. Questionando-se sobre a partir de quando o fenômeno natural – seca – passou a ser visto como problema, Albuquerque Júnior identifica que seus criadores, ao promoverem o seu nascimento, decretam também a sua morte. “‘A seca do Norte’, cuja invenção deve ser apagada, remetendo-o para o reino da natureza, ocorrendo, portanto, no final do século XIX, uma mudança na imagem e no uso do fenômeno da seca.”<sup>1</sup>

É por isso que a seca de 1877-79 é importante, estando aí a chave para a sua compreensão, não sendo “pois, no fenômeno natural em si que devemos buscar sua diferença, mas no momento histórico que a cercou e nas práticas e discursos que a diferenciaram das demais”.

“Ao mesmo tempo, a seca de 1877 forneceu às elites do Norte um tema que sensibilizou nacionalmente, adquirindo, por seu turno, consciência da arma que tinha (sic) em suas mãos. Politizar, pois, a seca, colocando-a no centro das atenções, sobrepô-la a qualquer outro problema da área, tornando-a a temática através da qual se solicita qualquer recurso ou investimento neste espaço, recursos baratos, que viessem como doações, e permitissem a recuperação da economia dessas províncias, passa a ser a estratégia. Falar da seca fazia com que suas vozes fossem novamente ouvidas no plano nacional, o que já não vinha acontecendo com grande intensidade. A seca tornou-se

<sup>1</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. “Palavras que Calcinam, Palavras que Dominam: a invenção da seca do Nordeste”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco-zero, v. 14, nº 28, p. 112, 1994.

assim o 'problema do Norte', e a explicação para todos os demais problemas.<sup>2</sup>

Na concepção de Albuquerque Júnior, essa seca ocorre quando a região Norte – que terá uma parte transformada em Nordeste através de diversas práticas das classes dominantes – estava passando por uma profunda reestruturação econômico-social, e, por isso mesmo, os seus dirigentes forjaram uma identidade regional que fosse capaz de lhes propiciar algum ganho político.<sup>3</sup> Essas mudanças, que desestruturaram as relações tradicionais entre pobres e ricos, deixaram a região muito mais vulnerável a qualquer tipo de crise social, como a que se deu com a seca. De fato, a seca de 1877-79 provocou uma grande onda de fome e mortalidade, por diversos fatores, entre a população cearense e de forma avassaladora entre a sua parcela mais pobre.

No Ceará, essas mudanças também ocorrem e, segundo Frederico Neves, o fechamento das terras pelos produtores de algodão e as transformações nas relações paternalistas fizeram com essa seca tivesse aspectos definidores na forma como o Estado passará a tratar esses momentos.

“Ao mesmo tempo, devido a essa mobilidade crescente da população camponesa em busca da proteção estatal no espaço público da cidade, os períodos de escassez transformam-se em um problema social que afeta o conjunto da sociedade cearense e, portanto, ganha visibilidade social e espaço nas políticas oficiais. Assim, diante desse quadro, a seca de 1877 se apresenta como de gravíssimas proporções, fechando o ciclo dos períodos de escassez em que apenas se contabilizavam as perdas, se conjecturavam quanto às razões da irregularidades de chuvas e se lamentavam as mortes – a seca torna-se, a partir de então, um ‘fenômeno social’.<sup>4</sup>”

Todas essas características trouxeram profundas mudanças políticas na forma como esse fenômeno passou a ser construído e percebido. É certo que se passou a dar visibilidade a alguns aspectos ocorridos durante as secas, criando-

<sup>2</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Op. cit. p. 118.

<sup>3</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-79)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1988, pp. 107-119.

<sup>4</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2000, p. 47.

se, com isso, um direcionamento político que pretendia beneficiar determinadas classes sociais. Mas também é correto perceber que – concomitantemente a construção dessa nova percepção ou a essa nova “estrutura de sentimentos”, se se preferir ou, ainda, como formulou Geremek, a essa nova “consciência social” – também estavam ocorrendo mudanças na própria organização social. Parece razoável pensar que esses dois elementos interagiram entre si e facilitaram a transição e sedimentação das mudanças que buscavam promover.

Claro, as secas tiveram um papel central na formulação desse projeto. Realmente, pelas características do fenômeno natural, foi possível organizar um discurso dominante capaz de homogeneizar os interesses das classes dominantes da área em que ocorriam, e ocorrem, as secas e facilitar, inclusive com a mobilização da opinião pública, a construção de uma identidade regional. A tônica do discurso será sempre a mesma: “todos sofrem com esse terrível flagelo”. Demonstrativo desse pensamento é o discurso de Barão de Studart, quando se refere às desgraças e grande mortandade ocorridas na seca de 1877-79. “Fortaleza, o derradeiro marco na via dolorosa, era como uma necropole, e sobre ella, e sobre todos, miseraveis e mal remediados, por quanto já não havia ricos e sim irmãos e socios de infortunio,<sup>5</sup>” homogeneiza o autor. Esse discurso faz passar como incontestável a unificação de todas as classes, já que a seca faz com que “todos” passem pelo mesmo flagelo e, dessa forma, irmana todos com o mesmo sofrimento.

Mas, esse discurso não resiste a uma análise que se preocupe em identificar o seu sentido social. Basta perceber como o retirante é construído nos discursos dos ricos para se perceber imediatamente a diferenciação social que havia no período da seca. “Iam em turba esses desgraçados perseguidos pela fome, que ainda pranteiam algum parente que lhes foi charo accommettido pela morte finando-se entre todas as torturas que formam o sequito da fome!<sup>6</sup>” Rodolfo Teófilo, um digno representante da intelectualidade cearense da época, e sensível às desgraças dos retirantes, não consegue disfarçar o que a visão de uma parcela

<sup>5</sup> STUDART, Guilherme. *Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará*. ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 41.

<sup>6</sup> (B.P.G.M.P.) *Jornal O Retirante*, 05.08.1977, p. 02.

dos retirantes provocavam em uma pessoa distinta da sociedade. “Eram sem conta também os chaguentos, que para tocarem a piedade dos transeuntes, expunham as suas nojentas úlceras, distillando fetida salmora, impressionando mui desagradavelmente a vista e o olfacto.<sup>7</sup>” Mas não era a vista e olfato de um outro “chaguento” e sim de um transeunte não afetado por essa miséria e que, por princípios de caridade cristã, talvez, pudesse converter a “piedade” em esmola.

Mas, a pobreza não desperta somente piedade, principalmente em períodos considerados de crise em que o pauperismo cresce muito além dos índices costumeiros nas sociedades.

“Simplificando bastante é possível dizer que como resultado desses debates a carga de valor associada à pobreza e à condição de pobre passou por uma mudança. Apagou-se a auréola de perfeição que na Idade Média circundava a pobreza voluntária e em parte se estendia também à pobreza por necessidade. Agora a miséria aparecia sobretudo como uma praga social e o pobre como uma figura perigosa para a ordem pública.<sup>8</sup>”

É com essa “consciência social” que os milhares de retirantes são vistos e recebidos em Fortaleza e em outras cidades que também receberam uma grande quantidade de adventícios. E se o pobre despertava um certo temor, a reunião de milhares deles causava um receio ainda maior em certos defensores da ordem. Mas, é necessário diferenciar a construção dos retirantes como perigosos, por parte de determinados setores sociais. Assim, determinados discursos da imprensa liberal, ainda durante o período do governo conservador, alertando sobre o perigo da reunião de retirantes devem, antes de tudo, ser analisados como o interesse que tinham em evitar a ociosidade e promover a disseminação do trabalho a “esses braços ociosos”.

No jornal “Cearense”, um articulista, ao considerar o aumento dos preços dos alimentos devido a especulação, afirma: “Como legítima consequência de tão desgraçada situação a propriedade corre perigo, ameaçada dos assaltos de

<sup>7</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. *Varíola e Vacinação no Ceará*. ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 39.

<sup>8</sup> GEREMEK, Bronislan. *Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia (1400-1700)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 21-2.

bandos famintos, convertidos em criminosos pela carencia de pão.<sup>9</sup>” E em todo o seu discurso exige do governo que promova obras para ocupar os retirantes. Na verdade, manipula-se a idéia de periculosidade dos retirantes para que ficasse mais fácil a aprovação do sistema de socorros públicos atrelado à obrigatoriedade do trabalho. Claro que, também, não se deve negar que em alguns momentos o grande número de pobres reunidos pudesse despertar um certo receio quanto à garantia do direito de propriedade, mas esses receios eram muitas vezes amplificados quando havia algum interesse político em jogo.

É o caso da campanha feita pela imprensa liberal durante todo o ano de 1877. Ora expõe a miséria e o sofrimento dos retirantes na tentativa de sensibilizar e, assim, facilitar a aprovação do trabalho como “salvação”.

“Entretanto a miséria lavra incessante, a fome não dá quartel e o povo desvaira-se e caminha de uns para outros pontos, nú, faminto, macilento! Diariamente chegam a esta capital caravanas immensas de homens, mulheres, velhos e crianças, cobertos de farrapos, abrasados de sede, desesperados de fome.”

Ora expõe, ou melhor, cria uma imagem de perigosos e de instabilidade social para que o governo geral se sinta pressionado. Ao afirmar que o governo, diante de todas essas mazelas, nada faz, o autor conclui em tom ameaçador.

“Si amanhã fome converter a victima em algoz de quem será a culpa? Um povo faminto é um leão. Ai de quem lhe roubou o pão e com elle a felicidade e sosego!<sup>10</sup>”

Por vezes, utiliza a forma da vitimização para contrastar com o poder e a indiferença governamental.

“Ali, resignadas victimas tombam aos milhares. E o seu ultimo suspiro é um suspiro de maldição. (...) Com o rosto cadaverico, orvalhado de pranto, tremulo de frio e fome, implora, supplica, aquillo que por um sagrado direito lhe assiste. E os infames do poder lhe escarram no rosto, e o não escutam. Singe-nos uma cadeia horriavel e estreita-se ella com rapidez vertiginosa. A miséria e a fome, esta figura sinistra e que

<sup>9</sup> (B.P.G.M.P.) Jomal Cearense, 18.04.1877, p. 1.

<sup>10</sup> (B.P.G.M.P.) Jomal Cearense, 01.07.1877, p. 3.

se nos apresenta mais magra que as sete espigas egypcias tem suspenso sobre nossas cabeças o seu incançavel (sic) e adunco alphange.”

Mas, sempre recorre ao recurso da ameaça e cria um clima de instabilidade social com uma imagem de que o povo é perigoso.

“Dentro em breve a imposição substituirá a supplica. Não vos esqueceis de que o povo é soberano. Nada mais nobre e justo do que uma reação oportuna.<sup>11</sup>”

Contudo, a segurança social não foi, ao longo dos três anos da seca, ameaçada pela reunião dos retirantes. Ao contrário, a organização social, em muitos casos, foi beneficiada não só com melhorias materiais, mas com a afirmação de uma nova percepção sobre o trabalho. E, talvez, o contato com essa nova racionalidade nas relações de trabalho tenha sido o maior benefício, para a ordem social, advindo após a seca. O que parece claro, é que se deve diferenciar nas fontes, o que é atribuído aos retirantes – por pessoas que, de alguma forma, chamavam a responsabilidade pública para a defesa prévia das suas propriedades privadas com um discurso de garantia da ordem pública – e a alternativa concreta por eles construída. Claro que essa escolha não foi livre, tanto quanto qualquer escolha social não é livre, mas foi o que eles, em sua história, construíram em suas realidades.

Frederico Neves chama a atenção para o sentimento que os retirantes despertavam na população da cidade “Assim, mais do que a miséria, teme-se a revolução, representada pela demonstração violenta da insatisfação dos pobres para com a ordem constituída.<sup>12</sup>” Claro, esse sentimento se dá a partir da posição social de quem o expressa, independentemente de qualquer atitude prévia por parte dos pobres. Ou seja, essa percepção não é uma resposta a uma organização ameaçadora, é uma atitude prévia de garantia da condição social dos que têm propriedade privada a defender. Teme-se, de fato, não o que é feito, mas o que poderia – tendo-se como base a grande desigualdade social estabelecida –

<sup>11</sup> (B.P.G.M.P.) Jornal O Retirante, 22.07.1877, p. 1.

<sup>12</sup> NEVES, Frederico de Castro. op. cit. p. 41.

acontecer. É o que é latente na sociedade, que fica muito mais evidenciado em momentos de escassez, que desperta esse temor, não as atitudes concretas.

Os jornais foram veículos privilegiados desses discursos. Mas, também eles deixam a entender, quando se coaduna com os seus interesses, outra interpretação dessa realidade. Ao considerar a atitude dos homens ricos, diga-se, influentes, de desconsiderar os sofrimentos dos retirantes e se apegarem às suas própria fortunas, o jornal "O Retirante" lamenta: "No entanto a cada canto da cidade vê-se bandos de homens, mulheres e creanças com fome, semi-nús, por tecto um cajueiro, uma palhoça, muitos quiçá a abobada celeste.<sup>13</sup>" Barão de Studart dimensiona o ápice da seca: "Entrou o anno de 1878 e com elle entraram a crescer ao infinito as angústias do infeliz povo cearense." E deixa entrevê como as relações sociais se desenvolviam com esse acirramento. "Morria-se de fome, puramente de fome nas ruas das cidades, pelas estradas.<sup>14</sup>"

Emblemático é perceber que no relatório de novembro de 1877, apresentado ao seu sucessor, Caetano Estelita afirme, com relação à tranqüilidade pública: "Não obstante os receios de perturbação e abalos da ordem, publica, produzidos pela crise grave, que afecta a provincia," referência à seca, obviamente, "tem-se conservado inalteravel a tranquillidade publica, e nenhum factó revelou-se que viesse desmentir os habitos ordeiros e pacificos da população."

Mas, quanto aos delitos cometidos nesse período, explica o presidente Estelita; "Tem contribuído consideravelmente para essa frequencia de delictos a passagem para a provincia de bandos de criminosos que, infestando as comarcas do Crato, Jardim e Barbalha," ajudados pela dificuldades que o poder público encontrava com a seca, "tem n'ellas constituido o campo de suas correiras e maiores attentados, pondo em continuo sobressalto os povos d'essas localidades.<sup>15</sup>" Também não se deve tributar a formação desses bandos de criminosos à seca, seria um duplo erro. Primeiro porque a formação desses

<sup>13</sup> (B.P.G.M.P.) Jomal O Retirante, 12.08.1877, p. 1.

<sup>14</sup> STUART, Guilherme. op. cit. p. 39.

<sup>15</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa Passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar em 23 de novembro de 1877, pp. 4-5.

bandos obedece a especificidades históricas próprias e têm uma temporalidade muito anterior ao momento em que as secas passam a ser construídas como problemas<sup>16</sup> e, segundo, porque todos os bandos perseguidos no período da seca de 1877-79 têm a sua formação anterior à seca.

No governo do presidente Ferreira de Aguiar, “Embora na quadra actual existam de sobra elementos para geral perturbação em toda a provincia,” a tranqüilidade pública “não sofreu abalo violento que puzesse em perigo a ordem social e reclamasse o emprego de medidas mais que energicas.” Mas, diferenciando bem, o que alguns autores não tem feito, a ordem pública do direito de propriedade e segurança individual, Ferreira de Aguiar expõe:

“Sob pretexto de fome, os crimes de furto e roubo se têm desenvolvido em larga escala, especialmente nas comarcas do sertão, onde os meios de viver são mais escassos e mais facil o emprego da violencia, não sendo por isso de admirar que frequentes homicidios vão completando a obra da perversidade<sup>17</sup>.”

Pelo que expõe, parece claro que esses “furtos e roubos” não são feitos pelos retirantes simplesmente porque esses não estavam em condições de utilizar a “violência” necessária para fazer valer esses atos. Mas, se se duvidar desse argumento, deve-se levar em consideração que, pelo menos no aspecto preocupante, a referência feita pelo presidente se dirige aos bandos armados existentes no interior da província. Entretanto, o que importa, é diferenciar a situação percebida, no momento da seca, entre tranqüilidade pública e garantia de propriedade. O presidente José Júlio, já em novembro de 1878, também não encontrou problemas quanto à manutenção da ordem pública. “Nem a mudança da situação politica, nem as agitações eleitoraes que tantas vezes se repetiram,

<sup>16</sup> Cf. MENTENEGRO, F. Abelardo. *História do Cangaceirismo no Ceará*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1980.

<sup>17</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira da Aguiar Passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 3º Vice-Presidente, em 22 de fevereiro de 1878, p. 3.

nem a secca com o seu cortejo de miserias, perturbaram a tranquilidade geral da provincia.<sup>18</sup>”

E já em julho de 1880, após a sua longa administração, o mesmo presidente José Júlio afirma ainda com maior segurança. “A provincia permanece em perfeita paz; e em toda ella mantem-se o respeito devido ás instituições fundamentais e á autoridade publica.” E acrescenta ainda: “Não tenho felizmente a consignar a mais leve perturbação da ordem publica depois de meu ultimo relatorio.<sup>19</sup>” Não parece que, ao longo dos três anos da seca, houvesse uma percepção – pelo menos por parte das autoridades provinciais, que seriam as primeiras a visualizá-la – de instabilidade social, principalmente com relação as ações dos retirantes.

Não se pretende afirmar, com isso, que os retirantes – no sentido estrito daquele que abandonou o seu local de domicílio e vagueia atrás de subsistência, dependente de meios extraordinários para a sua sobrevivência – não tenham praticado furtos, roubos ou saques, mas, apenas que essas ações não se constituíram como elementos de instabilidade da ordem pública. E, mais ainda, nem mesmo foram ações que representassem a principal tática de garantia de suas sobrevivências.

Rodolfo Teófilo parece captar bem as táticas dos retirantes e, principalmente, dimensionar a proporção dos furtos entre as suas práticas: “Nas cidades exploravam á caridade publica, nas serras viviam da caça, das raizes e fructos silvestres e do furto nas lavras”. Um pouco mais adiante, Teófilo faz uma excelente divisão entre as ações dos retirantes e dos ladrões, que preocupavam o poder público e a população em geral. “Não eram sómente a fome e a peste, eram de um lado os famintos a furtar, de outro os salteadores, em grupos armados, a xarquear o gado que encontravam, á vista mesmo dos donos e á face das

---

<sup>18</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 1ª Sessão da 24ª Legislatura da Assembléia Provincial em 1º de novembro de 1878, p. 4.

<sup>19</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 1ª Sessão da 25ª Legislatura da Assembléia Provincial em 1º de julho de 1880, p. 4.

autoridades.<sup>20</sup>” Ao que parece, são ações que são percebidas com uma imediata diferenciação.

Sem dúvida nenhuma, a dependência da caridade particular, a retirada para locais que apresentassem algum recurso ecológico, vinculação às regras de assistência pública em qualquer lugar e, especialmente, após a emigração, na capital ou outra cidade que apresentasse os socorro públicos, bem como a emigração para fora da província constituíram-se como as principais táticas de sobrevivência da quase totalidade dos retirantes da seca de 1877-79. Até mesmo referências a saques, embora existam, são raras e pouco expressivas quanto à sua caracterização. De fato, o sistema de socorros públicos, com sua obrigatoriedade do trabalho, cumpriu o seu papel de controle social, não só porque ocupava os retirantes na maior parte do dia, mas também pelo próprio tipo de pensamento que despertava.

Ao analisar a concepção que Oliveira Paiva expressa no seu romance “Dona Guidinha do Poço”, Ivone Barbosa percebe bem a importância da imagem de periculosidade atribuída aos retirantes, tanto que elogia o autor por não compartilhá-la com os seus colegas romancistas da época.

“Com se vê, Oliveira Paiva está a dialogar com um discurso que naquele momento já ocupava corações e mente, enfatizando o lado miserável do sertão e do qual ele se recusa a ser divulgador. Demonstra uma simpatia pelo sertão na sua integridade – tanto na figura da fazendeira como na do trabalhador migrante, que vivem o constrangimento da seca. E o faz sem a pieguice que vai caracterizar o discurso de vitimização do trabalhador e sem transformá-lo num perigo para a sociedade.<sup>21</sup>”

<sup>20</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. *História da Seca do Ceará*. op. cit., pp. 81-2.

<sup>21</sup> BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum. Sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000, p. 170.

## CAPÍTULO I

### Trabalho e Controle da Mão-de-obra Livre.

#### Disciplinarização

O próprio reconhecimento oficial da seca de 1877-79 foi objeto de disputa política entre os conservadores e os liberais cearenses. Os dois principais jornais da província, diretamente ligados aos partidos Conservador e Liberal, digladiavam-se na interpretação da realidade, tentando, cada um a seu modo, impor o que mais convinha aos seus interesses políticos. O jornal "Cearense", órgão oficial do Partido Liberal, estava resoluto na "denúncia" da seca e de seus efeitos maléficos para os cearenses, e a todo o momento fazia referência aos fatos já ocorridos como forma de legitimar os projetos que pleiteava.

Em abril de 1877 o jornal já pintava um quadro expressivo na composição da seca e o atribuía explicitamente ao comportamento do governo conservador.

"Já vai se tornando tardio o socorro. Pelas estradas publicas arrasta-se uma multidão de maltrapilhos, familias inteiras de creanças, moças e velhas, lividas pelo cansaço e fome, extenuadas pelo ardor do sol, em quasi completo estado de nudez. Parte-se-nos o coração de cearenses ao narrar o estado de miseria publica, e de ver que o governo mal sabe proceder em tão apertadas conjuncturas.<sup>22</sup>"

Mas logo depois de fazer o seu diagnóstico, o jornal também apresenta seu projeto. Afirmando que o governo geral já tinha autorizado a construção de algumas obras, o articulista deixa claro o seu pensamento de alargar o máximo possível esse caminho.

"Aqui na capital ha obras em que se pode aplicar o trabalho de um avultado numero de operarios. A reconstrução da alfandega, a edificação do paiol da polvora, empedramento de algumas ruas da

---

<sup>22</sup> (B.P.G.M.P.) Jornal Cearense, 18.04.1977, p. 1.

cidade, trabalhos preliminares do porto e sobretudo o prolongamento da via-ferrea de Baturité. Ninguem por certo quererá contestar as vantagens resultantes de taes trabalhos e com elles, em vez de mendigos, teremos trabalhadores.<sup>23</sup> ”

O que aparece com maior riqueza nessa proposta do jornal é que não há aí um projeto extemporâneo, mas a marca de uma racionalidade já bastante madura. Parece necessário chamar a atenção para o fato de que a seca está no seu início e que a própria expectativa quanto a sua intensidade ainda estava se formando, mesmo entre os liberais. Por isso, no mesmo número do jornal em que se encontra a matéria acima, o editorial afirma que: “Cremos que a seca não será geral para nossa província, porém a maior parte della ficará privada dos beneficios do inverno por esse anno”. Não é de estranhar que a imprensa liberal, inclusive a desvinculada do Partido Liberal, como o jornal “O Retirante”, passasse a veicular artigos enaltecedores da moral do trabalho. Está claro que na medida em que o trabalho era posto como elemento central no resgate da dignidade dos retirantes, o projeto de embelezamento e melhorias da infra-estrutura da província seria plenamente cumprido.

Mas, faz-se necessário ressaltar que, mesmo sendo indissociada desse projeto, a análise sobre o trabalho é o elemento que mais ganha visibilidade nos artigos de jornais. Isso não ocorre por acaso, é óbvio que as “obras de melhorias e aformoseamento” eram importantes, mas a própria valorização de uma nova mentalidade quanto a uma produção mais racionalizada estava sendo forjada em todo Brasil do século XIX. É a partir desse desejo político que se poderá compreender o sentido dos discursos feitos sobre o trabalho. Todos esses elementos ganharão sempre acréscimos, seja da especificidade própria do cearense ou seja pela especificidade do momento da seca.

Apesar do presidente conservador Caetano Estelita ter se pautado na difusão de obras por todo o território provincial – desde quando reconheceu haver seca no Ceará, muito antes, inclusive, de se tornar uma opinião unânime na Assembléia Geral –, a imprensa liberal, durante todo o ano de 1877, escreverá

---

<sup>23</sup> (B.P.G.M.P.) Jornal Cearense, 18.04.1877, p. 1.

sempre defendendo o trabalho como principal elemento de mediação entre os retirantes e os socorros públicos e os projetos mais adequados segundo as suas aspirações. Os conservadores, escudados na Constituição Imperial, defendiam que a assistência pública deveria se dar com a distribuição gratuita de alimentos, cuidados médicos e abrigo. Para eles o poder público tinha a responsabilidade de cuidar dos pobres e prover-lhes o sustento quando esses, em circunstâncias extraordinárias, não pudessem fazê-lo com o seu próprio trabalho.

Mas, desde o início, as propostas liberais tomaram corpo e passaram, majoritariamente, a presidir as ações do poder público, excetuando-se o período da administração do presidente Ferreira de Aguiar. A esse respeito é proveitoso expor o pensamento do presidente Caetano Estelita que, mesmo sendo conservador, teve um programa e prática liberais.

“Dar ocupação as classes laboriosas, em pregando-as em trabalho de utilidade publica, e utilizando essas forças individuais, inactivas e sem destino foi um pensamento que converteu-se em opinião, e uma opinião que chamou em derredor de si a adesão geral e o voto satisfeito dessas mesmas classes.<sup>24</sup>”

Esse discurso apresenta um mecanismo político de legitimação de sua proposta que, em primeira análise, tende a passar despercebido porque é no interior do próprio discurso que é forjada a sua aceitação. Não aparece como um projeto que está sendo imposto aos retirantes, é um projeto que está sendo construído com a adesão dos próprios retirantes e, por isso mesmo, não deve ser questionado por um elemento externo a essa realidade. Largamente utilizado pelos representantes do poder público, esse recurso também será muito repetido pela imprensa liberal. Chega mesmo a impressionar a forma como é utilizado e, sobretudo, o aparente sucesso de que goza na opinião pública da época. É preciso, contudo, atentar para a organização da imprensa no século XIX e perceber que o diálogo harmonioso só ocorre entre os pares que professam os mesmos ideais políticos.

---

<sup>24</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 2ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembléia Provincial em 2 de julho de 1877, p. 38.

Assim, não espanta que o vigário Germano Antenor de Araújo, padre da freguesia de Saboeiro, escreva para o jornal "Cearense" e descreva uma imagem, muito repetida nesse período, que "As estradas estão cheias de migrantes em todas as direções, nús, pallidos e abatidos;" e logo adiante revele qual seria o melhor remédio para esse mal. "O unico meio de salvar-nos seria estender a via-ferrea até o coração do sertão."<sup>25</sup> A proposta apresentada pelo padre é o que há de mais caro no projeto liberal apresentado no momento da seca, e aparece exatamente como o único meio de salvação. As propostas surgem e vão se firmando, cada vez mais, como as únicas opções viáveis e legítimas para o momento. Não há espaço, na forma em que são apresentadas, para se questionar o direcionamento dado, muito embora esse projeto não apareça, obviamente em primeira análise, como uma imposição aos retirantes.

Porém, é de fácil constatação que esse projeto mobilizou amplos setores das classes dominantes do Ceará e chegou a impolgar sobremaneira os intelectuais de Fortaleza. Rodolfo Teófilo, comentando a atitude do presidente Caetano Estelita de recomendar às comissões de socorros que empregassem o dinheiro enviado em obras, chama-o de "Homem honesto e de bondoso coração,"<sup>26</sup> e demonstra apoio a essa forma de pensamento. Vale lembrar que foi com esse ato de abertura de créditos especiais da verba de socorros públicos, em 13 de abril de 1877, que se deu o reconhecimento oficial da seca por parte do governo provincial. Vê-se aí, no ato inaugural, o direcionamento do retirante para o trabalho.

Direcionando sempre a discussão para a aprovação da obrigatoriedade do trabalho como requisito na obtenção da assistência pública, o jornal "Cearense" em um de seus editoriais afirma que "O beneficio, que se pretende conseguir por meio da caridade ou da esmola, redundará em males futuros", e continua construindo o sentido político que lhe interessa dizendo que esse sistema acaba "contribuindo desde já á cimentar os habitos imprevidentes e aventureiros de nossa população." Aqui a forma tradicional da produção sertaneja ganha

<sup>25</sup> (B.P.G.M.P.) Jomal Cearense, 10.06.1877, p. 38.

<sup>26</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. *História da Seca do Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa: 1922, p. 85.

contornos nocivos e é avidamente combatida para abrir caminho a uma nova forma de se pensar as relações produtivas, e a acumulação de riqueza ganha como sinônimo a segurança de garantia do futuro. E na continuação do pensamento exposto pode-se perceber o sentido que se quer construir. “Todo systema que pretende fundar alguma cousa de duravel e solido sobre a inactividade do corpo, que se chama inercia, e sobre a apathia d’alma, que se chama – prostração – é perigoso e sobversivo da moral social.<sup>27</sup>”

É evidente aí o legitimar de um pensamento defensor do trabalho como a única forma de garantia de subsistência e consequentemente a idéia de que o sistema de socorros públicos só poderia existir se atrelado a ele. Sem dúvida nenhuma, é correta a afirmação de que a política de assistência do Estado brasileiro, “que assegurava a todo brasileiro o direito a receber socorros em caso de calamidade pública, seria rapidamente transformada pelas elites locais num instrumento de coerção ao trabalho.<sup>28</sup>” Mas esse projeto prescindiu de uma ampla defesa dos princípios das virtudes do trabalho e seus benefícios para a organização social, feita pelas classes dominantes que se apropriaram da força de trabalho dos retirantes em obras públicas.

O jornal “O Retirante,” com um laivo de revolta, e acusando o governo de Caetano Estelita de nada fazer diante do grande número de retirantes, afirma: “Tantos homens robustos pedem trabalho e o governo lhe (sic) diz – mendigae. Não vê que a esmola avilta?<sup>29</sup>” Esse jornal, sem dúvida o de tom mais agressivo na cobrança feita ao governo, não tinha vínculo direto com o Partido Liberal, mas as análises e propostas que apresenta o colocam no campo liberal. Vê-se que no momento em que diz defender os interesses dos retirantes o faz exatamente com a mesma proposta que os liberais e, de resto, a fração conservadora que estava no governo com o desembargador Estelita. Embora haja especificidades entre as suas propostas, deve-se sempre ter em mente que o cerne das propostas que aparecem nesse momento tem um caráter comum.

<sup>27</sup> (B.P.G.M.P.) Jornal Cearense, 7.06.1877, p. 1.

<sup>28</sup> HOUNIE, Emília Verônica Rosa Gantzer de. *De Retirante a Trabalhador: a grande seca de 1877-79 e a organização do mercado livre em Pernambuco*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1922, p. 1. Mimeo (dissertação de mestrado)

<sup>29</sup> (B.P.G.M.P.) Jornal O Retirante, 22.07.1877, p. 1.

A reclamação do jornal “O Retirante” é totalmente injusta. Caetano Estelita, desde quando iniciou as suas primeiras providências, sempre direcionou o sistema de socorros com o princípio do trabalho para os retirantes e de vantagens para o Estado, e o fez explícita e conscientemente. É ele próprio quem qualifica as suas ações: “Descendo ao meio pratico de tornar effectivos esses socorros entendi que não havia um mais fecundo em resultado, que tornasse produtivo o capital destinado a assistência publica.<sup>30</sup>” Obviamente que para tornar o capital dos socorros públicos “produtivo” ele teve que promover obras públicas, direcionando os retirantes para o trabalho e incorporando os novos equipamentos ao patrimônio do Estado.

Estelita não só era partidário das mesmas idéias do jornal “O Retirante” sobre o trabalho, como também percebia a importância de legitimar essa ação.

“O povo, preferindo sempre o trabalho que o eleva, á esmola que o acanha e o humilha, tem espontaneamente continuado a occupar-se em alguns serviços, recebendo seus salarios á troco de generos e mais uma diminuta quantia, que mando reunir para satisfação de algumas pequenas necessidade.<sup>31</sup>”

A pequena quantia foi logo retirada devido às denúncias de corrupção e irregularidades e, principalmente, pela proibição feita pelo governo geral, em circular do Ministério do Império de 4 de março de 1877, de se prestar socorros aos retirantes em dinheiro. Quanto ao discurso do presidente Estelita, apresentado em um tom elogioso e paternal, de que era o próprio povo que se apresentava espontaneamente para o trabalho, é necessário ser visto com muita criticidade. Bastaria compreender que as falas e relatórios dos presidentes de província, apresentadas à Assembléia Provincial e repassados aos seus sucessores, têm uma visibilidade e importância documental que não era negligenciada por seus autores. Porém, para ficar mais clara a intenção do presidente de legitimar as suas

---

<sup>30</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, Abriu a Segunda Sessão da 23ª Legislatura da Assembléia Provincial em 2 de julho de 1877, p. 37.

<sup>31</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, Abriu a Segunda Sessão da 23ª Legislatura da Assembléia Provincial em 2 de julho de 1877, p. 38.

ações com seu discurso, é precioso o conhecimento de um pequeno ofício circular de setembro de 1877 que, por ser do cotidiano administrativo, guarda menos preocupação com o alcance do seu conteúdo.

“Recomendo mui (não identificado) a V. m<sup>ce</sup> que no districto de sua jurisdição não preste socorro algum a emigrantes que por suas condições possam trabalhar. Excepto no primeiro dia de sua chegada, afim de evitar o abuso de obterem por esmola a alimentação que podem conseguir mais vantajosamente a qualquer serviço em que se occupem.<sup>32</sup>”

Vê-se logo que esta injustiça, feita ao presidente Estelita pelo jornal “O Retirante,” só pode ser compreendida se se levar em conta o afã das disputas políticas que irá marcar todo o período da seca. Mas o que realmente importa nessa documentação é, em primeiro lugar, a racionalidade que presidia os serviços de socorros públicos e, em segundo lugar, o uso institucional das organizações administrativas para coagir os retirantes ao trabalho. E dadas as condições em que os retirantes se encontravam, sem nenhum mecanismo que efetivamente pudesse lhes garantir alguma segurança social, pode-se afirmar, sem restrições, que o trabalho a que os retirantes foram coagidos era, pelas relações estabelecidas, compulsório. Se havia a obrigatoriedade do trabalho para a inclusão no sistema de socorros montado pelo governo – alimentação, instalação nos abarracamentos e, eventualmente, vestuário, todos, precariamente oferecidos –, o que a documentação não deixa dúvida, então o trabalho dos retirantes não deve ser compreendido como uma “preferência”.

Com uma análise mais geral sobre toda a região do semi-árido brasileiro que registrou a ocorrência da seca de 1877-79, mas com uma análise mais coerente com a realidade de Pernambuco, Albuquerque Júnior afirma: “Alguns retirantes foram utilizados, inclusive, como escravos, sem receber, portanto, nada mais do que rações diárias para se manter de pé.<sup>33</sup>” Essa afirmação – válida para

<sup>32</sup> APEC etc. Livro 133-B. Ofício Circular do Presidente Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, em 25 e setembro de 1877, aos Comissários Domiciliários em Fortaleza dos 1º, 2º, 3º e 4º Distritos.

<sup>33</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Palavra de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1988)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1988, p. 72. Mimeo (Dissertação de Mestrado).

Pernambuco que, por ser da Zona da Mata e ter uma economia, majoritariamente, voltada para o açúcar, utilizou muitos retirantes em trabalhos privados – deve ganhar maior extensão no Ceará. Ao contrário de Pernambuco,<sup>34</sup> no Ceará os retirantes foram generalizadamente utilizados em serviços públicos e o seu pagamento sempre foi, com um pequeno lapso de tempo como exceção, feito somente com a alimentação.

E mesmo no período em que se utilizou dinheiro nos socorros públicos no Ceará, como o próprio presidente Estelita expôs, o pagamento era feita parte em gênero e parte em dinheiro. Também ocorreu, mesmo no período da longa administração de José Júlio, de algumas turmas de retirantes – pela natureza excepcional dos trabalhos que executavam, principalmente as turmas utilizadas nos serviços das estradas de ferro – receberem alguma gratificação, mas isso em regime de exceção total. Aliás, as turmas utilizadas nos trabalhos das estradas de ferro, segundo as instruções ministeriais, deveriam receber gratificação pelo trabalho prestado que variava entre duzentos a oitocentos mil réis, conforme o mérito de cada um. Obviamente que esse mérito não era individual, mas dependeria do tipo de serviço a que o retirante fosse selecionado. Se entre os retirantes houvesse algum artista, como carpina ou pedreiro, o que seria muito difícil. Esse faria jus a maior gratificação. Mas, se o retirante não tivesse qualificação específica, como a sua quase totalidade, deveria receber a menor gratificação.

E mesmo esse menor valor não deve ser tomado como certo, já que a documentação sobre esse pagamento ou não existe ou é muito rara, e Rodolfo Teófilo, depois de elogiar a atitude do governo em pagar essas gratificações, questiona: “O que se torna necessário saber, é se os agentes, a que estava confiada tão árdua tarefa, cumpririam fielmente o pensamento do governo<sup>35</sup>”. E, como as instruções ministeriais colocavam essa responsabilidade para o Diretor ou engenheiro chefe, não se percebe na escrita do autor nenhuma indicação que

---

<sup>34</sup> HOUNIE, Emília Verônica Rosa de Gantzer de. Op. cit. pp. 103-7.

<sup>35</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit, p. 202.

o seu questionamento fosse feito por suspeita de corrupção, mas puramente da disposição, ou aceitação, no cumprimento da determinação do governo geral.

Mas, o que se pode fácil e largamente constatar na documentação referente ao Ceará é que quase a totalidade dos retirantes trabalhava somente pela alimentação. E mesmo o discurso de garantir que somente os homens válidos trabalhariam, na prática, irá se transformar, e o que se pode perceber é a generalização do trabalho entre mulheres, meninos e até mesmo os convalescentes, pelo menos é o estado diagnosticado pelos médicos das comissões de socorros.

O que claramente se pode afirmar é que a Constituição do Império garantia, no seu artigo 179, os socorros públicos ao povo brasileiro em época de calamidade pública. Contudo, o decreto nº 2884 de 1º de fevereiro de 1862 proibia categoricamente a assistência em dinheiro e autorizava apenas a distribuição dos socorros em gêneros alimentícios, abrigo, vestuário, medicamento e similares. E existia, explicitamente formulado, o princípio da não cobrança do trabalho aos socorridos. Esse era o ponto mais combatido no Ceará e que conseguiu mobilizar, hegemonicamente, os setores sociais mais poderosos, incluindo aí a categoria dos intelectuais cearenses. A discussão primordial, feita principalmente pela imprensa liberal do Ceará, era no sentido do governo geral autorizar o uso dos retirantes como mão-de-obra a ser utilizada nas várias obras públicas que, igualmente, estavam sendo requeridas.

Por isso, os discursos freqüentemente veiculados nos jornais sobre os benefícios que o trabalho produz em uma sociedade e mesmo a compreensão de determinadas obras como elementos importantes no “combate aos males da seca”. E não é de desprezar a força de um discurso coordenado, entre vários setores sociais, e minuciosamente preparado, afirmando que: “Não é certamente obrigando os indigentes a receberem a esmola official que se conseguirá minorar os males causados pela seca<sup>36</sup>”. Uma vez mais, faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que as leis, que estavam protegendo os direitos sociais dos

---

<sup>36</sup> (B.P.G.M.P.) Jomal Cearense, 10.06.1877, p. 1.

setores pobres do povo brasileiro, passam a ser vistas como uma característica totalmente negativa porque “obrigam” os retirantes a aceitarem a esmola oficial.

O que fica claro no pensamento hegemônico da época é uma racionalidade que se pretende universalmente válida e que se impõe com a força imperiosa dos fatos e da verdade, incontestáveis. Mas é possível perceber os interesses que orientavam esse pensamento e entender o seu sentido social. “Neste caso o trabalho será um meio e o melhoramento da província o fim dos socorros prestados pelo governo e particulares.<sup>37</sup>” Direcionar os retirantes para o trabalho, esse era o maior interesse que estava no pensamento das camadas mais poderosas da sociedade da época.

Mas é possível perceber nesses discursos uma preocupação muito mais ampla do que simplesmente o momento imediato da seca e compreender, na própria concepção que emitem, a construção de uma ordem política calcada no valor do trabalho.

“De feito, o trabalho é o mais nobre dom que se pode oferecer a uma povo, em quanto (sic) que a esmola é o mais pernicioso presente que se lhe possa fazer. (...) O exemplo da ociosidade, é fácil de prever, contaminará a sociedade e trará como consequencia maior numero de necessitados á serem socorridos oficialmente. O Estado, em vez de gastar de modo a ser reembolsado com serviços, terá de sustentar uma legião de vagabundos, consumidores improductivos e perigosos.<sup>38</sup>”

Assim, a obrigatoriedade do trabalho para os retirantes é construída como uma relação de troca, e justa. Os retirantes passam a serem vistos como trabalhadores sem condições de proverem os meios de sua própria subsistência e caberia ao Estado promover essas condições. Dessa forma, o que seria um socorro público passa a ser um mecanismo especial de exploração de uma mão-de-obra sem outra alternativa concreta de trabalho. Não se pode deixar de ver a seca como um importante elemento de coação externa ao trabalho, sobretudo no momento em que as classes dominantes brasileiras estavam direcionando todos os seus esforços no sentido de disciplinar melhor o processo produtivo. Ao alterar,

<sup>37</sup> (B.P.G.M.P.) Jomal Cearense, 07.06.1877, p. 1.

<sup>38</sup> (B.P.G.M.P.) Jomal Cearense, 10.06.1877, p. 1.

temporariamente, as relações tradicionais de produção, a seca possibilitou que houvesse uma mudança, permanente, na mentalidade das relações de produção no Ceará.

Claro, essa mudança não foi assim tão brusca, e nem ocorreu da mesma forma para as diferentes classes sociais, mas foi um momento decisivo para o início da implantação dessa mudança no Ceará. Decerto que ocorreram outros fatores e, muito provavelmente, não seja correto atribuir às secas a primazia dessa mudança, mas com certeza pode-se pensá-las como importantes fatores a se considerar, principalmente a seca de 1877-79. Não é de desprezar a relação dessa seca com o aumento da intensidade do tráfico interprovincial em todas as províncias que sentiram os seus efeitos, assim como já é bastante conhecido o efeito desse processo para acelerar as relações de trabalho livre nessas mesmas províncias<sup>39</sup>. Nota-se que, do ponto de vista mais visível, pode-se estabelecer relações que vão muito além da temporalidade restrita ao fenômeno climático, assim como se pode supor que a prática de valorização do trabalho tenha despertado novas percepções nos trabalhadores.

Aliás, é muito clara a preocupação de introjetar essas novas percepções sobre o trabalho, sobretudo para que no futuro o Estado não tenha que “sustentar uma legião de vagabundos.” Lúcio Kowarick, ao considerar as condições necessárias para a formação e desenvolvimento do mercado de mão-de-obra livre no Brasil, afirma ter sido “um longo e tortuoso percurso histórico, marcado, na maioria das vezes, por intensa coerção e violência.” E ressalta como condição igualmente importante.

“Mas, além disso, foi também necessário proceder a um conjunto de transformações de cunho mais marcadamente cultural, para que os indivíduos despossuídos dos meios materiais de vida não só precisassem como também estivessem dispostos a trabalhar para outros.<sup>40</sup>”

<sup>39</sup> EISEMBERG, Peter L. *Modernização sem Mudança: A indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977, p. pp. 174-6.

<sup>40</sup> KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 194, p. 12.

Pode-se dizer que a experiência imposta aos retirantes se constituiu como uma importante ação pedagógica na construção dessa mentalidade que tanto se perseguia no final do século XIX. Claro que o discurso dos proprietários de terras do Ceará, afirmando que os trabalhadores eram preguiçosos e indolentes, teve que mudar no momento da seca, já que os seus projetos, para serem aprovados, dependiam da existência de trabalhadores capazes de executá-los. Por isso o constante elogio sobre a qualidade dos cearenses como trabalhadores, mesmo diante das dificuldades apresentadas pela terra. Mas, às vezes, e principalmente para se contrapor a quem não concordava com o sistema de socorros públicos atrelado à obrigatoriedade do trabalho, afirmava-se que “infelizmente em nossa terra a preguiça não é um vício muito raro.”<sup>41</sup>

Mesmo aparecendo muito raramente nos jornais liberais da época, essa ambigüidade sobre o caráter do trabalhador estava muito distante do pensamento dos grandes proprietários brasileiros que, tradicionalmente, viam os pobres e livres “como a encarnação de uma corja inútil que prefere o ócio, a vagabundagem, o vício ou mesmo o crime à disciplina do trabalho nas fazendas.”<sup>42</sup> A imagem do trabalhador cearense na imprensa liberal de 1877, por causa do interesse que se tinha do governo geral liberar o retirante como trabalhador, era muito distante da visão apresentada nas décadas passadas.<sup>43</sup> O que predominava era uma concepção valorizadora da potencialidade do cearense e mesmo a sua propensão para o trabalho. Segundo os jornais, o povo não queria aceitar um sistema que promovesse a esmola humilhante, mas ser responsável pela sua própria subsistência.

Assim, para o jornal “Cearense”, entre todos os retirantes, “o maior numero é de pessoas aptas para o trabalho, e que o pedem ao presidente da província.”<sup>44</sup> Essa é a imagem mais recorrente durante todo o ano de 1877, exatamente o período em que o governo geral não liberou o uso do retirante como trabalhador em grandes obras. E é por causa dessa demora que o jornal afirma

<sup>41</sup> (B.P.G.M.P.) Jornal Cearense, 18.04.1877, p. 1.

<sup>42</sup> KOWARICK, Lúcio. op. cit. p. 55.

<sup>43</sup> PINHEIRO, Francisco José. *A Organização do Mercado de Trabalho no Ceará (1850/1880)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1990, pp. 73-4. Mimeo. (Dissertação de Mestrado).

<sup>44</sup> (B.P.G.M.P.) Jornal Cearense, 13.07.1877, p. 1.

que o governo geral abandonou as províncias atingidas pela seca e lamenta. “Os dias que correm são calamitosos para o mundo physico e moral, e talvez mais para este do que para aquelle.<sup>45</sup>” Também inconformados com o sistema de socorros montado pelo governo, por acharem que estava se desenvolvendo muita fome e miséria, os membros do jornal “O Retirante” afirmam: “Um governo que atira assim o escarneo sobre um povo desbaratado pela secca, que pede pão; mas um povo proverbialmente trabalhador que muito já lhe tem dado, ou é um louco, ou um monstro!” E continuam com especial vigor.

“É a um governo assim que se deverá cortar a cabeça, demolir-se a casa de sua habitação e salgar-se o terreno para exemplo, e não a Tira-Dentes – o heroico esposo de uma causa nobre e santa; de uma idéa grandiosa; assassinado infamemente pelo governo. Esqueça o Ceará esse governo bastardo e iniquo e trate corajosamente de salvar-se, escorado na sua actividade; haja uma só vontade, fé e confiança.<sup>46</sup>”

Mas a ambigüidade sobre o caráter do povo, embora rara em 1877, existe para tornar ainda mais patente que o discurso se afirmava conforme os interesses dos discursantes. Assim, parece extremamente compreensível que em um artigo em que Castro Carreira defende o princípio do trabalho e enumera várias obras que, no seu entender, o governo deveria promover, o caráter do trabalhador cearense tome outra conotação, se o sistema adotado contrariar às suas idéias.

“Fui testemunha occular da secca de 1845, mais de uma vez assisti a distribuição de esmolas ao numero superior de 20:000 indigentes e observei que esse povo sem trabalho e sem occupação entregava-se a maior occiosidade, esperando a hora de receber a chicara de farinha!<sup>47</sup>”

Na concepção do autor, caberia ao governo direcionar o povo ao trabalho regular e estimulá-lo a um sentido emulativo, do contrário o povo se entregaria a uma inatividade perniciosa à organização social. Realmente, a idéia de que as pessoas que não trabalham para prover a sua própria subsistência estavam acima

<sup>45</sup> (B.P.G.M.P.) Jornal Cearense, 26.07.1877, p. 1.

<sup>46</sup> (B.P.G.M.P.) Jornal O Retirante, 12.08.1877, p. 1.

<sup>47</sup> (B.P.G.M.P.) Jornal Cearense, 26.07.1877, p. 3.

das organizações sociais, ou seja, gozavam de uma liberdade das regras sociais imposta a todas as outras, é bastante antiga, embora, como afirma Bronislaw Geremek, essa idéia faça mais parte de uma “consciência social” do que da “realidade social<sup>48</sup>”. Em todo caso, a idéia do socorro público sem a cobrança do trabalho era vista como esmola e os assistidos eram, por conseguinte, vistos como mendigos a depender da caridade pública. Daí o princípio de que se desse ocupação aos válidos, pessoas em condições de trabalho, e esmolas aos inválidos que, pelas suas condições, realmente seriam dignos da caridade.

Essa discussão se tornou ainda mais acirrada quando, depois de Caetano Estelita pedir exoneração, assumiu a presidência da província o Conselheiro Ferreira de Aguiar, em novembro de 1877, também conservador, mas de uma ala muito mais rígida do que a do seu antecessor. Ferreira de Aguiar fez cessar imediatamente as pequenas obras provinciais, iniciadas na administração passada, por não concordar com o princípio do trabalho atrelado aos socorros públicos. Na explicação que dá, no seu relatório de fevereiro de 1878, parece preferir uma versão mais próxima de uma visão humanista do que expor as suas concepções políticas. Afirma ter entendido ser “do meu rigoroso dever aplicar todos os recursos fornecidos pelo Estado, de preferencia, a facilitar á população indigente meios de subsistência,” e continua dando bastante ênfase no objetivo que diz perseguir; “parecendo-me que toda e qualquer quantia desviada d’esse fim, importava verdadeira defraudação do socorro dado pela lei ao infeliz.<sup>49</sup>”

Ao comentar as duas principais medidas tomadas pelo novo governo – a suspensão do envio de gêneros alimentícios para o interior, cinco dias após a sua posse, e a suspensão da construção dos abarracamentos em Fortaleza –, Rodolfo Teófilo usa um discurso desqualificador de Ferreira de Aguiar para explicar o que, no seu entender, era um equívoco político.

<sup>48</sup> GEREMEK, Bronislaw. *Os Filhos de Caím: vagabundos e miseráveis na literatira européia (1400-1700)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 242.

<sup>49</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca em 22 de fevereiro de 1878, p. 9.

“O conselheiro Aguiar, quando se tratava da calamidade, quando o procuravam para lembrar medidas de interesse publico, se mostrava de máo humor. Fatigado pelos annos e pelo longo magisterio, enfezado e em continua irascibilidade que mais se agravava por padecimentos chronicos, tornava-se incompativel com as exigencias do publico serviço em quadra tão difficil e espinhosa.<sup>50</sup>”

Essa discussão só findou quando, em março de 1878, assumiu o presidente liberal José Júlio de Albuquerque que, além de retomar o princípio do trabalho como elemento fundamental na orientação do sistema de socorros públicos, ampliou a relação das pequenas obras e, logo depois, conseguiu a aprovação do prolongamento da via-férrea de Baturité e a construção da estrada de ferro ligando Camocim à Sobral. A partir daí, os retirantes foram coagidos para o trabalho e tiveram todas as relações de assistência pública mediadas por essa obrigatoriedade.

## Emigração

Intrinsecamente relacionada a discussão sobre o trabalho, feita durante todo ano de 1877, estava a da emigração. E da forma como foram construídas, uma se opunha a outra. Os conservadores, que defendiam o sistema de socorros públicos sem a cobrança do trabalho, propunham como “meio de salvação” a emigração para fora da província, enquanto os liberais, não querendo perder o seu mercado de mão-de-obra, eram radicalmente contra. Mas, esses posicionamentos clássicos irão, ao longo dos anos da seca, tomar formas menos puras e, de fato, em alguns momentos é possível identificar o cumprimento de propostas liberais na administração conservadora – como o princípio do trabalho no governo de

---

<sup>50</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. Op. cit. pp. 128-9.

Caetano Estelita –, como o cumprimento de propostas conservadoras – com a emigração no governo de José Júlio – na administração liberal.

Mas, pelo menos de modo geral, os liberais se colocaram contra a emigração por convicção política. Apelando principalmente para sentimentos humanitários, os liberais denunciavam a emigração como falta de patriotismo e insanidade. Com esse sentido é que a imprensa liberal qualificava a emigração de “desterro” ou “exílio” e procurava, de todas as formas, construí-la como um ato unilateral. É certo que a emigração, na sua quase totalidade, era espontânea – no sentido estrito do destino a que se queria chegar, já que em um momento de calamidade como a seca não se pode dizer que a emigração, no sentido de retirada, pudesse ser espontânea –, porém, o tratamento dispensado aos retirantes, como em qualquer momento e para qualquer atividade, era pautado na coerção, mas não era por esse motivo que os liberais a denunciavam.

O programa liberal parece claro e é explicitamente assumido, tratava-se de uma concepção que afirmava: “Um governo providente aproveitaria esses braços desocupados para serviços ou obras de utilidade pública,<sup>51</sup>” e, mesmo sendo conservador, Caetano Estelita resume bem o sentido que estava presente desde o início da seca: “o atenuar a crise por meio do trabalho, tirando partido dos socorros publicos para realizar melhoramentos de incontestavel proveito,<sup>52</sup>” o que não é compatível com a fuga da mão-de-obra disponível. Como se vê, os liberais tratavam essas discussões de forma indissociada, já que a não emigração tinha como sentido o direcionamento dos retirantes para o trabalho, e pensar os socorros públicos sem a cobrança do trabalho, como o faziam os conservadores, seria, no dizer dos liberais, tão pernicioso quanto a propensão em facilitar a emigração.

Mesmo a emigração interna não era estimulada, muito embora, pelo que se pode perceber das fontes, fosse entendido como certo o seu desenvolvimento. Ainda assim, a orientação dada era de evitar os deslocamentos dos sertanejos

---

<sup>51</sup> (B.P.G.M.P.) Jomal Cearense, 10.06.1877, p. 1.

<sup>52</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, Abriu a Segunda Sessão da 23ª Legislatura da Assembléa Provincial em 2 de julho de 1877, p. 38.

enviando gêneros alimentícios ao interior. Claro está que a emigração para a capital teria um especial direcionamento para as obras de embelezamento, assim como nas demais cidades, só que com obras de menor envergadura. Lembrando que a dimensão geográfica do Ceará é maior do que as de muitos Estados populosos como a Bélgica, Dinamarca e Portugal, e que mesmo assim não possuía “siquier a 7ª parte da população da pequena Bélgica,” o editorial do jornal “Cearense” demonstra preocupação com a idéia de emigração para fora da província. “Ora, si procuramos braços a custo mesmo de sacrificios pecuniarios para amanho e cultivo de nossas terras,” questionava o editorial, “como havemos de favorecer ou aconselhar a perda desse elemento de riqueza e prosperidade.”<sup>53</sup>

Os pobres, que geralmente eram construídos nos discursos dos proprietários de terra como vadios e preguiçosos, na iminência de serem transportados para outros pontos do Brasil, ganham aspecto de principal agente da “riqueza e prosperidade.” A mão-de-obra, em uma sociedade baseada no princípio do trabalho, não pode ser menosprezada, pelo menos no discurso, e deve ser garantida a sua disposição aos proprietários, nem que para isso o Estado deva intervir na economia buscando garantir a sua manutenção. “É verdade que a presente calamidade dispensa a mór parte dos braços validos; mas supondo que ella seja transitoria,” continua o jornal em seu questionamento, “como havemos de repovoar os nosso sertões desertos se afastarmos para longe, por meio de uma emigração larga, os nossos naturaes habitantes?”

Apesar de, às vezes, construírem um argumento humanitário sobre os retirantes e explorarem os seus sofrimentos com a emigração, nota-se que a preocupação dos grandes proprietários se limitava a equacionar o problema da falta de mão-de-obra para o desenvolvimento da “prosperidade.” Óbvio que, para eles, prosperidade se restringia a acúmulo de riqueza e não a sua distribuição. Mesmo assim, a maior referência, feita pelas fontes, é sempre da imagem da emigração como um sofrimento que se deveria evitar.

“É compungente a scena que testemunhamos á bordo de todos os vapores que seguem para o norte. Centenas d’essas victimas vão

<sup>53</sup> (B.P.G.M.P.) Jornal Cearense, 05.07.1877, p. 1.

procurar nas margens pantanosas do Amazonas os recursos que o torrão natal ingrato lhes nega. Famílias inteiras, mulheres, crianças, velhos, cobertos de andrajos, mascillentos, mal se podendo apoiar sobre os pés, deixando todas as charas afeições, lá vão buscar em terras estranhas, que não conhecem nem por notícia, o auxílio que cá não podem conseguir, porque o governo paternal de Sua Magestade só d'elles se lembra quando é preciso pagar o imposto, ou o tributo de sangue, em defeza da honra nacional.<sup>54</sup>

Essa oposição entre o governo geral e o pensamento local se dá exatamente pela defesa dos interesses em manter a potencialidade econômica da província presente na reserva de sua mão-de-obra. Neste caso, a emigração não é uma alternativa adotada pela orientação do governo geral, é o abandono dos seus cidadãos. Na verdade, a imagem construída é de que o povo estava sendo sacrificado pela total falta de cumprimento do dever do Estado em ampará-lo. Mas, é lembrado que esse mesmo Estado sempre está disposto a cobrar, periodicamente, a espoliação institucional – o imposto –, assim como a sua dizimação ocasional através “do tributo de sangue, em defesa da honra nacional” – referencia à Guerra do Paraguai –, sem que para isso se coloque à disposição de retribuir com a sua proteção nos momentos necessários.

Não se pretende negar, com isso, os problemas existentes na emigração, mas deixar claro os interesses motivadores desses discursos. Não se trata de negar qualquer característica ressaltada na época, mas procurar demonstrar como essa imagem é cuidadosamente ressaltada em detrimento de outras e como essas análises, servindo-se fartamente das narrativas das penúrias dos retirantes, servem para construir o sentido central que o trabalho assumiu na assistência pública desse período. Afinal, com a obrigatoriedade do trabalho, os retirantes também tiveram vários padecimentos. Mas, o que se pode perceber nessas fontes é que, apesar dos discursos apresentarem essas preocupações humanitárias, o sentido principal de suas reclamações está vinculado aos interesses econômicos dos discursantes.

O que estava em disputa era a implantação de dois projetos radicalmente opostos. De um lado, os interesses dos produtores da província em manter a sua

---

<sup>54</sup> (B.P.G.M.P.) Jornal Retirante, 29.07.1877, p. 1.

reserva de mão-de-obra livre – aliás, como ressalta a historiografia, a maior base produtiva das províncias desmonetizadas de grande parte do Norte –, de outro, o interesse em utilizar um excedente populacional em uma região carente de mão-de-obra, ora com o envio dos retirantes para a Amazônia, e ora com o seu envio para o Rio de Janeiro e São Paulo, em menor escala. Embora Denise Moura afirme que – já no Congresso Agrícola do Recife, em 1878 – “diversos discursos pronunciados na ocasião sugeriam o interesse de muitos desses proprietários em que os pobres de suas cidades migrassem,<sup>55</sup>” é possível afirmar que no Ceará o pensamento amplamente hegemônico é o de manter a sua população na própria província, muito embora seja forçoso concordar que o Ceará foi uma das províncias em que a emigração foi mais intensa.

Porém, é preciso ressaltar, como o fez Celso Furtado, que as várias dificuldades atrapalharam, “pelo menos durante algum tempo, a reação dos grupos dominantes da economia da região, os quais viam na saída da mão-de-obra a perda de sua principal fonte de riqueza.<sup>56</sup>” E se houve proprietários que concordavam, e mesmo que pediam essa emigração, também houve os que discordavam energicamente dessa medida, constituindo-se na sua grande maioria. Mas é possível explicar esse fato chamando a atenção para as grandes diferenças entre as províncias da região. É possível que em Pernambuco e Bahia, com suas economias fortemente embasadas no açúcar e com grande uso do braço escravo, os senhores de engenhos tenham sido mais abertos à proposta da emigração, mas nas regiões menos dinâmicas e potencialmente com menor capacidade de recuperação, como o Ceará, em nenhum momento essa proposta foi bem aceita.

E não é de desprezar a orientação externa à essas áreas no sentido da emigração. Caetano Estelita, já em novembro de 1877, afirma, referindo-se ao total de retirantes existente na província, que “Uma parte diminuta d’esses emigrantes, cedendo ao movimento emigratório, que se estabeleceu para fóra da

<sup>55</sup> MOURA, Denise A. Soares de. Andantes de Novos Rumos: A Vinda de Migrantes Cearenses para Fazendas de Café Paulistas em 1878. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANAPUH/Marco-Zero, V. 17, nº 34, 1997, p. 122.

<sup>56</sup> FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 6ª Ed. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964, p. 133.

provincia, tem se retirado para o Maranhão, Pará e Amazonas e ultimamente para o sul do Império,” e revela que esse último destino tem uma particular intervenção, “conforme resolveu o Governo Imperial.<sup>57</sup>” Mesmo o governo geral tendo aberto uma nova rota na emigração, o presidente Ferreira de Aguiar garante que, na hora da escolha do local para emigrar, é respeitada a vontade de cada retirante, “consultando cada um mui livremente o seu interesse, presente e futuro.<sup>58</sup>”

Mas o que importa nessa nova rota de emigração é a sua ligação com a busca de solução da mão-de-obra para o Sul cafeeiro, já que estava em curso o projeto de “abolição gradual,” para utilizar a expressão de Eisemberg,<sup>59</sup> e o trabalho livre teria que ganhar uma nova dimensão. Contudo, a concepção que os grandes proprietários tinham dos “nacionais,” principalmente os fazendeiros do Sul, dificultava a inserção dos pobres e livres nos trabalhos das fazendas de café. Para Lúcio Kowarick, essa inserção só ocorrerá no século XX, já que “Privado do abastecimento de imigrantes, solidifica-se o projeto do grande cafeicultor de buscar braços no Nordeste. As regiões mais aventadas são as assoladas pela seca, onde se encontra grande número de retirantes.” E para ele “A experiência, pela primeira vez, se concretizou em 1915, por ocasião da grande ‘seca’,<sup>60</sup>” o que, na verdade, já tinha ocorrido bem antes.

Denise Moura identifica essa emigração já na seca de 1877-79 e aponta importantes relações com o problema da mão-de-obra no final do século XIX.

“Em vista disto, o movimento de chegada e saída de retirantes na Hospedaria de Imigrantes foi continuo durante o ano de 1878, parecendo um dado novo a merecer estudos mais aprofundados. A problemática da migração interna de cearenses para São Paulo, num contexto de crise do escravismo e de intensos debates em torno da possibilidade de se promover a migração em massa de trabalhadores europeus para a província suscita, assim, diversas inquietações.<sup>61</sup>”

<sup>57</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa Passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar em 23 de novembro de 1877, p. 24.

<sup>58</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar Passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 3º vice-presidente, em 22 de fevereiro de 1878, p. 9.

<sup>59</sup> EISEMBERG, Peter L. op. cit. pp. 172-1182.

<sup>60</sup> KOWARICK, Lúcio. op. cit. pp. 110-1.

<sup>61</sup> MOURA, Denise A. Soares de. op. cit. p. 128.

Mesmo tendo sido em pequena escala, essa emigração para o Sul ganha importância pelo ensaio do uso dos “nacionais” – e mais ainda, os do Norte – nas fazendas de café em São Paulo. Claro, essa rota de emigração não se consolidou no século XIX, mesmo tendo sido estimulada pelo presidente da província cearense na seca de 1888, o paulista Caio Prado. Em todo caso, essa experiência é demonstrativa da intenção em se utilizar a mão-de-obra liberada pelas secas para se regular um desequilíbrio no mercado de mão-de-obra.

Mas foi para o Norte, principalmente para o Amazonas, que a emigração em 1877-79 encontrou maior estímulo. “Nessa época, a economia da Amazônia estava na primeira fase da expansão da borracha, favorecida pela aproveitamento industrial do látex extraído da seringueira,” propiciado pela descoberta de Charles Goodyear, em 1839, da vulcanização da borracha. E nesse período, ressalta Marco Villa, “O aumento da procura pelo produto estimulava a ampliação das áreas de exploração justamente no momento da seca de 1877.<sup>62</sup>” Mas, a emigração, em julho de 1877, ainda estava no início e depois de afirmar; “Continuava a emigração para o Amazonas e Pará,” Rodolfo Teófilo dimensiona a sua pouca intensidade. “O vapor inglês Bernard, para aqueles portos, levou, a 25 de julho, mais 169 retirantes.<sup>63</sup>”

Mesmo com essa pouca intensidade da emigração em julho de 1877, ao contrário do que afirma Marco Villa, (que “não é possível concordar com Celso Furtado, que imputa às classes dominantes da região um movimento de resistência – que nunca houve – à emigração, e que afirma ter sido esta uma política imposta pelo governo central<sup>64</sup>”) o jornal “O Retirante” bradava: “A emigração ahi está para provar á toda á luz que o governo abandonou este infeliz povo, justamente quando devia amparal-o.<sup>65</sup>” Já no jornal “Cearense,” no início do mesmo mês - contrapondo-se, é verdade, a um artigo, enviado por Paula Pessoa, defendendo a emigração, aliás, um dos poucos artigos em que há defesa da emigração na imprensa liberal –, o editorial afirma: “Entretanto a conservação da

<sup>62</sup> VILLA, Marco Antonio. *Vida e Morte do Sertão: histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000, pp. 63-4.

<sup>63</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. Op. cit. p. 105.

<sup>64</sup> VILLA, Marco Antonio, op. cit. p. 58. (Nota de rodapé nº 9)

<sup>65</sup> (B.P.G.M.P) Jornal O Retirante, 29.07.1877, p. 1.

população desvalida pôde se effectuar, sugeitando-a a trabalhos de utilidade publica e preparando por esse modo a reabilitação da província para melhores dias.<sup>66</sup>”

Rodolfo Teófilo, ao analisar a emigração, sempre vê nessa tendência uma imposição do governo geral e, particularmente, uma orientação do Partido Conservador.

“As medidas apresentadas pelo desembargador Estelita eram boas, porém o governo geral não as quiz realizar, compromettendo ainda mais a provincia. Foi assim que, a 13 de agosto, autosisou (sic) elle ao presidente do Ceará a facilitar a emigração para o Amazônas e Pará, dando passagens aos retirantes nos vapores inglezes e brasileiros, mediante a quantia de seis mil réis por pessoa, além de mil réis diarios pela demora que tivessem no Maranhão. Este acto infeliz do governo conservador foi uma outra calamidade para a provincia.”

E na continuação de sua análise, Teófilo revela o pensamento central a respeito da emigração e que, mesmo havendo disputa entre os posicionamentos clássicos de conservadores e liberais, foi hegemônico entre a classe dominante do Ceará.

“Nada mais imprudente do que fazer emigrar milhares de pessoas, diminuindo as forças da provincia, para mais tarde vir ella a luctar com a falta de braços, quando quizesse restuarar a sua lavoura. A emigração, além d’esta desvantagem, quanto á reducção de despeza, era um erro. O retirante, onde quer que chegasse, era quasi sempre um homem enfermo; acostumado á ração, devia de ser socorrido pelo governo. Ora, se se tinha de alimentar a dez mil pessoas, seria mais economico fazel-o mesmo onde se achavam; além das despesas com passagens, poupar-si-iam as perdas com a mudança para climas diferentes e insalubres, conservando-se assim a população, que mais tarde reergueria a provincia. O desembargador Estelita muito contrariado ficou com semelhante ordem. Desgostoso com a falta de apoio do ministerio, solicitou sua demissão;<sup>67</sup>”

De fato, o presidente conservador, Caetano Estelita, que sempre direcionou os retirantes para o trabalho, não se sentia confortável com a

<sup>66</sup> (B.P.G.M.P.) Jornal Cearense, 05.07.1877, p. 1.

<sup>67</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos, op. cit. pp. 108-9.

orientação do governo geral de “facilitar” a emigração, como diziam, e que, na verdade, era uma ampla promoção. Muito embora seja no mesmo ofício em que pede exoneração, já em setembro de 1877 comunica ao ministro Costa Pinto: “Como V. Ex<sup>a</sup> sabe, eu não era propenso a idéia da emigração; mas hoje vejo que é uma medida tão justificada pelo império das circunstâncias que me parece o Governo Imperial deve continuar a promovê-la,” e na continuidade de sua justificativa deixa claro a ligação que essa medida tinha com o problema da mão-de-obra no final do século XIX, “para que tão grande numero de braços desocupados vão fertilisar a região do Amazonas e seguir também para o sul a formar núcleos coloniais.”<sup>68</sup>

Ao que parece, não é possível saber se Estelita cedeu às pressões do governo geral ou se teve o mesmo pensamento do liberal Paula Pessoa quando defendeu a emigração. Pessoa, ao refletir sobre o pouco dinheiro, liberado pelo parlamento geral destinado aos socorros públicos, alerta: “É preciso contemplar o triste espectro do que, ora, ocorre no interior da província; tocar por assim dizer a miséria extrema, o desanimo desses bandos de indivíduos,” e continua dando noção de suas condições, “nús e quasi loucos de desespero, fugindo á catastrophe, para compreender a responsabilidade de lhes aconselhar fiquem na terra natal”, e que ainda tenham esperança “na previsão de encontrarem trabalho remunerativo para poderem subsistir e cubrir a nudez;”<sup>69</sup> Seja como for, já estava no final do governo de Estelita.

Mas, Rodolfo Teófilo, quando identifica o aumento da intensidade da calamidade pública, afirma que o presidente Estelita entendeu “ser preciso proporcionar quanto possível aos retirantes a subsistencia por meio do trabalho.” E um pouco mais adiante lamenta. “Entretanto, isso não impedia a emigração.”<sup>70</sup> E ao identificar o aumento do fluxo migratório demonstra muita contrariedade, já que

<sup>68</sup> Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) título: Registro de Minutas de Ofícios da Presidência da província do Ceará, Dirigidos ao Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império; ao Ministro da Justiça; ao Ministro da Marinha; ao Ministro dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas; Ao Ministro da Fazenda. Nº 121-B. Data-Limite: 1877. Ofício de 8 de setembro de 1877.

<sup>69</sup> (B.P.G.M.P.) Jornal Cearense, 05.07.1877, p. 1.

<sup>70</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. p. 113.

identifica que os celeiros do governo estavam cheios, havia abrigo para os retirantes e ainda não existia nenhuma epidemia dizimando a população. Por isso, inclina-se a pensar que a atitude do presidente Estelita, com a emigração, além da pressão do governo geral, tenha se pautado na mesma compreensão de Paula Pessoa.

“O desembargador Estelita, homem mais de coração do que de acção, começou a se impressionar vivamente com a grande população adventícia da capital. Até então não tinha elle cumprido fielmente a ordem do ministro, mandando facilitar a sahida para as provincias do norte. Vendo, porem, que crescia sempre a emigração e temendo tomar a responsabilidade conservando os retirantes na capital, em officio de 25 de setembro, sob nº 2245, ordenou aos commissarios que verificassem se os trabalhadores empregados nas obras a seu cargo, principalmente entre os que tinham vindo de Mossoró, queriam emigrar para a provincia do Pará. Começava d’essa sorte o presidente a iniciar oficialmente a emigração, idéa que, poucos dias antes, tinha combatido.<sup>71</sup>”

De fato, a emigração para Fortaleza cresceu rapidamente e em setembro de 1877 já deveria ser capaz de impressionar a qualquer administrador. Mesmo não havendo referência numérica para esse mês, é possível ter uma idéia aproximada se se levar em conta a referência dada pelo presidente Ferreira de Aguiar, sucessor de Estelita, que em novembro de 1877 já havia na capital cerca de 43 mil retirantes.<sup>72</sup> E, além de tudo, ainda havia a percepção dos próprios retirantes sobre a seca e suas realidades, o que não deixou de ser percebido por Teófilo. Estabelecida a emigração, alguns elementos do pensamento popular agiram de modo decisivo para influenciar os retirantes a optarem por essa alternativa, particularmente as idéias do catolicismo popular.

Rodolfo Teófilo destaca dois acontecimentos que tiveram importância relevante para os retirantes da seca de 1877-79. Segundo ele, alguns retirantes, em 5 de julho, ao passarem em frente ao Cruzeiro da Sé, acreditaram ter visto – em um dos quatro quadros pintados no Cruzeiro, exatamente o que representava

<sup>71</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. p. 115.

<sup>72</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca em 22 de fevereiro de 1878, p. 10.

o martírio do Cristo – na face do crucificado algumas lágrimas e ficaram aterrorizados. Teófilo, avesso a superstições religiosas, apressa-se logo em explicar que as pinturas haviam sido retocadas há pouco tempo e que essas lágrimas eram “algumas manchas de óleo” que os retirantes quiseram ver lágrimas. Esse acontecimento, “em breve circulou por toda a cidade e abarracamentos.” E como passou-se a dizer que haviam acontecido “até milagres feitos com as lagrimas do Crucificado. Pouco depois estavam aglomerados na praça da Sé param mais de 12.000 retirantes. Todos juravam que viam descer lagrimas da face da imagem!”

Os retirantes, então, passaram a ver a seca – como aliás, era sempre vista – como castigo de Deus. E essa visão ficou ainda mais forte quando uma senhora, segundo Teófilo, de mais de oitenta anos, pediu para interpretar o fato e utilizou uma profecia de Frei Vidal. A senhora atribui ao frei a profecia afirmando que em um determinado tempo ninguém iria saber onde tinha sido a cidade do Forte e que viria a guerra e depois a peste. Como por baixo da Sé correria um grande rio, Deus, para castigar os pecadores, faria o rio juntar-se com o mar e inundaria e afogaria todos os seres vivos até a Pacatuba. Porém, antes disso mandaria um aviso para os servos fiéis saírem da “maldita cidade,” o que a senhora identificou como sendo o pranto da imagem. Depois de se ajoelharem em frente à imagem e rezarem um terço, afirma Teófilo que beijaram o chão e, passando pelos abarracamentos para pegarem a pouca roupa que tinham, “à tarde, deixavam a Fortaleza, em demanda da Pacatuba, cerca de doze mil retirantes, procurando d’este modo escapar ao castigo de Deus.”<sup>73</sup>

Outra profecia de Frei Vidal também passou a circular na cidade graças a um contemporâneo do frei, “um homem de idade já muito avançada, e residente em Canindé, que guardava na memória uma profecia do missionario sobre a secca actual.” A profecia anunciava que em 1877 os homens perderiam as cabeças e em 1878 haveria muito pasto e pouco rastro. Já em 1879 haveria cidades em que se matando uma rês não haveria quem a acabasse. Em 1880 nem um pingão de água cairia e em 1881 haveria tanta abundância que os velhos

<sup>73</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. pp. 206-7.

desejariam ser moços e os moços meninos. Segundo Rodolfo Teófilo, essas profecias estavam no domínio do povo que acreditava fielmente em seus significados, e além disso os jornais as publicaram, tornando-as ainda mais vulgarizadas.

“Concorrendo poderosamente para avassallar ainda mais os espiritos dos retirantes já tão abatidos, as profecias de Frei Vidal abriram mais o campo á emigração. Diziam que se havia realizado o que o santo prophetisara para os annos de 1877 e 1878. Com effeito, em 1877 a população do interior quasi que ficara allucinada, pelo flagello; em 1878 havia aguadas e pastagem, mas quasi que não havia gado. O acaso tinha se encarregado de justificar as predicções do missionario quanto aos dous primeiros annos. Os retirantes, todavia, não admittiam a possibilidade de não se cumprirem as profecias do santo quanto aos outros tres annos. Convencidos de que o flagello iria longe, procuravam ultimamente sahir da provincia; e quando se despediam dos amigos e parentes, diziam: – até 81.<sup>74</sup>”

Também era bastante vulgarizada, e já há muito tempo, a idéia de que de cem em cem anos as grandes secas se repetiam, talvez essa idéia possa explicar – pelo menos em parte – a formulação das profecias de Frei Vidal. O próprio Rodolfo Teófilo afirma essa crença: “Observa-se uma notavel coincidência na repetição d’essas sinistras calamidades: é a sua correspondencia secular.” E, muito mais adiante, tributa a esse pensamento a atitude precavida do presidente da província. “Convencido o Dr. José Julio de que ia se reproduzir o centenário de 1778, tratou de se prover de viveres, ao mesmo tempo que mandava levantar abarracamentos.<sup>75</sup>” Mas, o que importa é que essas profecias, como ressaltou Teófilo, tiveram grande aceitação por parte dos retirantes e contribuíram para que eles mesmos se convencessem a migrar, facilitando os projetos do governo geral. Obviamente, não se deve tributar à autonomia dos retirantes o que era uma política sistematizada do governo, mas parece correta a percepção de que essas crenças tenham-na facilitado.

Quanto à emigração como alternativa para as dificuldades enfrentadas pelos retirantes, Frederico Neves pondera: “Embarcar, contudo, nem sempre

<sup>74</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. pp. 207-8.

<sup>75</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. pp. 11 e 182.

poderia ser a melhor solução. Os relatos conhecidos das condições de trabalho e salubridade nos seringais amazonenses traziam insegurança e temor.<sup>76</sup> É verdade que o mito do enriquecimento fácil deve ter seduzido também outra parcela dos retirantes, mas tudo leva a crer que o elemento mais importante para a decisão dos retirantes se compunha da percepção que tinham da gravidade da seca nos seus vários aspectos. Ferreira de Aguiar, o presidente que mais incentivou e promoveu a emigração, parece ter compreendido o que ela provocava nos retirantes. “A pesar d’esse sentimento natural, apesar dos trabalhos e incertezas do futuro que acompanha quantos vão procurar abrigo em terra estranha”, admite sem nenhum constrangimento perceptível, “a emigração cearense tem continuado sem interrupção.<sup>77</sup>”

Fica difícil dimensionar, precisamente, o fluxo migratório. Rodolfo Teófilo alerta para este fato dizendo que nos governos de Caetano Estelita e Ferreira de Aguiar saiu um grande número de retirantes da província, “numero que não se póde precisar visto como os comissarios não se deram ao trabalho de fazer estatística.” Mesmo assim, anota ele, “De março a junho (de 1878) deu o Sr. Peixoto passagem para fóra da provincia a 8.114 pessoas!” E continua com o seu esforço de montar uma estatística. “Pelo porto da Fortaleza, sahiram durante o anno de 1878, 26.875 indigentes, sendo 11.575 para o sul e 15.300 para o norte.”

E conclui que:

“Estimando a população sahida pelo Aracaty em 16.000 almas, no anno de 1878, e nos demais portos da provincia em 12.000, chegamos ao conhecimento de que o Ceará perdeu, pela emigração, em 1878, 54.875 almas, não incluindo n’esta cifra os indigentes, que, acossados pelo flagello, passaram as fronteiras, para o Piauhy, Pernambuco e Parahiba.<sup>78</sup>”

<sup>76</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza: Secretária de Cultura e Desporto, 2000, p. 33.

<sup>77</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca em 22 de fevereiro de 1878, p. 9.

<sup>78</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. p. 255-6.

Realmente, embora seja impossível chegar-se a uma estimativa de quantos o fizeram, deve não ser insignificante o fluxo migratório de retirantes que cruzaram as fronteiras das províncias vizinhas ao Ceará por conta própria. Também não há como se saber o número de enterros clandestinos e das cremações realizadas nesse período. Mas, na estatística possível, apresentada por Teófilo, somando-se o número de emigrados ao de mortos chega-se ao total de 173.802 pessoas, somente para o ano de 1878. Na soma, Teófilo identifica que foram 54.927 emigrados – um número ligeiramente diferenciado do que apresenta um pouco antes e que aparece na citação imediatamente anterior – e 118.927 mortos. Ora, subtraindo-se o número de mortos do total de perda atribuída, chega-se ao número de emigrados da citação, que é 54.875. Logo, percebe-se que houve um erro na soma apresentada.

A soma apresentada é a seguinte.

"Perdeu o Ceará, portanto em um anno.	
Mortos.....	118.927
Shidos da provincia.....	54.927
	173.802 <sup>79</sup>

Barão de Studart, ao que parece, resolve arredondar os números e, depois de identificar que do total de 57.780 mortos 24.884 foram atacados por varíola, apresenta a estatística seguinte: "o Ceará em 1878 perdia 174.000 de seus filhos, sendo mortos 119.000 e expatriados 55.000.<sup>80</sup>" Nenhum desses dois autores apresentam uma estatística geral da emigração para todo o período da seca, muito embora Teófilo apresente uma estatística parcial para ano de 1877 das saídas do porto de Fortaleza, e mesmo esses números de 1878 não abarcam, como o próprio Teófilo percebeu, todas as variáveis possíveis. Mesmo assim, parece correto pensar que sejam números capazes de expressar uma boa panorâmica desses dois fenômenos.

Raimundo Girão, sobre a estatística da emigração na seca de 1877-79, limita-se a repetir o número apresentado por Teófilo, afirmando sobre o ano de

<sup>79</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. p. 256.

<sup>80</sup> STUDART, Guilherme. *Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará*. ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 44.

1878: “Quando terminou, haviam deixado o Ceará 54.875 dos seus filhos.<sup>81</sup>” Mas do ponto de vista da análise que faz – muito embora afirme que a emigração tenha sido, pelo menos em 1877-79, mais incidental do que um projeto – deixa a entender a sua importância histórica.

“Acabaram por oficializá-la, e os bojos dos navios emprenharam a mais não poder com as nefandas cargas de retirantes embarcados aos muxicões, em promisculdade, sem qualquer assistência governamental e levados ao ignorado hostil, para aquelas florestas avernais do Amazonas, que os estrangularia noventa em cem, mas pouparia dez, a fim de o desbravarem, machadinhando a seringueira e armando barracões, futuras cidades, futuras civilizações e, mais que isto, esticando o Brasil de milhares de quilômetros quadrados a trôco de rifle, mais tarde selados pelos tratados diplomáticos.<sup>82</sup>”

---

<sup>81</sup> GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 2ª ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1962, p. 321; GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985, p. 204. Embora, neste último caso, diga incoerentemente que esse número representa a cifra para toda a seca de 1877-79. “Quando terminou a seca, 54.875 cearenses haviam deixado a terra das suas saudades”.

<sup>82</sup> GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. op. cit., p. 321.

## Capítulo II

### Barbárie, Civilidade e Controle Social

#### Retirante

Para Rodolfo Teófilo e Barão de Studart, a entrada do primeiro grupo de retirantes em Fortaleza, em abril de 1877, foi definidora do reconhecimento público da seca.<sup>83</sup> Os retirantes traziam consigo o grande poder de atrair sobre si a atenção primeira dos discursos produzidos neste momento. E essas falas estão impregnadas pelas cenas impactantes vistas pelos seus cronistas e direcionam sempre a discussão para o mesmo fim. A exposição de suas misérias trazia o inconveniente de uma convivência forçada com os cidadãos abastados que, cada vez mais, procuravam se inserir em uma ordem de pensamentos e hábitos civilizados. Mais do que a quebra de um ciclo natural, a seca de 1877-79 é percebida, desde o início, como a descontinuidade de um progresso social aspirado a partir de meados da segunda metade do século XIX.<sup>84</sup>

As várias percepções sobre os retirantes advêm da observação direta de seus narradores e quase sempre denotam uma postura de repulsa diante de suas mazelas. À primeira vista, esses depoimentos, entusiasmados por uns e contristados por outros, direcionam a atenção do leitor somente para o que aparece explicitamente como problema. Percebidos e tratados como fora do seu espaço social, são o alvo de medidas que pretendiam isolá-los da forma mais eficiente possível. Essa forma de relacionamento, mediada pelas relações

---

<sup>83</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. *História da Seca do Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922, p. 84 e STUDART, Guilherme. *Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará*. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 38.

<sup>84</sup> JUCÁ, Gisafran N. Mota e ORIÁ, Ricardo. De Vila a Forte e Cidade (1603/1889). In: CEARÁ, Universidade Federal do. *A Gestão da Cidade, uma história político-administrativa*. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p. 38.

políticas da assistência pública, dá-se, desde o primeiro momento, fundamentalmente pelo trabalho, elemento que se tornou obrigatório na medida em que a necessidade de controle se fez mais premente.

Os Retirantes são vistos como incômodos nos vários discursos da época e recebem um tratamento condizente com a forma como são socialmente construídos. E se em algum momento isso parece ser minimizado, “Os primeiros retirantes que chegaram a Fortaleza, foram recebidos por todos os habitantes com verdadeira caridade,” é para logo em seguida demonstrar o limite estreito dessa tolerância: “O vício parecia ter contaminado os famintos. Viam-se em todas as idades as criaturas pervertidas.”<sup>85</sup>

Os repetidos relatos sobre as condições em que os retirantes se encontravam parecem revelar aos seus leitores a real situação daquele momento, mas carregam indicações muito mais valiosas do que uma simples constatação.

“Impossível é contar-se as caravanas de emigrantes que aqui chegam vindos de diversos pontos da província, descalços, andrajosos, immundos, mascilentos, desenhados na physionomia os horrendos symptomas da miseria.”<sup>86</sup>

A emigração dos retirantes para a capital da província, mesmo sendo feita de forma pacífica, é uma poderosa manifestação ativa e direta da cobrança de responsabilidade do poder instituído. Se assim não o fosse poderiam estacionar em qualquer outro lugar, mas o pensamento popular identifica o centro simbólico do poder como sendo o lugar que melhor pode resolver os seus problemas. É, de fato, bastou a presença da multidão de retirantes na capital para fazer pressão na ordem estabelecida. Por isso se compreende essa entrada dos retirantes como invasão, bem como se passa a vê-los como bárbaros ameaçadores do progresso e da civilização.

O grande número da população adventícia em Fortaleza, assim como nas demais cidades em que houve uma grande aglomeração de retirantes, gerou um grande número de discursos dos proprietários locais em que apresentavam um

<sup>85</sup> TEOFÍLIO, Rodolfo Marcos. op. cit. p. 124-5,

<sup>86</sup> (B.P.G.M.P.) O Retirante, 15.07.1877, p. 03.

certo temor pela própria tessitura social. Mas essa forma de perceber o grande número de pobres reunidos, e em situação de ruptura do equilíbrio tradicional das relações de desigualdade social, só deve ser entendida pelo basilar caráter contratualista da sociedade burguesa e não pela efetividade de organização política reivindicatória ou ameaçadora. Mas a necessidade de garantia de permanência da mesma forma de organização social fez com que os proprietários, ou mesmo certas categorias de pessoas plenamente incorporadas nessa mesma organização política, procurassem manter o estrito controle sobre a situação.

Não é difícil compreender que, com esse tipo de pensamento, a própria condição social dos retirantes é entendida como ameaçadora, e por isso mesmo, ganha grande visibilidade nos discursos e preocupações da parte mais privilegiada da sociedade. Assim – por maior que fosse o grau de sensibilidade e refinamento burguês ou mesmo de moralidade das famílias cristãs – , o incômodo se faz mais forte e ganha uma dimensão muito mais preocupante do que simplesmente ter que dividir o mesmo espaço com indigentes totalmente desprovidos dos códigos de bom comportamento.

“Terror, fome, sede, nudez, humilhação, prostituição, roubos, assassinatos, comunismo de bens, violências de toda ordem, abandono de tudo, hesitações offegantes, partida ao acaso, açodamento na retirada, desespero em fim, eis uma ligeira idéia da vertiginosa quadra em que nos achamos.”<sup>87</sup>

Ressaltando sempre as condições dos retirantes e fazendo uma relação direta com as possíveis conseqüências para a minoria abastada, esse texto demonstra bem que a cobrança para que o governo socorresse os retirantes se dava mais pela preocupação com a ordem social do que mesmo pela manutenção de suas vidas. Aqui entra em cena a importância do isolamento a que os retirantes foram submetidos nos abarracamentos depois da população advéncia de Fortaleza chegar, em novembro de 1877, a um número “não inferior a 43:000

---

<sup>87</sup> (B.P.G.M.P.) Cearense, 08.07.1877, p. 01.

individuos.<sup>88</sup> Pouco tempo depois, com a posse de José Júlio em março de 1878, os retirantes são expulsos para os arrabaldes da cidade e se intensificam as coerções para a cobrança do trabalho compulsório.

A importância dessa medida cresce quando se percebe o registro de Rodolfo Teófilo afirmando que em dezembro de 1877 a população adventícia de Fortaleza já era de “83 mil almas” e em tom crítico reclama – mesmo ele que se dizia um dos maiores defensores dos retirantes – , “devido isto somente á falta de providencias energicas tomadas em tempo.<sup>89</sup>” Barão de Studart, também outro importante homem da ciência do século XIX, mas com posicionamentos bastante diferenciados dos de Teófilo, concorda com a informação de “mais de 80 mil,” acrescentando que era “mais do quadruplo da população normal<sup>90</sup>” e, neste caso, demonstra o mesmo tipo de preocupação que seu contemporâneo.

A miséria dos retirantes não poderia, neste contexto, tomar uma outra dimensão que não fosse a do primeiro plano. Até porque a fala que se faz audível através dessa documentação é a das elites, aparecendo assim os elementos que mais constituíam como suas primeiras preocupações. O que se forma, ao longo desse processo, é toda a carga de significação que recairá sobre os retirantes e o próprio sentido social que lhe será atribuído. Essas referências tendem a criar um forte espaço de confinamento social para a memória dos retirantes e ocultar, pela grande visibilidade das experiências que viveram, o caráter excludente desse procedimento.

A omissão da importância social do trabalho dos retirantes cria uma poderosa interdição para uma resignificação do seu próprio conceito e passa a legitimar, de forma contundente, as ações a que são submetidos. Dessa forma, passa a ser socialmente aceitável, pela própria necessidade dos retirantes, em conformidade com esses discursos, que eles sejam submetidos a determinadas condições que normalmente não teriam aceitação. Não é de admirar que mesmo

---

<sup>88</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Ex. Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a Administração da Província do Ceará ao Ex. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges de Fonseca 3º Vice-Presidente da mesma Província em 22 fevereiro de 1878. p. 10.

<sup>89</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. p. 134.

<sup>90</sup> STUDART, Guilherme. op.cit. p. 39.

no discurso dos administradores da província os retirantes só sejam citados como gastos e não como trabalhadores utilizados em larga escala nos diversos tipos de obras que se estava realizando. A participação efetiva na implementação dos projetos de progresso e civilidade, tão desejados pelas elites cearenses, é sistematicamente omitida, negando aos retirantes o reconhecimento social da importância do seu papel.

O que fica claro é que só foram publicizadas as ações de assistência e gastos com os retirantes, não se limitando apenas aos poderes públicos, mas também ao que se chamou de caridade particular. É assim que se poderá compreender a partir do texto de um articulista que, para deixar clara a deficiência da assistência pública organizada pelo Estado, conclama a paciência dos seus leitores. “Cumpra pois que nos preparemos para hospedar a miséria que nos bate à porta e socorre-la tanto quanto estiver nas forças de cada um.<sup>91</sup>” A transmutação das condições sociais em que a população pobre estava passando para as suas próprias pessoas – não são seres humanos que batem à porta, é a própria miséria – é absolutamente corriqueiro na documentação da seca e “Aquilo que é uma condição da pobreza aparece como condição intrínseca dos homens pobres.<sup>92</sup>”

“Lá iam elles a caminhar tropeços porque a fome lhes tinha roubado as forças; macilentos, esqueletos que se moviam por uma força invisível que lhe dava impulso.<sup>93</sup>”

Claro que mesmo nesse tom, o da vitimização, o agente discursante defende o seu forte interesse em utilizar os retirantes na consecução dos seus projetos. Explorando a necessidade em que estavam passando, ficava muito mais fácil a aprovação da assistência pública associada à obrigatoriedade do trabalho. Com isso, ao invés de ser considerado uma exploração, esse sistema passou a ser apresentado como uma verdadeira salvação pública. Mas nem sempre o

<sup>91</sup> (B.P.G.M.P.) Cearense, 18.04.1877, p. 01

<sup>92</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A. Multidão e a História saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 69.

<sup>93</sup> (B.P.G.M.P.) O Retirante, 05.08.1877, p. 03.

discurso era, mesmo criando uma imagem negativa, tão benevolente com as condições dos retirantes.

“O povo acha-se sobressaltado, em confusão e prestes a entregar-se a rapinagem de fera para saciar a fome que o devora. Sabemos que em algumas localidades a gente esfomeada prepara-se para um assalto geral á propriedade das pessoas abastadas, e que algumas destas, em perspectiva do mal que as ameaça, já abandonaram suas casas, levando comsigo o que poderam liquidar e transportar.<sup>94</sup>”

E essa forma em que os retirantes passaram a ser vistos teve realmente uma ação poderosa em determinar o tratamento a eles dispensado. A documentação sobre o tema expressa um sentido de entendê-los como um grande peso que, somente por obrigação, é que se deve carregar. E essa visão sobre os retirantes foi percebida, mesmo no próprio período em que estava sendo construída, por pessoas que, de alguma forma, sentiam o quanto era difícil se dedicar a uma causa desvalorizada.

Por isso, depois de expor ao presidente da província os poucos recursos que recebia a Vila de Jaguaribe Mirim para a assistência pública, mesmo depois de um pequeno aumento, o juiz de direito João Fellipe de Melo afirma com alguma contrariedade. “Como V. Ex.<sup>cia</sup> vê ainda é uma migalha, mas uma migalha que tem salvo muitas vidas, tratadas de bixigentas etc.” E sem diferenciar um trabalho público de uma ação privada penhorada em favor, arremata em confesso tom de orgulho: “É que o que é do pobre para o pobre rende muito, como que se multiplica.<sup>95</sup>”

Mas o discurso predominante não só ressalta o estado de pobreza dos retirantes, como os desqualificam. Essa tendência é muito forte em toda a documentação, inclusive nos romances, e se estende para a própria concepção de seca. Para Ivone Barbosa, ao analisar a produção literária que tematiza o sertão, os autores não estão interessados apenas em demonstrar o aspecto econômico,

<sup>94</sup> (B.P.G.M.P.) Cearense, 18.04.1877, p. 1.

<sup>95</sup> Ofício do Juiz de Direito da Vila de Jaguaribe Mirim João Fellipe da Cunha Bandeira de Mello ao presidente da província José Júlio de Albuquerque Barros em 10.02.1879.

porque, segundo ela, na concepção deles, “a condição de miséria não é apenas material, mas é principalmente a miséria moral que estes autores vão enfatizar.”<sup>96</sup>

Essa imagem constrói um sentido social que é um confinamento poderoso para a memória dos retirantes e, portanto, para o seu significado histórico. Esse processo de construção de sentido social é bastante similar com o do sertão, podendo-se afirmar também que “Esse conjunto de imagens foi movimentado na experiência histórica brasileira para os mais diversos fins, por diversas classes e grupos políticos, não cabendo buscar nelas mesmas algum significado histórico e sim nos sujeitos ou grupos que as manipulam, que as toma como referência para justificar sua intervenção social.”<sup>97</sup> No caso do retirante, esse procedimento interdita a evocação de sua memória como um agente importante na consolidação dos principais símbolos de progresso e civilidade, como o aformoseamento da capital e as obras de infra-estrutura da província.

Dessa forma, pensar em retirantes é sempre pensar em miseráveis, mendigos, ladrões, assassinos, prostitutas, perigosos, doentes, ignorantes, bárbaros, supersticiosos, morto-vivos e nunca vê-los como trabalhadores. E não se trata de negar “a realidade,” trata-se simplesmente de afirmar um outro sentido, de buscar a construção de uma outra significação para o mesmo fato. É procurar perceber como esse referencial foi construído e utilizado para dar legitimidade a certas ações que, em ou em outro momento, possibilitaram a afirmação e a vitória de interesses de um grupo social sobre outro.

A primeira relação que este tratamento mantém com a realidade dessas pessoas é a perda do reconhecimento de suas identidades, “pois, na condição de miséria que vivenciam, vêem-se privados também dessa referência cultural e tornados ‘retirantes’, como se esta fosse uma condição ontológica.”<sup>98</sup> A própria denominação às pessoas que migram atrás dos meios de sobrevivência –

<sup>96</sup> BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: Um Lugar Incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza: Secretária de Cultura e Desporto do Estado, 2000, p. 181.

<sup>97</sup> ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. *Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo: a cidade e o campo na literatura naturalista cearense*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2002, p. 107. Mimeo. (Dissertação de Mestrado)

<sup>98</sup> BARBOSA, Ivone Cordeiro. op. cit. p. 177.

retirantes ou adventícios – já é reveladora da relação de alteridade estabelecida entre o grupo que chega e o que recebe. É a própria diferenciação social que está embutida nesse tratamento e que determina a precedência que a população da cidade exerce na relação com a do interior. Por isso mesmo é que o fluxo migratório, dirigido para a capital ou qualquer outra referência urbana, não deve ser entendido como uma ação desprovida de sentido político.

E se é possível identificar uma tendência em explicar o retirante como se fosse uma condição ontológica, então não seria um absurdo identificar essa mesma tendência na explicação de suas misérias.

“Uma grande parte, da classe baixa é mendiga por gosto e habito; a esmola é o seu meio de vida; nessas calamidades multiplica-se o numero de ociosos e aqueles que o erão por indole juntar-se-hão os que o ficarem sendo pelo costume.”<sup>99</sup>

O mais importante sobre a visão social predominante na época – e que tem profundas relações e significados com a memória dos retirantes nos tempos atuais –, é a omissão dos conflitos. A explicação dada faz passar uma idéia de que os acontecimentos tinham foros de naturais e inexoráveis. Por tanto, todas as ações tomadas tinham que realmente ser exatamente como foram, não admitindo nenhuma outra alternativa e tampouco críticas às soluções executadas. Mesmo as discordâncias havidas – e as únicas que tinham ressonância eram circunscritas às próprias elites – apontavam sempre na limitação de não romperem com a visão da necessidade de controle e disciplinarização dos retirantes.

A partir da análise da literatura sobre o sertão, Ivone Barbosa pôde captar uma idéia muito enraizada no discurso tradicional da época e que, sem nenhuma perda do seu vigor, pode se estender perfeitamente para outros tipos de fontes.

“Diferentemente das referências literárias que falavam das multidões como decorrentes dos processos de industrialização e urbanização, processos estes que se estabeleceram pela expropriação e exploração do trabalho, a existência dessa multidão sertaneja não era considerada como resultante de processos sociais, como decorrência direta dos

<sup>99</sup> (B.P.G.M.P.) Cearense, 18.04.1877, p. 01.

altos índices de concentração fundiária e de exploração do trabalhador sertanejo, mas de um fenômeno da natureza: a seca.<sup>100</sup>

A oposição entre o progresso da província (ordem social) e a miséria da seca (ordem natural), contrapõe o que, no discurso predominante da época, encontrava-se em duas dimensões distintas. Não podendo ser responsabilizadas por um evento natural (causa), as elites também não poderiam ser cobradas de quaisquer responsabilidades (conseqüência) e assim não apareciam as profundas relações de desigualdade social, bem como os mecanismos de dominação política. É pautado nessa concepção que Teófilo identifica que “No período de 1846 a 1877, o Ceará progrediu extraordinariamente, embora entregue a seus próprios recursos.<sup>101</sup>” Quer dizer, se não há seca não há problemas.

A seca passa a ser culpabilizada pelas relações sociais estabelecidas e, com o peso da construção discursiva, é apontada como causa da interrupção do progresso material da província.

“Longos annos serão precisos para a reparação de tamanhos estragos. A reconstrução do edificio do nosso nascente progresso, demolido até os alicerces, será lenta e difficil.<sup>102</sup>”

Mas a seca de 1877-79 não representou interrupção nenhuma no progresso da província e – com os recursos externos e em condições especiais de exploração da mão-de-obra liberada com a grande migração –, na verdade, pôde dar um grande impulso nas obras de aformoseamento da capital e de outras cidades também. Então, o que é identificado como um grande problema pelo discurso predominante da época foi, de fato, uma grande solução para a realização de importantes obras de melhoramento em toda a província.

Contudo, a imagem da seca como problema, e dos retirantes como miseráveis e bárbaros, teve uma profunda inserção na sociedade do século XIX e uma ampla reprodução até mesmo nos dias de hoje. É preciso perscrutar os mecanismos dessa criação e reprodução para se ter a possibilidade de

<sup>100</sup> BARBOSA, Ivone Cordeiro. op. cit. p. 184.

<sup>101</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. p. 71-2.

<sup>102</sup> (B.P.G.M.P.) O Retirante, 15.07.1877, p. 03.

visualização diferenciada desses sujeitos sociais. É possível atentar para as vicissitudes políticas daquela época e perceber que certos grupos sociais precisavam elaborar uma explicação dessa realidade. “Com efeito, fazia-se necessário a criação de um imaginário e, portanto, de um conjunto de representações que pudessem legitimar a nova proposta de desenvolvimento, preenchendo, assim os espaços vazios entre a opulência de suas elites e a miséria da maioria.<sup>103</sup>”

Paradoxalmente, o agente realizador da construção dos principais símbolos de civilidade na província foi exatamente a categoria social mais desprezada e identificada com a mais absoluta miséria. Os retirantes se constituíram como os trabalhadores urbanos que as elites necessitavam e o seu trabalho acabou por gerar uma grande riqueza, com pequenas e grandes obras, que foi incorporada ao patrimônio público da província.

## Trabalho

Foi na seca de 1877-79 que, pela primeira vez, os retirantes foram sistematicamente utilizados como trabalhadores e executaram tarefas completamente diferenciadas de suas atividades quotidianas. Acostumados, em sua quase totalidade, com serviços da pecuária ou da agricultura, os sertanejos cearenses tiveram que se adaptar a uma realidade sem precedentes em suas referências culturais. Não eram apenas tarefas estranhas aos retirantes, mas uma mudança total nas relações sociais, principalmente nas relações de trabalho, como bem percebeu Frederico de Castro Neves. A organização do trabalho em turmas “e sob o comando enérgico de um superior contrastava radicalmente com o trabalho familiar e autônomo desempenhado nas terras arrendadas e

---

<sup>103</sup> CHAVES, José Olivenor Souza. *Fortaleza e os Retirantes da Seca de 1877-79: o real de imaginário dominante*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995, p. 104. Mimeo. (Dissertação de Mestrado).

representava uma divisão do trabalho mais aprofundada entre executantes e planejadores”. Outra importante diferença era a presença dos engenheiros, brasileiros ou estrangeiros, “que vinha aumentar a estranheza do retirante, já que a fonte do poder exercido por eles era o saber e não mais a propriedade.”<sup>104</sup>

Muito embora o governo geral tenha demorado em acenar positivamente na liberação do retirante como trabalhador, o que efetivamente só aconteceu em junho de 1878, o governo provincial, desde o início do reconhecimento da seca, utilizou-se amplamente das turmas de retirantes em “melhoramentos públicos” em todo o território da província. O trabalho como princípio norteador da assistência prestada aos retirantes foi uma medida que desde o reconhecimento da seca, com o presidente Caetano Estelita, foi defendida e implementada amplamente.

“Aceita igualmente essa idéia, como o meio mais profícuo de realizar a manutenção dos indigentes, foram-se levantando por toda a parte oficinas de trabalho, onde o povo tem encontrado os instrumentos necessarios a exercer sua atividade.”<sup>105</sup>

Essas “oficinas de trabalho” eram, na verdade, obras de pequeno porte empreendidas pelo governo provincial e se estenderam até abril de 1878, quando, a partir da administração do presidente José Júlio, foram ampliadas com grandes obras de infra-estrutura. Muito embora tenha sido um princípio que perpassou todo o tempo da seca, o período das pequenas obras tinha um caráter muito forte de educar os pobres para o trabalho e criar um comportamento de valorização social do seu próprio sentido. Já com as grandes obras inaugurou-se mesmo o recurso das elites locais de captarem verbas externas para implementarem projetos de desenvolvimento de sua capacidade produtiva. É claro que a educação para o trabalho também estava aí presente.

Foi o presidente José Júlio que explicitou a orientação dada no uso dos retirantes que estava sendo cumprida desde a administração do presidente Caetano Estelita para as pequenas obras. Eram serviços que, de preferência,

<sup>104</sup> NEVES, Frederico de Castro. op. cit. p. 54.

<sup>105</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa Passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar em 23 de novembro de 1877, p. 22.

“poupassem a compra de materiaes e o trabalho profissional.<sup>106</sup>” É por isso que os primeiros trabalhos dos retirantes a ter referência no relatório do presidente Estelita foram “o empedramento do pateo interior do edificio em que fucciona o Lyceu e a biblioteca publica, executado com pedras arrancadas por emigrantes” e também o calçamento da rua General Sampaio, no trecho compreendido entre a cadeia pública e a estação da via-férrea de Baturité, “executado com pedras extrahidas por emigrantes na villa da Pacatuba.<sup>107</sup>”

Não é de admirar que o trabalho dos retirantes tenha sido utilizado, desde a sua mais incipiente manifestação, em obras de melhoria e embelezamento dos equipamentos urbanos da capital, já que a administração provincial estava enfrentando dificuldades financeiras desde 1872, havendo uma grande retração nos gastos públicos neste setor. Depois de expor “a insignificância do algarismo” gasto no último ano com obras públicas, Caetano Estelita explica a Assembléia Provincial.

“Expressar esse algarismo é levar á evidencia a impossibilidade em que se tem visto a provincia para tentar outra cousa que não seja reparo de seus edificios, conservação de suas vias de transporte ou algum melhoramento sem maior importancia, reclamado pelas inadiaveis e instantes necessidades do publico serviço.<sup>108</sup>”

É possível, com base nessa documentação, ressaltar duas características no uso do trabalho dos retirantes durante essa seca. A primeira é sua importância devido às dificuldades financeiras enfrentadas pela administração pública e a segunda – o que em nenhuma hipótese tira a sua importância – é a sua desqualificação técnica. Mas, na medida em que havia uma baixa qualificação técnica dessa mão-de-obra, havia também a possibilidade, o que concretamente

<sup>106</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 1ª Sessão da 24ª Legislatura da Assembléia Provincial em 1º de novembro de 1878 p. 45.

<sup>107</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa Passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar em 23 de novembro de 1877, p. 17.

<sup>108</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 2ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembléia Provincial em 2 de julho de 1877, p. 22.

foi utilizado, em generalizar essas atividades por uma enorme quantidade de pessoas liberadas de seus afazeres regulares em consequência dos problemas advindos com a seca. Assim, o que teve um uso modesto no primeiro momento foi logo generalizado e, já no final do governo do presidente Estelita, essas oficinas de trabalho espalhavam-se por 98 localidades da província cearense e se constituíam em vários tipos de serviços.

E pela análise das obras mais repetidas dos “Melhoramentos Públicos Resultantes da Seca” (construção de pequenos açudes, construção e reparos em cadeias, construção e reparos em escolas, aterramentos e criação e reparos em estradas),<sup>109</sup> pode-se constatar que foi priorizada, em consonância com a orientação dada, a generalização do trabalho pela população pobre. Mesmo assim, descontente com o tipo de obras realizadas, Rodolfo Teófilo reclama desalentado: “uma grande somma custou ao Estado o primeiro anno de secca e poucos melhoramentos ficaram na provincia.”<sup>110</sup> O descontentamento de Teófilo se dava porque, apesar de se ter realizado inúmeras obras, e em muitas localidades, não eram obras de grande porte que pudessem alterar, de alguma forma, o fluxo de circulação de mercadorias na província.

E o elemento mais importante, segundo os discursos da época, para determinar a necessidade de uma obra, era sua capacidade de absorção de “braços ociosos” dos retirantes. Assim, as duas obras que mais empolgaram os projetos das categorias sociais dominantes foram a construção do porto de Fortaleza e o prolongamento da via-férria de Baturité que, pelo porte dos empreendimentos, cumpririam bem essa preocupação. Mas, na correlação de forças estabelecida nas negociações com o governo geral, o porto não teve indicação de ser aprovado, mesmo tendo o próprio presidente José Júlio discorrido longa e profundamente sobre a sua viabilidade e importância. Com isso, foi dada total prioridade ao prolongamento da estrada de ferro de Baturité.

---

<sup>109</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa Passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar em 23 de novembro de 1877, pp. 22-30.

<sup>110</sup> TEÓFILO, Rodolfo M. op. cit., p. 197.

É Rodolfo Teófilo quem, mesmo em um trecho em que defende a execução dessas duas obras, dá indícios de uma compreensão maior quando afirma que “além de ser de necessidade dar trabalho a milhares de homens, o governo gastaria na construção d’essas obras um terço menos que em tempos normaes.<sup>111</sup>” Para justificar uma ação política, Teófilo afirma também que “As grandes despesas com soccorros publicos e a crescida população adventicia da capital levaram o Dr. José Julio, a 2 de maio<sup>112</sup>” a mandar iniciar os trabalhos de preparação do prolongamento da estrada de ferro de Baturité, antes mesmo da encampação e mesmo da autorização desse tipo de obra por parte do governo geral. Essa atitude de José Júlio, assim como a do próprio Teófilo, parece muito coerente com o pensamento hegemônico da época de conseguir, a todo custo, esse benefício. E depois de muitos conflitos com interesses contrários, em que o conselheiro José de Alencar foi um dos principais antagonistas, o projeto sai vencedor e, novamente, Rodolfo Teófilo dá tanta importância para a sua capacidade de absorção da mão-de-obra que chega a identificá-la como impedidora da emigração.

“A encampação da estrada de ferro de Baturité, solicitada ao governo geral, com instancia, pelo Dr. José Julio, foi finalmente realizada, por decreto de 1º de junho. (...) Esta fonte de trabalho, no (sic) qual deviam ser aproveitados milhares de braços, que viviam ociosos, infelizes que mendigavam, veria impedir a emigração.<sup>113</sup>”

Embora os discursos vaticinassem que essa obra seria a que mais absorveria a mão-de-obra liberada pela seca, não só o número de retirantes nela empregado foi pouco, como o próprio critério de escolha desses trabalhadores foi racionalmente estabelecido com o estrito sentido de evitar que os familiares dos retirantes representassem despesas a mais para a companhia. É com essa preocupação que o comissário da Comissão Domiciliária do 8º Distrito na Tijubana, João Carlos da Silva Jatahy, escolhe os retirantes que estão sob sua administração.

<sup>111</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. p. 108.

<sup>112</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. p. 197.

<sup>113</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. pp. 200-1.

“Constando-me que por essa presidencia fora determinado que cada um dos comissarios domiciliarios preparassem um numero sufficiente de homens solteiros, casados e viuvos sem filhos com destino aos trabalhos da via ferrea de Baturité na Pacatuba, tenho a honra de comunicar á V. Ex.cia que se achão arregimentados e relacionados 132 homens, inclusive dous chefes aptos para o serviço acima indicado,<sup>114</sup>”

Mesmo tendo sido um grande entusiasta desse “melhoramento” e afirmando categoricamente a sua crença na capacidade que teria de gerar um grande número de ocupação, o próprio Rodolfo Teófilo admite, algumas páginas adiante da sua afirmação anterior, que o número de retirantes utilizado nesse serviço foi “mui diminuto”. Só que, para ele, a culpa recaia na alegativa feita por muitos do “modo pouco humano por que eram tratados os trabalhadores pelo engenheiro Pinkas.<sup>115</sup>” Esse argumento, em nada convincente, torna-se um absurdo quando se percebe que as obras do prolongamento da estrada de ferro tiveram um ritmo plenamente satisfatório em sua execução. Parece mais coerente procurar essa explicação no próprio caráter do trabalho nas linhas de ferro, que, por apresentar um determinado nível de especialização, jogava os retirantes para a execução de tarefas secundárias na determinação do ritmo do trabalho.

Não era a capacidade de abrir picadas no mato, fazer aterramentos, cortar madeira e preparar dormentes, carregar pedras e trilhos que fazia acelerar os trabalhos, mas ao contrário, essas tarefas executadas pelos retirantes é que tinham o seu ritmo determinado por tarefas mais especializadas como medição topográfica, determinação do melhor trajeto, cálculos para determinar a capacidade de pontes ou mesmo a construção de obras d’artes, montagem dos trilhos etc. Parece correto se pensar que, neste caso, houve uma subordinação do ritmo do trabalho não especializado pelo especializado, ou seja, que os serviços feitos pelos retirantes só eram solicitados na medida em que havia a sua efetiva necessidade. Por isso não houve espaço para uma generalização do trabalho do

<sup>114</sup> Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1877-1878. Caixa: 05. Ofício da Comissão Domiciliária do 8º Distrito da Tijubana, em 20 de Agosto de 1878, ao Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros.

<sup>115</sup> TEOFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. p. 205.

retirante nas obras da estrada de ferro e daí a liberação dessa mão-de-obra para outros tipos de trabalho.

Obviamente, isso não isenta o engenheiro chefe da segunda seção da Estrada de Ferro de Baturité das acusações que sofria. O jornal conservador “A Ordem,” de Baturité, faz uma verdadeira campanha de denúncia dos “desmandos” do engenheiro Júlio Pinkas que vão desde corrupção, maus tratos dos retirantes, alguns com “espancamentos bárbaros,” e até acusação de “defloramentos de retirantes virgens<sup>116</sup>” e, segundo o jornal, com plena cumplicidade das autoridades. Mas, pelo menos dessa última acusação, que foi objeto de uma investigação, fica difícil a comprovação, já que o próprio jornal publicou, inclusive no mesmo número em que continua fazendo a denúncia, um depoimento sumário do responsável por essa investigação afirmando não ter encontrado a suposta menor deflorada, nem a sua família.<sup>117</sup>

Mas, o jornal continua com a sua campanha, sempre trazendo um fato novo e, depois de noticiar a saída do engenheiro do Ceará e sua suposta nomeação para uma estrada de ferro em Alagoas, afirma que antes de deixar a via-férrea de Baturité ele vendeu, por preço insignificante, vários cavalos e burros comprados anteriormente por um valor absurdamente alto e lamenta: “Desgraçado paiz! Desgraçado governo! Só num paiz desses um tal engenheiro é nomeado para cargos importantes.<sup>118</sup>” Mesmo levando em conta que o jornal poderia estar fazendo uma campanha difamatória contra esse engenheiro – que mantinha um excelente relacionamento com o presidente da província José Júlio, do Partido Liberal –, é preciso compreender que os retirantes realmente estavam em uma situação de extrema vulnerabilidade social.

Basta lembrar que Rodolfo Teófilo se espanta com o modo pouco humano que os retirantes eram embarcados nos navios para emigrarem e, em uma passagem já muito repetida na historiografia cearense, comenta os crimes praticados pelos proprietários de terras do Cariri que assassinavam os retirantes invasores dos seus roçados, ficando impunes simplesmente “porque o retirante

<sup>116</sup> (B.P.G.M.P.) A Ordem (de Baturité), 07. 03.1880, p. 02.

<sup>117</sup> (B.P.G.M.P.) A Ordem (de Baturité), 07. 03.1880, p. 03.

<sup>118</sup> (B.P.G.M.P.) A Ordem (de Baturité), 18.03.1880, p. 01.

era considerado como um cão leproso que ia empestar a terra alheia.<sup>119</sup> Talvez seja válido ilustrar essa condição com o fato noticiado pelo jornal “A Ordem” que, mesmo não dando detalhes, possibilita uma melhor compreensão sobre esse problema. Segundo o jornal, um trabalhador da segunda seção da Estrada de Ferro de Baturité foi recolhido “a um dos hospitais” da cidade de Baturité com uma bala na coxa e, segundo depoimentos recolhidos, a arma foi “casualmente disparada.”<sup>120</sup>

Contudo, os problemas dos retirantes em seus locais de trabalho não se constituíam apenas desse tipo de caso. Alguns estavam relacionados diretamente ao próprio caráter do serviço executado e às condições de trabalho a que estavam expostos. É o que se pode ver do relatório enviado ao presidente da província pelo médico encarregado do tratamento dos retirantes empregados na segunda seção da Estrada de Ferro de Baturité, José Damião de Souza Mello.

“tenho apenas encontrado como molestias reinantes algumas diarreias, dyzzenterias e apilações devidas (sic) sem duvida á má qualidade da alimentação e pessimas aguas, de que em geral e necessariam.º fazem uso os trabalhadores indigentes e suas familias, e finalm.º algumas febres catharraes, pleunozes e pneumonias, devidas a mudança da estação, inteperies do tempo a q. se expoem no trabalho em estado de transpiração e ainda ás pessimas condições higienicas em q. se acham os mal alinhavados albergues ou palhoças habitadas pelos referidos trabalhadores.”<sup>121</sup>

Apesar do médico analisar que “o estado sanitario desta Secção, a qual, se não é muito satisfatorio e lisongeiro, tambem se não pode dizer que seja dos priores nem dos mais desanimadores”, a Comissão de Socorros Públicos de Canoa, pouco antes do referido relatório de José de Souza Mello, reclamava ao mesmo presidente José Júlio.

<sup>119</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. p. 97.

<sup>120</sup> (B.P.G.M.P.) A Ordem (de Baturité), 14.09.1879, p. 02.

<sup>121</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Baturité. Data-Limite: 1877-1879. Caixa: 03. Relatório de José Damião de Souza Mello, Encarregado do Tratamento dos Indigentes da 2ª Seção da Estrada de Ferro de Baturité, em 2 de fevereiro de 1879, ao Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros.

“O estado actual da peste e outros males levão-nos a tomar serias medidas, desde que as pessoas que vão enfermado não teem tracto nos Hospites e Lazaretos creados pela estrada de ferro; não são ali acceito; ordens expressas do engenheiro d’esta Secção, sinão os operarios da m.<sup>ma</sup> estrada; ficando assim os demais indigentes fóra d’essa graça. Acontece que morrendo operarios da estrada, a sua familia fica ao desamparo, e é precizo não consentir morrer a falta de recursos.<sup>122</sup>”

Em Fortaleza, os retirantes enfrentavam os mesmos problemas de más condições de trabalho, atingindo inclusive o nível mais elementar para a sua sobrevivência. O encarregado de trabalhos Felipe de Araújo Sampaio se dirige diretamente ao presidente da província para dizer “que até esta data ainda não foram pagos aos serventes das diversas obras publicas a meu cargo nesta capital, as rações de comida diaria<sup>123</sup>” e isso simplesmente porque ainda não havia sido iniciada essa distribuição na pagadoria do Alto da Pimenta, mesmo estando os retirantes dependendo dela para a sua alimentação.

O que poderia ser uma exceção se faz entender melhor quando toma forma mais geral e passa a ser demonstrativo de uma realidade bem mais ampla. Parece ser essa a melhor leitura que se faz quando se leva em consideração a reclamação que faz o comissário do 13º Distrito João Luís Rangel – após o fracasso de uma re-emigração forçada que voltou a desorganizar o sistema de socorros públicos, principalmente na capital –, que não era possível que “com uma alimentação de carne do sul excessivamente salgada, e muitas vezes de pessima qualidade, e farinha de mandioca somente”, possa-se manter condições de saúde, principalmente quando se trata de “grande quantidade de povo em quase sua totalidade nu e dormindo grande parte no chão e muitos ainda por baixo de arvores, tal é a afluência de emigrantes que esta chegando do interior.<sup>124</sup>”

<sup>122</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Baturité. Data-Limite: 1877-1879. Caixa: 03. Offício da Comissão de Socorros Públicos da Cidade de Baturité, em 08 de janeiro de 1879, ao Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros.

<sup>123</sup> (APEC). Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1879. Caixa: Caixa 10. Offício da Comissão Domiciliária do 8º Distrito da Tijubana, em 23 de maio de 1879, ao Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros.

<sup>124</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-

Essa realidade, entretanto, ficou restrita somente ao primeiro ano de seca, quando o sistema de socorros ainda não estava totalmente organizado, e ao período imediatamente após o fracasso da re-emigração forçada promovida pelo governo provincial no início de 1879.

Mesmo enfrentando sérios problemas, inclusive na alimentação que recebiam como pagamento, os trabalhos executados pelos retirantes seguiam não só uma sistematização bem delimitada, como também uma intensidade rigorosa. Depois de informar que recebera o calçamento da estrada de Soure do seu antecessor Adolfo Herbster com “quatrocentas e cinquenta braças de sólida construção,” o comissário João Luís Rangel afirma que:

“Durante o tempo de minha administração; isto é no período de 121 dias úteis, tem se feito 405 braças desse calçamento com pedra conduzida pelo pessoal deste abarracamento, bem como tãobem tem sido feitos todos os aterros e escavações a elle precisos. Reunindo o trabalho do corte e condução de madeiras, para enchameamento de quase todo abarracamento e para a construção delle, extração e condução de barro a as paredes internas e de todo elle, e externas da maior parte, aterro de todo e condução de pedaços de tijolos para o emparedamento,<sup>125</sup>”

Também é possível perceber uma sistematização na própria divisão social do trabalho, muito embora essa divisão tenha variado nos diferentes períodos da seca, já que os grupos de mulheres, meninos, velhos e convalescentes assumiram tarefas diferenciadas conforme o momento. Mas, é bastante significativa a amostragem dada pelo engenheiro Adolfo Hebster quando respondia a indagações do presidente da província sobre o número de pessoal e distribuição dos serviços feitos. Ele afirma que no abarracamento a seu cargo existiam 543 indivíduos ativos dos dois sexos que constituíam 6 turmas de trabalho e que,

“A 1ª e 2ª turmas com 151 homens, occupa-se no transporte de tijolos das olarias do Genibahú, para as obras da capela de N.ª do Livramento,

---

Limite: 1879-1880. Caixa 11. Ofício do Comissário do 13º Distrito do Alagadiço Grande, em 21 de julho de 1879, ao Presidente da Província do Ceará José Júlio de Albuquerque Barros.

<sup>125</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1879-1880. Caixa 11. Ofício do Comissário do 13º Distrito do Alagadiço Grande, em 21 de julho de 1879, ao Presidente da Província do Ceará José Júlio de Albuquerque Barros.

e na condução de gêneros para a pagadoria do abarracam.<sup>126</sup>; que a 3ª turma, de 135 meninos, ocupa-se no transporte de barro do lugar Benfica, para aquelas obras; que a 4ª turma, composta de 83 indivíduos, inválidos e convalescentes, ocupa-se, parte como serventes nas obras da capella referida e parte em diversos serviços do abarracam.<sup>126</sup>; que a 5ª turma composta de 125 mulheres, ocupa-se em tirar lenha, e em serviços de cozinha, enfermaria, lavagem de roupas etc; que a 6ª e ultima turma, composta de homens, mulheres e meninos, em numero de 49 indivíduos, ocupa-se no trabalho de tijolos, nas olarias do Genibahú.<sup>126</sup>

Os trabalhos executados pelos retirantes variavam, tanto em seu caráter como na sua intensidade, conforme o abarracamento em que estavam ou mesmo do responsável pelos trabalhos a que estavam submetidos. Mas, geralmente, preparavam e transportavam os materiais para “diversas obras” nas cidades sob a orientação de um encarregado e sob a liderança de um “chefe de turma” tirado entre os próprios retirantes. Já os trabalhos mais qualificados eram feitos pelos “artistas” de cada profissão, com tratamento e pagamento diferenciados, muito embora, em alguns casos, também tenham recebido o salário somente em gêneros alimentícios. Mesmo não sendo possível estabelecer uma relação direta de proporcionalidade, pode ser proveitoso, para o melhor entendimento do assunto, perceber que o comissário Adolfo Herbster, na continuação do documento, afirma existir em seu abarracamento apenas 12 operários, sendo 8 pedreiros e 4 carpinas.

O próprio reconhecimento explícito do retirante como trabalhador é muito difícil de ser encontrado na documentação, mesmo sendo muito abundante a referência sobre as suas atividades. Em Fortaleza, além dos trabalhos a que se referiu o engenheiro Herbster, eles também limpavam a cidade, entre tantos outros. Em Aracati, por exemplo, eles foram utilizados “na limpeza da cidade, construção de um novo cemiterio, e outras obras de menor vulto como o aterro do velho cemiterio.<sup>127</sup>” Em Granja os retirantes foram empregados “no cemiterio, no

<sup>126</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1879. Caixa: 10. Ofício do Comissário Adolfo Herbster, em 30 de janeiro de 1879, ao Presidente da Província do Ceará José Júlio da Albuquerque Barros.

<sup>127</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Baturité. Data-Limite: 1877-1879. Caixa 03.

açude, na cadeia nova, na matriz e na limpeza da cidade<sup>128</sup> e posteriormente em outros trabalhos, como abertura de uma estrada de Granja a Vila de Viçosa, com uma distância de 18 a 20 léguas.

Contrastando bastante com Pernambuco, onde os retirantes foram utilizados largamente em serviços particulares,<sup>129</sup> no Ceará o seu uso foi generalizadamente em trabalhos públicos. Rodolfo Teófilo afirma que, em abril de 1877, o coronel José Francisco da Silva Albano estava convicto de que seria bom “dar trabalho a milhares de mulheres que viviam ociosas, (...) dando-lhes algodão para fiarem e linhas para fazerem rendas,<sup>130</sup>” mas algumas linhas anteriores a esta afirmação contabiliza haver em Fortaleza, no período dessa iniciativa, “cerca de quinhentos retirantes.” Ainda apareceram alguns proprietários de terras, como o senhor José Teófilo Rabello, fazendo pedidos para utilizarem retirantes na “abertura e plantio de um roçado em terreno de seu domínio em Arronches, cujo produto será aplicado aos socorros publicos<sup>131</sup>” e sob a supervisão de um feitor nomeado pela câmara municipal.

Apesar de serem iniciativas de particulares, pelo caráter do seu fim, pode-se dizer que os trabalhos nesses “roçados” seriam públicos. Mesmo assim, essas iniciativas não obtiveram êxito por terem sido objeto de um parecer, a pedido da própria câmara, que não aconselhava esse tipo de contrato.<sup>132</sup> Mas é preciso entender como essa situação poderia ser manipulada para beneficiar os interesses locais. Um exemplo pode ser dado no caso da Comissão de Socorros Públicos de Granja que, para convencer o governo provincial a mandar dinheiro

---

Ofício da Comissão de Socorros Públicos da Cidade de Aracati, em 21 de abril de 1878, ao Presidente da Província do Ceará.

<sup>128</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Granja. Data-Limite: 1877-1880. Caixa 14. Ofício da Comissão de Socorros Públicos da Cidade de Granja, em 08 de outubro de 1877, ao Presidente da Província do Ceará Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

<sup>129</sup> HAUNIE, Emília Verônica Rosa Gantzer de. *De Retirante a Trabalhador: a grande seca de 1877-79 e a organização do mercado livre em Pernambuco*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1992, p. 69. Mimeo. (Dissertação de Mestrado)

<sup>130</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. p. 87.

<sup>131</sup> APEC. Fundo: Câmara Municipal. Série: Correspondência Expedida. Período: 1872-1880. Município: Fortaleza. Ala: 20. Estante: 429. Caixa: 39. Ofício de 08 de outubro de 1877, n.º 33.

<sup>132</sup> APEC. Fundo: Câmara Municipal. Série: Correspondência Expedida. Período: 1872-1880. Município: Fortaleza. Ala: 20. Estante: 429. Caixa: 39. Parecer da Sala das Comissões em 27 de novembro de 1878.

para ser gasto com obras na cidade, seus membros afirmam: “Forneça o governo dinheiro, e as obras se farão pela metade do custo em épocas normaes” e como exemplo citam o caso do finado coronel João Porfirio da Motta que em 1845 “construiu um bom sobrado, pagando modicos salarios, em dinheiro.<sup>133</sup>” E em outro officio, com a mesma data, para deixarem mais claro ainda que a mão-de-obra está muito barata, afirmam: “alguns particulares vão accumulando materiais para fucturas obras, a fim de matar a fome a este infeliz povo que reclama já pela exiguidade das esmolos, já pela precaria recompensa diaria do seu trabalho (400)!<sup>134</sup>”

Mas, também essa iniciativa dos particulares não foi levada a cabo e em nenhuma documentação da seca de 1877 – à exceção única das referência feita por Teófilo, ressaltando-se, contudo, a amplitude da iniciativa a que se refere –, é possível verificar o uso dos retirantes em trabalhos privados. Por isso mesmo é possível verificar um grande número de obras públicas espalhadas por toda a província com o largo uso da mão-de-obra dos retirantes. E não eram quaisquer obras, mas as de mais “palpitante necessidade” para as várias cidades.

Entretanto, faz-se necessário perceber que, na medida em que uma dada localidade tinha menos referência no modelo de urbanização da capital, o caráter dos trabalhos mudava, bem como as relações de trabalho. Essa ressalva ganha importância quando se tem a preocupação de não haver uma homogeneização na forma de se compreender esse processo, transpondo-se para áreas mais rurais o que era típico somente em centros urbanos de alguma importância.

<sup>133</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Granja. Data-Limite: 1877-1880. Caixa 14. Offício da Comissão de Socorros Públicos da Cidade de Granja, em 23 de junho de 1877, ao Presidente da Província Caetano Estelita Cavalcante Pessoa.

<sup>134</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Granja. Data-Limite: 1877-1880. Caixa 14. Offício da Comissão de Socorros Públicos da Cidade de Granja, em 23 de junho de 1877, ao Presidente da Província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

## Conflitos

Sem dúvida nenhuma o trabalho foi a principal forma de controle social a que os retirantes foram submetidos, mas foi também no trabalho que eles apresentaram maior intensidade de resistência. Ao contrário das relações a que estavam acostumados, em “sua cultura política profundamente marcada pelas deferências pessoais,<sup>135</sup>” nas quais dominavam o código para decifrar o limite dos seus papéis porque conheciam a contrapartida do seu jogo, os retirantes chegaram, algumas vezes, a se opor diretamente a organização a que estavam submetidos. Porém, mesmo quando houve conflitos diretos, os retirantes não chegaram a ameaçar a ordem instituída, não era este o sentido de suas manifestações, mas conseguiam sobremaneira alargar o campo do jogo político em que atuavam. Desse modo, parece ser correto pensar que, neste ponto, a resistência dos retirantes é semelhante a um exemplo dado por James Scott, no qual afirma que “As formas de resistência em Sedaka refletem as condições e limitações sob as quais elas se geraram. Se elas são abertas, raramente são coletivas. Se são coletivas, raramente são abertas.”<sup>136</sup>

Contudo, Rodolfo Teófilo relata algumas manifestações diretas que se davam, geralmente, quando os retirantes não recebiam gêneros alimentícios em pagamento aos seus trabalhos. A mais importante, talvez, pelo nível de violência, seja a que aconteceu em 18 de março de 1878, poucos dias após a posse de José Júlio, na praça do Herval. Segundo Teófilo, os retirantes excluídos do pagamento dos gêneros alimentícios, em retribuição aos seus serviços, atacaram a pagadoria e a “força que fazia a polícia, resistiu á agressão, mas foi debandada a pedradas.”<sup>137</sup> Algum tempo depois chegou o reforço e a repressão se fez superior, “obrigando os retirantes a se dispersarem desesperadamente pelas ruas próximas

<sup>135</sup> NEVES, Frederico de Castro. Economia Moral Versos Moral Econômica. (ou: o que é economicamente correto para os pobres?) In: *Projeto História*. São Paulo: n.º 16, 1998, p. 51.

<sup>136</sup> SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. *Raízes*, n. 9, 2002, p. 8.

<sup>137</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit., p. 178.

à praça do Herval, fugindo das balas e das espadas dos policiais à cavalo. Ao final, algumas crianças foram encontradas entre os feridos.<sup>138</sup>»

Mas as conseqüências desses enfrentamentos diretos foram mais longe ainda e, em ofício circular de 20 de agosto de 1878, o presidente José Júlio pede aos seus comissários de distritos que identifiquem os retirantes feridos ou contundidos em seus abarracamentos por terem participado de um conflito na praça Visconde de Pelotas. Mesmo não tendo tido acesso a todos os ofícios dos comissários dando as suas respostas, os encontrados, curiosamente, afirmam não existir, entre os retirantes que administravam, nenhum envolvido no conflito. E o comissário Telefon Marques Júnior, do 4º Distrito, acrescenta: “pois tive a cautela de ordenar a retirada das turmas daq.<sup>le</sup> lugar, logo que soube haver movimento belicoso da parte de outras da Pacatuba e circunvizinhanças.<sup>139</sup>»

Esses conflitos diretos, embora sempre localizados, passaram a figurar como uma das preocupações das autoridades, sobretudo nos momentos de pagamento em gêneros alimentícios ou mesmo em dinheiro, quando se dava alguma gratificação. Mesmo sendo absurdamente exagerada a afirmação de Rodolfo Teófilo que “Na capital davam-se sempre mortes e ferimentos, o mais das vezes em conflitos entre a força publica e os retirantes” e continue afirmando que “rara era a prisão effectuada pela cavallaria ou infantaria que não produzisse um assassinato,<sup>140</sup>” pode-se mesmo crer, pela repetição dessas manifestações e pelo caráter diferenciado entre si, que representaram uma importante aprendizagem para os retirantes e mesmo que figuraram como um referencial de suas ações. Decerto que havia prisões e ferimentos nesses conflitos, e se essas manifestações não tiveram expressão do ponto de vista quantitativo, com certeza obtiveram, para ambos os lados, do ponto de vista da sua importância, pois se afirmavam no campo da disputa social. Não se acompanha, afora a referência de

<sup>138</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 40.

<sup>139</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1877-1880. Caixa 05. Ofício do Comissário do 4º Distrito Telefon Marques Silva Júnior, em 24 de agosto de 1878, ao Presidente da Província José Júlio da Albuquerque Barros.

<sup>140</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. p. 225.

Teófilo, notícias nos jornais sobre essas mortes e nem nos documentos oficiais. Embora os conflitos ganhem destaque e importância nas matérias de jornais de oposição ao governo e formem opinião diferenciada do que os governantes gostariam que fossem propaladas.

O certo é que esses conflitos deram algum trabalho para o poder público que, a partir de sua repetição, passou a agir na tentativa de preveni-los. Mesmo que essa intenção, nem sempre, tenha ocorrido de forma centralizada, é bastante significativo o esforço envidado para este fim. Por isso ganha importância o pedido do comissário pagador, o subdelegado de polícia do Patrocínio, Horentino Fernandes Silva e Mello, que demonstra bem essa preocupação.

“Requisito a V. Ex.<sup>cia</sup> que se digne de providenciar em ordem a ser-me apresentado todos os dias uteis, as quatro horas da tarde uma força de suas praças afim de evitar qualquer conflito, no lugar onde faço pagamento aos trabalhadores retirantes igual as que acaba de se dar na pagadoria da rua Amelia nº 244.<sup>141</sup>”

A importância desses conflitos acontece, de forma ainda mais intensa, quando se leva em conta o número de retirantes em Fortaleza em proporção ao número de habitantes regulares. Mesmo não tendo, em nenhum momento, posto em perigo a ordem social, não é de desprezar o medo dos cidadãos abastados, e mesmo dos representantes do poder público, que os retirantes se revoltassem de forma generalizada e causassem sérios transtornos na organização da capital: “Possessos e dispostos a qualquer coisa para não deixarem suas famílias morrerem de fome, suas presenças aterrorizavam os defensores da ordem.<sup>142</sup>” Apesar de alguns contemporâneos só identificarem o jogo político no campo institucional e afirmarem que a caravana de famintos, “não se compenetrando de

<sup>141</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1877-1880. Caixa 05. Ofício do Comissário Pagador, Horentino Fernandes Silva e Mello, 01 fevereiro de 1878, ao Presidente da Província João Ferreira de Aguiar.

<sup>142</sup> BEZERRA, José Tanízio Vieira. *Quando a Ambição Vira Projeto: Fortaleza, entre o progresso e o caos (1846/1879)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2000, p. 161. Mimeo. (Dissertação de Mestrado)

seus direitos, sujeita-se a esmolar o pão da caridade, sofrendo insultos, sarcasmos e tudo suportando com resignação evangélica!<sup>143</sup>

Contudo, parece mesmo que predominantemente as elites, em período de crise, sempre lançam aos pobres uma “noção de classes perigosas, objeto dos olhares analíticos que vasculham a intimidade, os hábitos e as sensações da multidão insubmissa e indecifrável.”<sup>144</sup> E há certos momentos, em que alguns dos representantes do poder público se sentem ameaçados, que a relação conflituosa se faz mais grave e requer, de ambos os lados, um acirramento na defesa dos seus interesses. O caso dos conflitos diretos com os retirantes da seca de 1877-79 fica mais evidente quando se leva em conta o pedido do comissário José de Souza Pinto, da pagadoria do Passeio Público, ao presidente da província João Ferreira de Aguiar.

Depois de informar que fora desacatado pelo retirante João Lino da Silva Grengo, chefe da 15ª turma da Tijubana, por não ter consentido que alguns retirantes, de conluio com Grengo, não “defraudassem os generos do governo, recebendo duas, tres e mais rações e presando acima de tudo a minha dignidade,” pede a dispensa do chefe da turma e comenta:

“Se os comissarios distribuidores, Ex.<sup>mo</sup> Sr., tivessem algumas atribuições de punir com prisão ou outra qualquer pena aos motores dos abusos por certo, não se reproduzirão todos os dias scenas semelhantes a de que venho de tratar.”<sup>145</sup>

Obviamente, a afirmação de que esse tipo de abuso se repetia “todos os dias” e que “em cada chefe de turma se encontra um sultão; todos querem mandar no que não lhes compete e não querem ser mandados,” bem como o fato de serem “raros os que cumprem os seus deveres,” fica por conta da valorização que o comissário queria dar à sua causa. Mas não seria correto, igualmente,

<sup>143</sup> (B.P.G.M.P.) O Retirante, 29.07.1877, p. 01.

<sup>144</sup> NEVES, Frederico de Castro. *Imagens do Nordeste: a construção da memória regional*. Fortaleza: Secult, 1994, p. 44.

<sup>145</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1878. Caixa 08. Ofício da Comissão Distribuidora na Cidade de Fortaleza, em 15 de fevereiro de 1878, ao Presidente da Província João Ferreira de Aguiar.

desvalorizar esses conflitos diretos, por mais que isolados. Por isso, o mesmo comissário, juntamente com os demais responsáveis pela pagadoria do Passeio Público, pedem ao presidente da província a troca do pagamento em gêneros para dinheiro, porque, segundo afirmam, com o pagamento em gênero é mais fácil as “fraudes inevitáveis que aparecem, como é comum na massa popular, maxime perseguida pelo inextinto mal, colorido no espectro de fome” e continua afirmando que “eles não querem receber as rações que lhes são marcadas, atirando-as sobre os comissários allegando estarem imprestáveis ditas rações.”<sup>146</sup> E ainda afirmam que, se não houver a mudança no sistema de pagamento, estão dispostos a entregar o seus cargos.

De fato, os comissários pagadores estavam preocupados com esses conflitos porque eles seriam os primeiros a terem contato direto com os rebeldes e os únicos a estarem completamente expostos no momento das ações. E essa preocupação não perseguia somente aos comissários da pagadoria do Passeio Público, estando presente também em outros pontos de pagamento, como se constata de vários ofícios de outros comissários pagadores em que fazem reclamações e/ou pedem força policial para o momento do pagamento.

Mas, a revolta dos retirantes não se dava, obviamente, sem razão e, em alguns momentos, os próprios responsáveis pela ordem pública admitiam as falhas causadoras desses problemas. Assim o fez o comissário da Comissão Distribuidora de Socorros de Fortaleza.

“É de meu dever levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>cia</sup> que os generos alimenticios, que como socorros foram hontem destruidos aos indigentes grande parte d’elles eram imprestáveis. A carne pouca diferença fazia de couro seco, e alem d’isso estava podre a ponto de não poder-se supportar o fedio. A farinha, alem de ser de má qualidade, não se podia tragar pelo seu gosto má e repugnante cheiro, isto porque havia sido molhada, por água salgada na ocasião do desembarque.”<sup>147</sup>

<sup>146</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1877-1880. Caixa 05. Ofício dos Comissários Pagadores Ignácio Ferreira Gomes, João Brígido dos Santos Júnior, José de Souza Pinto e José Meneleu de Pontes, em 28 de fevereiro de 1878, ao Presidente da Província do Ceará.

<sup>147</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-

Nesse dia não houve conflito, talvez porque os retirantes receberam as suas rações, mesmo sendo de péssima qualidade, não por culpa do comissário – que mandou separar tanto a carne como a farinha estragadas para não serem distribuídas com os retirantes por considerar que “em lugar de alimentação, seria um veneno levado ao estômago” –, mas por outros responsáveis que insistiram em distribuí-las. Contudo, na continuação de sua narrativa ele afirma que no outro dia encontrava-se “grande numero de pedaços de carne atirados a rua, por aquelles que os recebia.”

E assim, nesse clima propício para o desenvolvimento de conflitos, ambos os lados se desgastavam, chegando mesmo a alterar o rumos da organização administrativa da comissão de distribuição.

O comissário Francisco Fontenelle Bezerril, explica ao presidente da província, em ofício, os motivos do seu afastamento voluntário, e de mais dois colegas comissários pagadores, demonstrando os enormes inconvenientes da função. Afirma ele ao presidente que iniciou “a fazer a distribuição dos generos a 800 trabalhadores que existião ali, ajudado por mais dois comissários,” mas logo o pessoal que recebia os gêneros foi crescendo e o “numero foi pouco a pouco augmentando a ponto de hoje já se contar 2574” retirantes por dia. E continua dizendo: “Ora se aquelle numero de trabalhadores, 3 commissarios não fazião mui regularmente a distribuição, a este torna-se humanamente impossivel fazel-a.” Mas é na exposição de motivos específicos que fica clara a importância dos conflitos com os retirantes.

“Por esta rasão tive a chamar 5 individuos, por ordem verbal do mesmo thesoureiro, que particularmente prestarão-se a coadjuvar-nos neste serviço; mas como tenha-se consumido ultimamente maior quantidade de generos do que aquela que se calcula ser sufficiente, sendo a distribuição feita com a devida regularidade e não querendo responsabilizar-me pelo extravio que por por ventura podesse haver nos mesmos generos, e *tambem pela falta de segurança individual*, deixei de tomar parte na referida distribuição, conjuntamente com os 2 meus

collegas; de que dou parte a V. Ex.<sup>cia</sup>, afim de que se digne providenciar como bem entender.<sup>148</sup>

Realmente não deve ser subestimada a força desses conflitos pontuais, mesmo que esse tipo de resistência não possa, em última instância, modificar radicalmente a estrutura de dominação. Mas é uma importante instância do jogo político que pode conquistar pequenos ganhos ou mesmo, pela aprendizagem dos dominantes nesses momentos, fazer aprimorar os mecanismos de controle social. Por isso é importante analisar a intervenção racional elaborada pelo engenheiro Adolfo Herbster, que foi incumbido pelo presidente da província para a construção da nova pagadoria da praça Visconde de Pelotas. O engenheiro levou em conta, no seu projeto, principalmente a intenção de se evitar, ou pelo menos criar elementos que pudessem dificultar, os conflitos com os retirantes.

Essa intervenção obedece aos princípios de uma racionalidade científica, princípios que ele expõe ao presidente da província com certo grau de certeza na sua eficiência.

“Pela disposição que adoptei, creio ter prevenido os abuzos que se dão em outras pagadorias, facilitando ao mesmo tempo, o trabalho da distribuição das rações, que será feito simultaneamente em doze compartimentos distinctos, com espaço sufficiente para 12 turmas ou 1200 homens; um armazem seguro para guarda dos generos faz parte da mesma pagadoria.<sup>149</sup>”

Também informa o engenheiro que ao terminar a dita pagadoria, imediatamente deu início a outra, “de iguaes condições no bairro da Jacarecanga, em um quarteirão cercado,” o que demonstra uma intencionalidade de expandir esses princípios às demais pagadorias. Nota-se, também, uma certa preocupação com roubos ou mesmo saques – no momento dos conflitos, talvez –, já que a sua

<sup>148</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1878. Caixa 08. Ofício do Comissário Francisco Fontenelle Bezerril, em 28 de março de 1878, ao Presidente da Província do Ceará José Júlio de Albuquerque Barros.

<sup>149</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1878. Caixa 08. Ofício do Comissário Adolfo Herbster, em 08 de abril de 1878, ao

racionalidade faz com que se preocupe com um “armazem seguro para guarda dos generos.”

Mas, a resistência dos retirantes não se resumia apenas aos conflitos diretos nas pagadorias, proliferando em diversas situações em que a racionalidade científica dos administradores contrastava com a racionalidade tradicional das relações de trabalho dos sertanejos cearenses.<sup>150</sup> Dessa forma, parece não haver a incompatibilidade entre a disposição para o trabalho dos retirantes e o grande volume de trabalho imposto durante a seca, acusação feita pelos comissários encarregados dos trabalhos, mas uma total incompatibilidade entre as tarefas a serem feitas e o seu sentido para os retirantes, sendo mais resistência às novas tecnologias de trabalho do que a preguiça atribuída. Não é de desprezar também a situação incomum a que estavam submetidos durante a seca, tendo uma alimentação escassa, instalações precárias de moradia e, muitas vezes, tendo que trabalhar mesmo doentes.

Contudo, os administradores públicos, e os empregados diretos das comissões de socorros públicos, não apresentavam essa compreensão. Por isso o comissário Manoel Cassiano Douets, depois de explicar ao presidente da província que, conforme suas ordens, deslocara os retirantes que transportavam barro para a construção da igreja, que estava sendo feita sob a administração do padre Tomás de Albuquerque, para o transporte de pedras na obra da estrada de Messejana e, em substituição daqueles, encarregado uma turma de mulheres para esse transporte de barro – com o claro intuito de um melhor aproveitamento racional da mão-de-obra –, reclama: “Aconteceu q. muitas mulheres de diversas secções não quizeram sujeitar-se ao trabalho, pelo que digne-se V. Ex.<sup>cia</sup> de ordenar-me o q. neste cazo devo fazer:” E continua sugerindo imediatamente: “se

---

Presidente da Província do Ceará José Júlio de Albuquerque Barros. Anexo datado de 16 de maio de 1878.

<sup>150</sup> THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial. In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 271.

eliminar-las das respectivas secções, ou suspender-lhes os socorros som.<sup>e</sup> enq.<sup>to</sup> faltarem aos serviços.<sup>151</sup>»

O comissário encarregado dos trabalhos, Felipe de Araújo Sampaio, também não estava satisfeito com os retirantes que estavam sob sua administração e, depois de informar ao presidente da província o tipo de trabalho que suas turmas executavam e que o número do seu pessoal “regulava” em torno de 231 retirantes, explica que não conseguia aumentá-lo devido a “recusa dos indigentes aos trabalhos referidos que começam das 6 as 8 horas da manhã e das 2 as 4 da tarde” e reclama, incoerentemente com o restante da documentação, que “os demais trabalhos de indigentes concluem-se das 11 horas até o meio dia e tem os indigentes direito a mesma ração que aquelles que trabalham até as 4 horas da tarde.” Muito provavelmente o comissário queria super valorizar os trabalhos por ele dirigidos e justificar a gratificação a que os trabalhadores, sob sua administração, estavam recebendo. Outros comissários também dirigiam os trabalhos dos retirantes com a mesma intensidade do comissário Felipe Sampaio.

E na continuação do seu reclamo dá pistas para se entender que a resistência dos retirantes não era superficial e sem sentido e que também apresentava uma racionalidade própria no entendimento das relações de trabalho.

“Para conseguir o trabalho regular nas obras do Azilo e Fonte Artificial, foi-me preciso arbitrar por ordem de V. Ex.<sup>a</sup> uma gratificação de 200 reis diarias ao respectivo pessoal da turma ali empregada, como serventes em vista das horas de trabalho, que muitas vezes quando urge, dura até as 6 da tarde. Não obstante haver essa gratificação, há contudo dificuldade em completar-se o pessoal da turma, por se acharem os indigentes tão viciados que querem trabalhar nestes serviços como em outro qualquer, dando-se o caso de no fim de semana, haver grande falta de pessoal.<sup>152</sup>”

<sup>151</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1879. Caixa 10. Offício do Comissário Manoel Cassiano Fernandes Douets do 5º Distrito do Alto da Pimenta, em 4 de janeiro de 1879, ao Presidente da Província do Ceará José Júlio de Albuquerque Barros.

<sup>152</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1879. Caixa 10. Offício do Comissário Encarregado dos Trabalhos Felipe de Araújo Sampaio, em 21 de janeiro de 1879, ao Presidente da Província José Júlio da Albuquerque Barros.

Ora, esse problema parece emblemático do descompasso entre a racionalidade do método de trabalho – que, como bem disse Simone Weil,<sup>153</sup> tem no seu sentido a preocupação de fazer trabalhar mais e não trabalhar melhor – e a percepção tradicional das relações de trabalho dos sertanejos.

O mesmo Felipe de Araújo já tinha, em 1877, passado por uma situação semelhante. Afirmava ele que por ter sido iniciada a distribuição de comida feita no refeitório do abarracamento da Pimenta em 4 de junho, por ordem do presidente Caetano Estelita, foi suspenso o fornecimento das rações cruas aos retirantes empregados na condução de tijolos da olaria do Genibaú para diversas obras na capital e que, por causa disso “nenhum dos indigentes empregados no transporte de tijolos querião se sujeitar á conduzil-os pela paga da comida feita, ficando por isto as obras prejudicadas;” e asseverava que se o presidente não ordenasse que alguns distritos da capital mandassem outro pessoal para este trabalho, “virão a parar da manhã em diante, todas as obras de minha direcção que necessitão d’esse material.<sup>154</sup>” E o comissário que passa por isso é, pelo que se pode identificar na documentação, o mais rigoroso das comissões da capital.

Não é absurdo crer – ao contrário, é bem provável – que os retirantes percebessem o espaço em que podiam atuar<sup>155</sup> e, propositadamente, procurassem controlar a intensidade de trabalho a seu favor, fazendo uso do que James Scott compreende como sendo “as armas comuns dos grupos relativamente sem poder” e que “costuma cessar quando são desafiadas coletivamente,” compondo-se do “fazer ‘corpo mele’, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras dessa natureza.<sup>156</sup>”

<sup>153</sup> Apud. NEVES, Frederico de Castro. op. cit. p. 68.

<sup>154</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1879. Caixa 10. Ofício do Comissário Encarregado dos Trabalhos Felipe de Araújo Sampaio, em 10 de junho de 1877, ao Presidente da Província Caetano Estelita Cavalcante Pessoa.

<sup>155</sup> CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 101.

<sup>156</sup> SCOTT, James C. *Formas Cotidianas da Resistência Camponesa*. Op. cit., p. 02-3.

Assim, o comunicado da câmara municipal de Fortaleza ao presidente José Júlio em 1878 se torna emblemático. É avisado que tendo os retirantes, empregados em transporte de pedras, “demolido em grande parte o calçamento de parte da rua das Flores entre a rua do Imperador e Cemiterio publico” levando dali “as pedras para as referidas obras, em vez de as irem buscar ás pedreiras,” faz-se necessário a reparação do estrago. Por isso a câmara solicita do presidente as “providencias a fim de ser fornecida a pedra precisa para a mencionada construção, cuja mão d’obra ficará por conta do cofre municipal.<sup>157</sup>” Aparentemente sem importância, esse fato demonstra simplesmente a percepção dos retirantes sobre a sua condição e sua tentativa de recusa do que lhes era imposto, mesmo que esse tipo de atitude não pudesse modificar totalmente a dominação pela qual estavam passando.

Contudo, às vezes esses fatos penetram tanto na ordem do fazer que chegam a comprometer o próprio funcionamento de uma atividade cuidadosamente elaborada para ter um bom desempenho. Com a confessa intenção de economizar verba do “público dinheiro”, o comissário tesoureiro, João Cordeiro, organizou uma companhia de retirantes, com pagamento diferenciado que incluía gratificação, de transporte dos gêneros alimentícios do armazém central da Comissão Distribuidora de Socorros de Fortaleza para os diversos abarracamentos. Mas não são poucas as reclamações que aparecem a respeito das formas criativas encontradas pelos retirantes para, burlando a fiscalização, furtar gêneros e se beneficiar desses pequenos delitos.

Para o comissário João da Silva Menezes, “Havendo necessidade de policia que prohiba o furto, que se da cuotidianamente no transporte de generos do armazem central para este abarracamento,” principalmente, segundo ele, no momento em que os retirantes estariam certos de cessarem os socorros públicos, pede que o presidente da província se “digne ordenar ao Comandante da Cavalaria para fornecer diariamente a esta comissão quatro praças, que fiscalisem o carregamento dos generos,” com a estrita tarefa de “prender áquelle que se

<sup>157</sup> APEC. Fundo: Câmara Municipal de Fortaleza. Série: Correspondência Expedida. Período: 1872-1880. Ala: 20. Estante: 429. Caixa: 39. Ofício de 11 de abril de 1878 ao Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros.

atrever a furar no caminho para furtar o legume.” E sua preferência pela cavalaria se dava porque “infunde mais respeito aos emigrantes essas praças de cavalaria do que a policia do abarracamento.<sup>158</sup>”

Essas formas de conflito, por vezes, tomavam cores mais vivas quando as “pessoas gradas” de uma cidade se sentiam ameaçadas na sua “propriedade individual,” bem como quando se utilizavam da “situação de crise” para exigirem do presidente da província o envio de gêneros que facilitassem as construções dos equipamentos urbanos que mais necessitavam na cidade. Os comissários Francisco Fernandes e Guilherme Pereira, depois de informarem ao presidente da província de uma tentativa de saque no mercado público de Aracati, em 8 de dezembro de 1877, resolvida pacificamente, apesar de afirmarem que o grupo se compunha “de mais de 800 homens,” dizem: “é de necessidade palpitante para a garantia da ordem e da propriedade privada, que exista n’esta comarca uma força que se faça respeitar por crescido numero de soldados.<sup>159</sup>”

E esse pensamento, sem dúvida, estava presente em todas as localidades em que houve concentração de retirantes e, quase sempre, é apropriado pela historiografia como sendo uma “ameaça a ordem pública,” quando na verdade deve ser dimensionado como discurso dos proprietários abastados temerosos da guarda dos seus bens, mesmo utilizando, em certos momentos, a justificativa de manutenção da ordem.

Movimento dos mais interessantes foi realizado por um grupo de retirantes de Granja que, mesmo não tendo passado da ameaça, foi riquíssimo em seu significado, possibilitando uma compreensão mais clara de como a realidade de uma localidade, assim como o governo provincial fazia com o governo geral, era utilizada por seus administradores para alçar benefícios da distribuição dos

<sup>158</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1879. Caixa 10. Ofício do Comissário João da Silva Menezes ao Presidente da Província do Ceará José Júlio de Albuquerque Barros. O cabeçalho deste ofício está completamente deteriorado, não sendo possível identificar a data e nem mesmo o distrito que administra.

<sup>159</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Aracati. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 02. Ofício da Comissão de Socorros da Cidade de Aracati, em 09 de dezembro de 1877, ao José Júlio de Albuquerque Barros.

socorros públicos. O relato, encaminhado ao presidente da província em ofício, é da comissão de socorros públicos.

“Há dias vendo-se o povo sem nenhum grão de farinha, ou de qualquer outro legume, porque da terra nada há, aglomerou-se nas cazas dos membros da Comissão, e exigiu farinha, sob pena de dar saque no armazem em que estavam depositadas as saccas pertencentes á Viçosa. Em tal conjuntura, á vista da attitude(sic) ameaçadôra do pôvo, reuniu-se a Comissão, e pedio emprestadas 48 saccas de farinha ao depositario, para pagal-as com as que agora esperava, ou em dinheiro, em falta da mercadoria. Essas 48 saccas, Ex.<sup>mo</sup> Snr, foram destruidas em minimas quantidades, ao povo, em 24 horas, gratuitamente, porque nem mesmo éra possível esperar retribuição em trabalho, pela pressão [deteriorado (feita sobre?)] a Comissão.<sup>160</sup>”

E continua o relato, demonstrando uma particular apreensão do desenrolar dos acontecimentos.

“[deteriorado (O povo?)] com o maior desembaraço diz que no dia em que não tiver o que comer, saberá ir buscal-o em taes e taes cazas, e não só o pão como a roupa para cobrir-lhe a nudez e o mais que precizar. Não exageramos.”

Por isso pedem que o governo mande remessas de gêneros regularmente por quinzena, sem o que, afirmam, “ficaremos expostos ao saque, inevitavelmente”. E não estavam expostos somente ao saque, mas também a outro incômodo de que também reclamam muito: “O membro que está redigindo, é interrompido, a cada palavra, pelos magotes de gente que se agrupam a janela, pedindo esmolas”. E depois de expor os problemas ao presidente da província, às vezes com estilo de escrita, “É um desespero, um desatino, á endoudecer-nos!,” diz o que parece ser o elemento mais importante para a compreensão do problema levantado: “viveres e dinheiro, Ex.<sup>mo</sup> Snr, para concluir-se, o quanto antes, o cemiterio e continuar-se com a obra da cadêa, que se torna tão urgente

<sup>160</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Granja. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 14. Ofício da Comissão de Socorros Públicos da Cidade de Granja, em 21 de agosto de 1877, ao Presidente da Província Caetano Estelita Cavalcante Pessoa.

como aquelle” e novamente faz uso do recurso supremo para justificar a inclusão dessa obras afirmando ser o “único meio de deter a onda popular que cresce de momento a momento e se agita temeroza.”

### CAPITULO III

#### Calamidade Pública, Estado e Mercado.

#### Seca

Para Rodolfo Teófilo “O inverno de 1876 havia sido escasso e o verão pouco chuvoso, dando-se por isso grande mortandade nos gados.<sup>161</sup>” Essa informação se contrapõe à do Barrão de Studart, para quem “O inverno de 1876 fora copioso, 1637<sup>mm</sup> para Fortaleza, si bem que irregularmente distribuído.<sup>162</sup>” Mesmo tendo, em sua escrita, afirmado generalizadamente que “O inverno de 1876 fora copioso,” Barão de Studart depois particulariza a medição pluviométrica para Fortaleza, mas quando chama a atenção da irregularidade invernosa o faz abrangendo toda a província. Desta forma, a aparente contradição entre os dois autores pode ser compreendida se se perceber que a contraposição de “grande mortandade nos gados” desloca a informação de Teófilo para o sertão entendido por ele como, “terreno de criação ou pastoril, que ocupa cerca de quatro quintos da província<sup>163</sup>” e o inverno copioso do Barão de Studart restrinja-se ao litoral, daí a sua afirmação de o inverno ter sido “irregularmente distribuído.”

Em todo caso, essa irregularidade deve ter sido muito polarizada entre o litoral e o interior, pois, em sua fala à assembléia provincial, José Júlio diz que já em maio de 1877 os efeitos da seca “eram muito sensíveis, porque o anno de 1876 fora escasso, a mortandade do gado começara em janeiro seguinte, e a

<sup>161</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. *Varíola e Vacinação no Ceará*. ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 72.

<sup>162</sup> STUDART, Guilherme. *Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará*. ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 38.

<sup>163</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. p. 06

lavoura estava perdida desde março.<sup>164</sup> Também se encontram na imprensa, em janeiro e fevereiro de 1876, várias reclamações de diferentes cidades do interior com relação à falta de chuvas ou por sua escassez. O certo é que, por não ter sido regularmente distribuído, o inverno de 1876 já trouxe alguns problemas para o ano seguinte e muita expectativa sobre a possibilidade de seca. Por isso, a partir de fevereiro de 1877, o jornal liberal “Cearense” publica correspondência de seus contatos nas cidades interioranas dando notícias sobre as chuvas e a expectativa de seca.

Nesse momento, ainda há muita divergência entre um e outro ponto da província com relação à existência e intensidade das chuvas, mas já em abril de 1877 a seca passa a ser identificada em todo o território provincial. Muito embora a percepção sobre ela possa ser diferenciada, conforme o referencial de quem a analise. Rodolfo Teófilo – baseando-se na análise dos ciclos da natureza – pinta um quadro aterrador já em fevereiro, enquanto o Barão de Studart – baseado na análise do movimento migratório – identifica um agravamento da situação em abril.

Por isso, o presidente Caetano Estelita sente a necessidade de justificar sua demora em organizar os socorros públicos, só que, para isso, afirma não ter tido “exactas informações que me permitissem apreciar, em toda a sua extensão, a crise que se anunciava,” e em sua compreensão “era mister aguardá-las, para acudir com as providências necessárias á combatel-a.<sup>165</sup>” E continua a expor o desenrolar dos fatos admitindo que “não tardou, porém, a desnudar-se a situação, e a chegarem a communicações officiaes de todos os angulos da província,” sendo que as primeiras localidades a reclamarem medidas de ajuda tiveram uma assistência muito limitada inicialmente, exatamente porque o sistema de socorros públicos do governo ainda não estava completamente organizado.

Depois de nomear as comissões de socorros públicos, organizando-as com funções definidas e compostas “de pessoas as mais prestigiosas, que,

---

<sup>164</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 1ª Sessão da 24ª Legislatura da Assembléia Provincial em 1º de novembro de 1878, p. 40.

<sup>165</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 2ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembléia Provincial em 2 de julho de 1877, p. 37.

servindo de intermediários entre o povo e a administração, se constituíssem perante ella os procuradores de seus direitos, velassem por suas necessidades” e também promovessem a caridade particular, o presidente Estelita logo visualizou outro importante problema: o mercado interno.

“Sendo o commércio um corpo respeitavel e de um concurso importante em tão grave emergencia procurei o seu auxilio, convocando uma conferencia a que assistiram os mais distinctos negociantes desta praça, os quaes firmaram as bases de um accordo particular para o fim de abastecer o mercado de generos de primeira necessidade e vendel-os a população e ao proprio governo, quando este houvesse mister, mediante preços justos e razoaveis.<sup>166</sup>”

Essa decisão, posteriormente fonte de discordância entre os princípios tradicionais e liberais, tinha um interesse básico. Intervindo no mercado de gêneros o governo provincial pretendia evitar a especulação, tendo condições de promover uma distribuição de alimentos mais ampla com a população ao mesmo tempo em que também facilitava um maior acesso dos particulares que tivessem alguma posse.

E não é de desprezar os problemas enfrentados pelas várias cidades com a especulação em torno dos gêneros alimentícios. Tanto que uma região das mais férteis da província e que se constituía como um dos principais refúgios ecológicos em período de seca, o Cariri, sentiu o peso da especulação sobre os gêneros alimentícios já no mês de abril de 1877. Essa era a maior preocupação do promotor público Manoel Coelho Nascimento, juntamente com a reunião de emigrantes de outras localidades, e que motivava um pedido de auxílio ao governo provincial. Dizia o promotor que “a falta quazi absoluta de generos alimentícios, o preço sempre crescente de que gozam os poucos que apparecem no mercado”, bem como, segundo ele, a afluência de retirantes vindos das províncias próximas,

---

<sup>166</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 2ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembléia Provincial em 2 de julho de 1877, p. 37.

“estão mostrando claramente que o flagello da fome não tardará a opprimir horrivelmente a população”.<sup>167</sup>

Na cidade de Granja, segundo o juiz municipal Manoel Thomaz Campello, no início de maio ainda não havia indício de seca “e nenhum cuidado oferece pelas chuvas que tem cahido do ultimo mez para cá, prometendo continuar o inverno”. Mas admite ser “verdade que tem havido alguma falta de generos alimenticios, que se tem vendido por preço mais elevado, sendo tambem isso devido aos atravessadores, que atacam os generos nas estradas” e, como afirma, depois revendem à “pobreza por um preço extraordinario, ficando assim esta privada de compral-os no mercado pelo justo valôr”.<sup>168</sup> Procurando ter sempre mais de uma fonte de informação em cada localidade, o presidente Caetano Estelita mandava cópias de sua circular pedindo informações precisas sobre o desenvolvimento da seca, para duas, três ou mais autoridades.

No caso de Granja há outra resposta, dessa vez do Promotor Público Joaquim Olímpio de Pádua, com apenas um dia de diferença. Na resposta do Promotor a observação das chuvas varia um pouco, já que: “verdade é que a escacêz do inverno tem de alguma forma privado a condição geral do povo, mas até agora o estado da Comarca não tem se ressentido seriamente da falta de socorros”. Mas suas observações sobre o mercado de gêneros convergem, em princípio, com as do juiz municipal, pois se “não ha no mercado essa abundancia, que era para desejar, dos generos de primeira necessidade, podemos em certeza garantir que até agora tem havido suficiente para o consumo geral da população” e continua afirmando que se nota “apenas a carestia da farinha, devido, não a sua falta, mas a especulação dos que pretendem lucrar com essa condição excepcional, que atravessamos.”<sup>169</sup>

<sup>167</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Baturité. Data-Limite: 1877-1879. Caixa 03. Ofício do Promotor Público da cidade de Barbalha, em 28 de abril de 1877, ao presidente da província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

<sup>168</sup> APEC Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Granja. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 14. Ofício do Juiz Municipal da Comarca de Granja Manoel Thomaz de Barros Campello, em 8 de maio de 1877, ao presidente da província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

<sup>169</sup> APEC Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Granja. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 14.

E essa realidade era generalizada em toda a província, visto que as notícias que mais se sobressaem das diversas cidades eram as que se referiam à especulação, e isso tanto na documentação oficial como na imprensa. O jornal "Cearense" recebe uma carta de São Francisco do dia 9 de março em que o correspondente afirma que para a pobreza "já não ha o que comer e os generos alimenticios que apparecem vão subindo a um preço exorbitante." E decreta: "não sei o que será deste pobre povo, se não formos socorridos com algumas chuvas."<sup>170</sup> Outra não era a situação de Sobral, segundo a carta de 1º de maio de um correspondente do jornal "Cearense" em que afirma: "somos chegados ao mez de março, sem que as chuvas tenham querido visitar um sollo ressequido pelos ardores do sol mortífero". E insiste que a "carestia dos gêneros alimentícios começa a dificultar mais a mais a já escassa alimentação."<sup>171</sup>

As notícias se multiplicam e tomam uma disposição geográfica muito ampla no território da província. Em Boa Esperança, o principal problema também era o fato de que "os gerenos alimenticios sobem de preço e escasseiam de um modo espantoso,"<sup>172</sup> o que trazia para os mais pobres uma dificuldade ainda maior. Pelo menos até junho de 1877 parece ter sido esse o principal problema das cidades que, de alguma forma, eram beneficiadas por alguma bacia hidrográfica. Mas as cidades que não tinham esses recursos já enfrentavam uma situação mais acirrada a partir de abril, quando, efetivamente, começa a haver um movimento migratório na província. É claro que, concomitantemente com a especulação, as cidades que tinham alguma reserva ecológica que facilitasse a travessia de uma seca, também enfrentavam a preocupação com o número de retirantes que receberiam. Assim, os membros da Câmara Municipal de Barbalha se preocupavam com a situação da cidade, não tanto com os efeitos naturais do fenômeno, mas porque entendiam que "para este termo affluem attrahidos pela fertilidade do solo as populações vizinhas em busca de generos alimenticios,

---

Ofício do Promotor Público da Comarca de Granja, em 9 de maio de 1877, para o presidente da província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

<sup>170</sup> (B. P. G. M. P.) Cearense, 15 de março de 1877, p. 2.

<sup>171</sup> (B. P. G. M. P.) Cearense, 18 de março de 1877, p. 3.

<sup>172</sup> (B. P. G. M. P.) Cearense, 29 de março de 1877, p. 3.

estes, pela perda quase absoluta das colheitas, são insuficientes para os próprios habitantes,<sup>173</sup> o que tenderia a elevar ainda mais a alta de preços dos grãos.

O receio que se insinuava até o mês de maio se fez realidade a partir de julho, e em agosto de 1877 a comissão de socorros públicos da cidade de Granja expunha para o Presidente da Província.

“Esta comissão, Ex<sup>mo</sup> Snr, vê-se forçada á insistir a declarar a V. Ex<sup>ia</sup> que se acha na mais séria difficuldade e sem meios de resolvê-la, attenta a exiguidade de recursos de que dispõe para acodir a enorme massa de emigrantes que, todos os dias, afflui para esta cidade, á semelhança de uma torrente que faltalmente se impelle para o seu declive! Até ha um mez, éra rara a emigração. Com a notícia de haver obras em construção e ser um porto de mar, o povo como em borbotão e se atropella enchendo as ruas, as praças, as calçadas, os arrabaldes, e á pedir trabalho e esmola! (...) A emigração é de vários pontos, e a gente que habitava fóra, no campo e nas praias, corre para aqui, pois no campo só há deserto!”<sup>174</sup>

Na Vila de Jaguaribe Mirim, os membros da comissão de socorros públicos também relatam o aumento de retirantes afirmando que além de socorrerem mais de 70 famílias por dia, “acresce mais que cada indivíduo, representa em si a imagem viva da fome, da nudez e de quantas outras misérias existam.” E por se localizar no corredor da emigração de cidades como Icó, Crato, Lavras, Telha, São Mateus e Barbalha, entre outras, reclamam que metade dos gêneros enviados para socorros dos moradores da própria vila são gastos “para socorrer as vítimas da secca de outros pontos, que passam por aqui.”<sup>175</sup> Também afirmam que até mesmo as fazendas que receberam foram, em parte, “distribuídas com emigrantes que vinhão já em estado de não poderem mais aparecer – isto não so homens como mulheres, entre estes meninos de 13 a 15 annos.” Mesmo

<sup>173</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Barbalha. Data-Limite: 1877-1879. Caixa 03. Offício da Comarca Municipal da cidade de Barbalha, em 5 de maio de 1877, ao presidente da província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

<sup>174</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Granja. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 14. Offício da Comissão de Socorros Públicos da Cidade de Granja, em 21 de agosto de 1877, ao presidente da província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

<sup>175</sup> RIBEIRO, Valdir Uchoa. *Jaguaribe Minha Terra*. Fortaleza:[s.u.] Mímeo, p. 78. Offício da Comissão de Socorros da Vila de Jaguaribe Mirim, em 8 de outubro de 1877, ao presidente da Província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

assim, “o povo daqui não tem emigrado,” muito embora a comissão tema que o faça, se os socorros se tornarem escassos porque “embora lhe tenham sido dados, tadavia tem sido distribuidos em favor de outros municipios que por aqui passam em procura do litoral.”

É certo que, por orientação do Presidente Estelita, as autoridades das várias cidades se esforçavam em manter a população nos seus locais de moradia. Cumprindo esta orientação é que o juiz municipal do próprio termo de Jaguaribe Mirim, Francisco Antonio Sobrinho, mesmo admitindo que a “classe desvalida, que é numerosa, esmola a charidade e satura-se de uma desesperança que esfria” e ainda mais que se alimentando “de raízes silvestres e em nudez quase completa invadem os povoados em busca de alimentação,” afirma que “tenho procurado por todos os meios convencer aquelles que tratam de retirar-se que não o fação.” E com esse sentido tem se dirigido “a diversos funcionários públicos, a autoridades policiais e mesmo a particulares que tenham influência sobre a população.” E continua dizendo que “com brevidade irei pessoalmente a diferentes localidades do termo fazer patente o pensamento do governo, mostrando as desvantagens que há em uma retirada,” o que considera “um grave erro como muito bem diz V. Ex<sup>cia</sup> no citado officio.<sup>176</sup>”

A situação de Granja também era bastante crítica, como se pode aferir, inclusive no que diz respeito às vestimentas dos retirantes, pois a comissão de socorros também afirma ter distribuído as 150 peças de pano que havia recebido “em 4 horas em presença de toda a comissão, expressamente reunida para este fim, na каза da camara,” o que não atendeu nem mesmo um terço dos que precisavam, mesmo não se dando a cada pessoa “mais do que uma muda, e ás familias apenas recebiam para 2 ou 3 dos seus membros, ficando duas terças partes dos indigentes na antiga nudez”. E também peça a “fazenda que poder ser, porque a nudez é medonha” e comunique que “para remediar a alguns temos distribuído os saccos vazios para vestuario dos homens, porque a fazenda que

<sup>176</sup> RIBEIRO, Valdir Uchoa. *Jaguaribe Minha Terra*. Fortaleza:[s.u.] Mimeo, p. 18. Officio do Juiz Municipal do termo de Jaguaribe Mirim, em 10 de maio de 1877, ao presidente da provincia Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

veio foi somente para as mulheres,<sup>177</sup> mesmo assim, o Juiz de Direito da cidade, Francisco Urbano Ribeiro, estava disposto a cumprir a orientação dada pelo governo provincial avaliando em março de 1877 “não estar no pensamento da população deste município emigrar para a capital, porque aqui conta ella com recursos naturaes que ahi fallecem,” e assevera que “quando lhe venha isso ao pensamento tractarei de demovê-la de tal propósito.<sup>178</sup>”

Já na povoação de Coité, no município de Baturité, os membros da comissão de socorros públicos afirmam que “de momento chega nos a notícia de familias que pedem socorros para subirem a serra”, opção sempre viável para as comunidades que mantinham sua relação de produção fortemente embasada na agricultura de subsistência. Mas a comissão, diferenciando a direção da emigração entre os habitantes da povoação e dos adventícios que por lá passavam, afirma que “é dolorozo ve-çe cadaveris que em braços são conduzidos para esta Povoação e para seguirem a caminho da Capital é precisam lamentarem-çe, outtros ficam acommetidos de febres i outros males que se tem-em dezenvolvido.<sup>179</sup>” Os povoados serranos, ou de qualquer outro potencial ecológico, constituíam-se como pontos de bifurcação na direção do movimento migratório interno à província.

É possível constatar que a direção migratória é orientada pela atração de pontos com algum recurso ecológico ou de centros urbanos que apresentassem trabalho, em obras públicas, associado com a distribuição de gêneros alimentícios.

<sup>177</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Granja. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 14. Ofício da Comissão de Socorros da Cidade de Granja, em 8 de outubro de 1877, ao presidente da província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

<sup>178</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Granja. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 14. Ofício do Juiz de Direito da Comarca de Granja, em 9 de março de 1877, ao presidente da província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa. (Neste ofício não consta o nome do juiz, indicação que me foi dada generosamente pelo pesquisador André Frota de Oliveira, profundo conhecedor da História de Granja).

<sup>179</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Aracati. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 02. Ofício da Comissão de Socorros da Povoação de Coité, em 28 de dezembro de 1877, ao presidente da província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

“As numerosas caravanas d’esses exilados da fome encaminháram-se, ora para as serras da Ibiapaba, Meruóca, Baturité, Aratanha, Palmeira, Maranguape e Valles do Cariry, em cuja frescura e amenidade do clima procuravam abrigo aos tormentos da estação, ora para as margens do litoral, onde alguns recursos naturaes acenavam-lhes a confiança, ora para as povoações mais proximas á esta Capital, como sejam: Pacatuba, Maranguape e Mecejana, e, finalmente, para dentro desta cidade, arrimo ultimo e apoio supremo da salvação, que vinham buscar.<sup>180</sup>”

Mas, sem dúvida nenhuma, os locais em que houve maior aglomeração de retirantes foram os centros urbanos que desenvolveram obras públicas com distribuição de alimentos, sendo Fortaleza a sua expressão máxima. Essa corrente migratória teve sua velocidade ainda mais acelerada quando o presidente Ferreira de Aguiar, mesmo afirmando que em novembro de 1877 “já existia n’esta capital e nos seus arrabaldes uma população adventícia não inferior a 43:000 indivíduos” e ainda “davam-se como existentes na cidade do Aracaty cerca de 30:000 e grandes aglomerações nas de Baturité, Maranguape, Granja, Acaracú e Vila de Pacatuba, estimadas em 80:000”, avaliando que a soma dos retirantes chegava a 150 ou 160 mil indivíduos, decide, por medo da não existência de pastos que permitissem o transporte para as cidades mais distantes de Fortaleza, dirigir-se aos sertanejos e

“fazer-lhes comprehender a necessidade de aproveitarem os recursos que ainda podiam ser-lhes proporcionados para buscarem abrigo n’esta capital ou em outro qualquer ponto, onde podessem, com mais facilidade, ser socorridos. Estou persuadido de que esta advertencia salvou muitas familias da impossibilidade de abandonarem, em tempo, os seus domicilios.<sup>181</sup>”

Medida muito criticada por seus sucessores, e observadores contemporâneos, fez com que a realidade nessas cidades se tornasse ainda mais difficil. Basta levar em consideração a reclamação da Comissão de Socorros

<sup>180</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa Passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar em 23 de novembro de 1877, p. 20.

<sup>181</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira da Aguiar Passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 3º Vice-Presidente, em 22 de fevereiro de 1878, p. 3. p. 10.

Públicos de Santo Antônio de Aracay-Assu, que em maio de 1878 afirma: “esta infeliz localidade, Ex<sup>mo</sup> Snr, que sofre igualmente com os outros pontos da Província, tem sido de alguma sorte esquecida na quadra actual” e informando que, ao contrário de outros povoados que receberam socorros, “este anno ainda não veio sequer um grão!” Continuando chegam a dizer: “Para cumulo de infelicidade, até uma partida de generos remetidos para aqui pelo Ex.<sup>mo</sup> Snr. Conselheiro Estelita foi consumida pela commissão de Mundahú.” E em tom queixoso declaram: “Ex<sup>mo</sup> Snr a população desta localidade está sendo ceifada todos os dias não de peste alguma reinante, que felizmente não há por ora, mas só unicamente pela fome!<sup>182</sup>”

Obviamente, a contrapartida de Ferreira de Aguiar ao incentivar a migração, seria o não envio, ou a redução drástica, dos gêneros alimentícios às cidades interioranas. Daí a reclamação da Comissão de Socorros de Santo Antônio de Aracay-Assu feita ao presidente da província José Júlio que – depois do término do mandato de Ferreira de Aguiar, concluído em 22 de fevereiro de 1878 – retomou a prática de enviar gêneros ao interior. Rodolfo Teófilo diz que algumas das remessas de gêneros enviadas para o interior, até a administração de Estelita, não chegavam ao destino “porque ou eram roubadas pelos salteadores, ou subtraídas pelos próprios fretteiros. O abuso, entretanto, não autorizava a sua suspensão.” Mas quando Ferreira de Aguiar assumiu o governo, “acreditando nas falsas palavras de seu informante, restringiu quando lhe foi possível as remessas de generos para o interior,<sup>183</sup>” com isso, muitas localidades também passaram situações semelhantes à de Santo Antônio de Aracay-Assu.

Os efeitos dessa medida também se fizeram sentir em Fortaleza, onde, antes da administração do presidente José Júlio, os socorros públicos não dispunham de uma organização racionalizada. Rodolfo Teófilo afirma que os retirantes foram chegando e “deixou-se a sua discreção a escolha do local e em

<sup>182</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Aracati. Data-Limite: 1877-1878. Caixa: 02. Ofício da Comissão de Socorros Públicos de Santo Antonio de Acaray-Assu, em 13 de maio de 1878, ao Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros.

<sup>183</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. pp 26-7.

breve viam-se arraiaes de emigrantes em Pajehú, São Luiz, Jacarecanga e São Sebastião.<sup>184</sup> O próprio presidente expunha em sua fala à Assembléia Provincial:

“Ao assumir a administração, achei a província nas mais tristes e afflictivas circunstâncias. N’esta capital muitos milhares de indigentes viviam aglomerados nas ruas e praças, em varios edificios publicos, ou cazas alugadas pelo Governo, por já não caberem nos abarracamentos do subúrbio. Imploravam o pão, o vestido, um abrigo, ou passagem para fora da província. A população faminta semi-nua, desvairada, precipitava-se do centro para o littoral como uma torrente, alastrando de cadaveres as estradas; porque chegara a todos os pontos a noticia de que, por falta de transporte, somente se distribuirão socorros nas cidades proximas ao mar. A aglomeração desenvolvera a peste, e a mortalidade era enorme.<sup>185</sup>”

O que no discurso do Presidente José Júlio era tomado como falta de espaço para os retirantes nos abarracamentos do subúrbio, para Teófilo, depois de criticar que “Nos suburbios da Fortaleza, a reunião de retirantes em alojamentos pouco espaçosos tornou-se prejudicial”, arremata com: “porem não tanto, como aconteceu depois quando o Conselheiro Aguiar, por acto de 6 de janeiro, alojou cerca de quarenta mil emigrantes no centro da capital!”<sup>186</sup> Fortaleza também padecia dos mesmos problemas que certas cidades do interior que, por ter aglomerado grande número de retirantes, sofriam com a insuficiência de recursos enviados pelo governo provincial.

Assim, o comissário Private, do 8º Distrito de Fortaleza, reclama que “não existe neste districto, ferramenta de qualidade alguma, seja para os trabalhos de cortes de madeiras ou para os de movimento de terra, o que prejudica qualquer serviço que se tenha de fazer” e aproveita para pedir também ao presidente da província “alguma roupa, a fim de serem distribuídas entre as familias mais necessitadas.<sup>187</sup>” A falta de roupa para os retirantes parece ter tomado proporções

<sup>184</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. p. 100.

<sup>185</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 1ª Sessão da 24ª Legislatura da Assembléia Provincial em 1º de novembro de 1878, p. 39.

<sup>186</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. pp. 166-7.

<sup>187</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1878. Caixa 08. Ofício do Comissário do 8º Distrito de Fortaleza, em 20 de fevereiro de 1877, ao presidente da Província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

assustadoras, já que essa reclamação aparece generalizadamente em todos os pontos da província. O comissário Casemiro Ferreira, da Comissão de Socorros Públicos de Arronches, depois de informar que lhe fora entregue “cincoenta peças de chitas, cincoenta de madapolão e 70 de algodãozinho” e que ele as distribuiu com os “indigentes que acharão se quasi nús, tendo ficado sem nada receber as famílias que V. Ex<sup>cia</sup> se dignará ver da relação,<sup>188</sup>” obviamente para providenciá-lhes também algo que possam vestir.

O encarregado dos trabalhos em Fortaleza, Felipe de Araújo Sampaio, diz, em dezembro de 1877, que havendo um grande número de retirantes do 3º Distrito “pedindo serviço com as lagrimas nos olhos” e tendo ele, constantemente, prometido incorporá-los nos serviços – sem podê-lo fazer por falta de dinheiro e gêneros – e, sendo sabedor da recente chegada de gêneros em Fortaleza, pede para incorporar aos serviços por ele dirigidos “esses infelizes que estão chegando sem recursos e pedem trabalho ao governo para prolongar seus dias de existencia.<sup>189</sup>”

Em Aracati, em novembro de 1877, os membros da Comissão de Socorros declaram que as “dificuldades incalculáveis com que actualmente luta esta comissão para acudir de prompto a perto de trinta e cinco mil individuos que reclamão diariamente meios para subsistirem,” os levam a pedir ao presidente da província “providências no sentido de mitigar a sorte d’esses infelizes que, abandonando os seus lares, procurão em lugar estranho a remissão de suas necessidades.<sup>190</sup>” Já em fevereiro de 1878, o comissário Quintino Augusto Pamplona afirma que “quando aqui cheguei calculei a população de emigrantes de

<sup>188</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1878. Caixa 08. Ofício da Comissão de Socorros Públicos de Arronches, em 29 de março de 1878, ao Presidente da província José Júlio de Albuquerque Barros.

<sup>189</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1877-1880. Caixa 05. Ofício do Encarregado dos Trabalhos em Fortaleza, Felipe de Araújo Sampaio, em 13 de dezembro de 1877, ao presidente da província João José Ferreira de Aguiar.

<sup>190</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Aracati. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 02. Ofício da Comissão de Socorros da Cidade de Aracati, em 19 de fevereiro de 1877, ao presidente da província João José Ferreira de Aguiar.

50 a 60:000 e hoje parece que sóbe a 70:000.<sup>191</sup> Obviamente que esse aumento da população advéncia trouxe alguns problemas para a capacidade dos socorros públicos que fora disponibilizada aos retirantes, por isso a afirmação do comissário Luiz Carlos Peixoto de que “tenho aproveitado todos os saccos de algodão, que tem vindo com cereaes, mandando convertel-os em roupas para os emigrante;” e mesmo assim, continua ele, “é força confessar que por si sós não satisfazem a nudez e o estado andrajoso d’elles.<sup>192</sup>”

Mas a emigração em larga escala, guardadas as proporções com o número de habitantes nos diferentes períodos, não é desconhecida da crônica histórica no Ceará. E mesmo a ocupação da capital por retirantes vem de um período mais recuado que 1877. Barão de Studart, após chamar a atenção para o fato de que a seca de 1824 trouxe muitos problemas, “não tanto pela falta de chuvas, que essas embora escassas não faltaram de todo, mas pela crise política e guerra civil que atravessou a Província,” bem como “pelas epidemias que a assolaram,<sup>193</sup>” expõe:

“Já em Officio de 1 de Setembro do dito anno o Presidente José Felix dizia ao Ministro do Imperio que a Provincia estava assolada por uma secca sem igual na memoria dos antigos, e Salles Berford ao assumir a administração implorava ao Rio soccorros urgentes para que não ficassem de todo aniquilada. Nesse seu Officio que é de 8 de fevereiro de 1826, escrevia Berford: ‘a cidade capital do Ceará apresenta um quadro tocante e desolador; as ruas estão apinhadas de um sem numero de mendigos, o palacio do governo e casas dos particulares abastados constantemente cercados desses miseraveis apresentando outras tantas imagens da morte. A miseria, a pobreza e a consternação em todos os pontos da provincia e o numero dos que tem succumbido é incalculavel.<sup>194</sup>”

<sup>191</sup> APEC Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Aracati. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 02. Offício da Comissão de Socorros da cidade de Aracati, em 07 de fevereiro de 1878, ao presidente da província João José Ferreira de Aguiar.

<sup>192</sup> APEC Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Aracati. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 02. Offício da Comissão de Socorros da Cidade de Aracati, em 15 de maio de 1878, ao Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros.

<sup>193</sup> STUDART, Guilherme. op. cit. p. 33.

<sup>194</sup> STUDART, Guilherme. op. cit pp.34-5.

A seca de 1877-79 também teve um agravante que, embora não se devendo desprezar sua intensidade do ponto de vista do impacto ecológico, ajuda a compreender a intensidade com que atingiu a população pobre do Ceará. Para a historiografia mais recente, é a desestruturação das relações de produção das elites do Norte do Brasil que faz com que elas não possam “cumprir com sua parte do pacto tradicional” e por isso, “no momento da ocorrência do fenômeno, abandona à sua própria sorte todos os agregados, trabalhadores e vizinhos pobres.<sup>195</sup>” Essa idéia parece plenamente correta, já que essa afirmação é compatível com o entendimento que a grande mortandade apresentada nessa seca se dá pela intensificação dos princípios liberais em todo o mundo a partir do século XIX.

Ao mesmo tempo, e na mesma medida, isso significa que cada vez mais o Estado é chamado a tomar para si as atribuições que as elites, no cumprimento do seu pacto tradicional, não estavam ou não queriam mais cumprir com os compromissos que anteriormente assumiam. Com certeza, as elites do Norte do Brasil, que estavam em franca decadência econômica – dizem alguns – e política – admitem todos –, a partir do século XVIII, souberam tirar proveito desses momentos de crise e, pelo menos no caso do Ceará, conseguiram reverter essa transferência de atribuição em um elemento a seu favor.

## Comissões

A administração pública enfrentou muitos problemas com o gerenciamento das verbas destinadas aos socorros públicos na seca de 1877-79, fosse pela amplitude de seu impacto, tanto na intensidade como na sua expansão geográfica, fosse pela dificuldade de fiscalização, seria compreensível o aparecimento de

---

<sup>195</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Palavras de Astúcia e Angústia: A Seca no imaginário nordestino – de problema a solução*. (1877-1922). Campinas: Unicamp, 1988, p. 111.

algumas irregularidades e corrupção. Mas a memória sobre essa seca destaca a corrupção como sendo generalizada e intensa em todos os níveis da administração dos recursos de socorros públicos. Os comissários, encarregados da organização e distribuição dos socorros, ficaram conhecidos na memória da seca como pessoas inescrupulosas que faziam de tudo para se beneficiarem do dinheiro destinado ao amparo dos retirantes. Ao mesmo tempo, também é criada a idéia de que pessoas completamente pobres conseguiram acumular fortuna e mesmo que alguns homens “de casaca e luvas de pelica” se locupletaram com as verbas enviadas para os retirantes.

Essas idéias são encontradas na crônica histórica, na literatura realista, nos discursos dos deputados gerais e senadores e, principalmente, na imprensa de oposição aos governos. A maior parte da historiografia tem se mostrado amplamente adepta desse pensamento e, mesmo não apresentando argumentos suficientemente documentados, o tem afirmado como coerente do ponto de vista histórico. Talvez a documentação da correspondência das comissões de socorros públicos com a presidência da província possa, juntamente com os outros tipos de fontes, ser mais precisa à compreensão do assunto e possa trazer uma base para uma melhor fundamentação dos argumentos apresentados. Nessa documentação aparecem desde os menores problemas, como a rotina administrativa nas diversas comissões, nos distritos e abarracamentos, bem como a orientação geral dada pelo governo da província na pessoa do seu presidente.

Abundam na imprensa da época acusações de corrupção das mais variadas, desde as generalizadas, em que nenhum nome é apontado, bem como todos são considerados corruptos, até àquelas em que são feitas acusações pontuais contra uma pessoa ou instituição. Assim, o jornal “O Retirante”, perguntando sobre as grandes despesas feitas no governo do presidente Caetano Estelita com as obras públicas, sugere imediatamente malversação. Não escapando aos comentários nem mesmo o caráter do presidente Estelita, “cuja honestidade, como incapacidade para governar, somos o primeiro á reconhecer,” afirma o articulista.

“Ouvimos dizer que se estava construindo açudes, cadeias etc, etc. O que é, porém, tristemente real é que acha-se prompto certo açude construído para logradouro publico, mas que só será útil ás terras de um figurão que se incumbio da obra; consta-nos estar em construcção certa cadeia que proporciona á outro personagem occasião de vender materiaes que tem accumulado;”<sup>196</sup>

Em todas as acusações que apareciam, principalmente na imprensa, faz-se necessário levar em conta o que Rodolfo Teófilo destaca; individualmente as pessoas se aproveitavam das desgraças para levarem às últimas conseqüências as suas desavenças políticas.<sup>197</sup> Dessa forma, se em um jornal há uma acusação a uma pessoa, em outro há uma defesa apresentando argumentos e fatos igualmente convincentes ao artigo anterior. E realmente não é de desprezar acusações generalizantes e sem fundamentos, assim como aquelas em que se dirigem diretamente a uma pessoa e que, posteriormente, chega-se a conclusão de que a imputação era, por engano ou má fé, incoerente. Os próprios membros do jornal “O Retirante” se viram em uma situação em que tiveram de admitir, publicamente, que haviam publicado uma matéria que, depois, tomaram conhecimento de ser inverídica.

Segundo os membros do jornal, uma senhora procurou ajuda na empresa funerária de Fortaleza a fim de sepultar dois filhos que haviam morrido de fome. Sabedores do caso, os membros do jornal O Retirante fizeram um artigo com o título “O Governo Assassinando?” no qual reclamavam que em uma cidade em que “os armazens regorgitam de generos alimenticios destinados por algumas almas caridosas á matar a fome de tantos de nossos irmãos,<sup>198</sup>” tal fato só acontecia devido a ganância dos que especulavam com a miséria de seus co-provincianos. Mas no número seguinte, em um artigo de retificação, afirmavam que uma mulher, “referido-nos entre fingido pranto a história de dous filhos que, dizia ella, haviam morrido á fome,” conseguiu enganá-los. Segundo eles, as pesquisas iniciais confirmaram a história da mulher e justificam: “Qualquer que

<sup>196</sup> (B.P.G.M.P.) O Retirante, 15 de julho de 1877, p. 01.

<sup>197</sup> TEÓFILO, Rodolfo Marcos. op. cit. pp. 225-6.

<sup>198</sup> (B.P.G.M.P.) O Retirante, 02 de julho de 1877, p. 01.

não tivesse o coração avesso ao infortunio do proximo, cahiria, como nós, na armadilha.<sup>199</sup>»

À exceção da confissão feita, esses casos eram comuns na imprensa. Em todo caso, também havia denúncias de irregularidades registradas pelos próprios documentos oficiais, nem sempre confirmados. Os membros da Comissão de Socorros Públicos da cidade de Granja, após informarem que tinham recebido uma partida de gêneros constante de 150 sacos, sendo 50 de arroz, 50 de milho e 50 de feijão e mais 16 fardos de carne, comentam que das 150 sacas achavam-se deterioradas, mais da metade de cada saca, “ 4 de arroz, 6 de feijão, 7 de milho, faltando na carne grande porção, e estando o milho arruinado em parte.” Por isso, “A Comissão vai cindicar do fiel do Armazem da Comp.<sup>a</sup> Maranhense, aonde forão depositados, d’onde partio o estravio, para poder informar a V. Ex.<sup>a</sup> com acerto, a fim de evitar-se a reprodução do furto.<sup>200</sup>” Nesse caso, a própria comissão percebeu as irregularidades e, além de ter assumido a responsabilidade de investigar, comunicou-as ao presidente da província.

Em Fortaleza, os membros da Comissão de Transportes por Mar recebem, em agosto de 1879, um officio da presidência da província pedindo explicações a respeito das reclamações feitas por membros das comissões de socorros públicos de Imperatriz e São Francisco sobre diferença de peso e medida dos gêneros enviados para lá e desembarcados no porto de Mundaú. Após afirmarem que os sacos de grãos saíram do deposito central da comissão com seus pesos rigorosamente conferidos, afirmava que não podem “acreditar e nem determinar a procedencia da diferença que ha entre a medida dos generos aqui embarcados e o recibo do commissario do governo encarregado dos socorros publicos em Mundaú” e menos ainda a incoerência entre os recibos assinados pelo agente das comissões, aceitando as entregas, e a reclamação da falta de peso que faz depois. Ainda alertam ao presidente que “Alguns commissarios e commissões, alem de não uzarem de medida aferidas, medem dando cogulo, mas

<sup>199</sup> (B.P.G.M.P.) O Retirante, 08 de julho de 1877, p. 04.

<sup>200</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Granja. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 14. Officio da Comissão de Socorros Públicos da Cidade de Granja, em 11 de junho de 1877, ao Presidente da Província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

esta comissão não se acha habilitada a afirmar que isso dê no Mundahu<sup>201</sup> e que tão semente podem garantir que as sacas saíram de Fortaleza com as quantidades corretas.

Esse problema de diferença entre a quantidade indicada nos recibos e a recebida pelas várias comissões, e mesmo da qualidade dos gêneros, motivou o maior número de reclamações durante a seca. Os comissários Antonio da Franca Alencar e Francisco Teófilo Andrade, da comissão de socorros públicos de Messejana, em fevereiro de 1880, ainda reclamavam que as partidas de gêneros a eles enviadas fossem “sempre acompanhadas de uma guia do encarregado de transporte por terra, guia pela qual se possa verificar a qualidade e quantidade dos gêneros remetidos,<sup>202</sup> o que efetivamente só tinha acontecido uma única vez. Ainda pedem esclarecimento se no peso das barricas de bacalhau estão incluídas as cascas de madeira, visto que na remessa em que receberam com guia verificou-se excesso de peso entre o declarado e o recebido. Nesse caso, mesmo não apresentando problema direto à comissão, a irregularidade foi informada à presidência da província somente para que não houvesse prejuízo ao serviço público.

Problema aparentemente irrelevante, diante da enormidade do serviço de socorros, que não foi desprezado por seus responsáveis nem mesmo no momento final da seca. Respondendo aos questionamentos feitos pela presidência da província, o comissário Francisco Ferreira Pimentel, da Comissão de Transportes por Terra, informa que, pelo menos, desde janeiro de 1880, todas as cargas despachadas pela comissão de transporte por terra “são sempre acompanhadas de uma guia especificando a qualidade e quantidade dos generos remetidos.” E quanto ao peso das barrica de bacalhau, mencionadas pela comissão de socorros

---

<sup>201</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1879-1880. Caixa 11. Ofício da Comissão de Transporte por Mar, em 16 de agosto de 1879, ao Presidente da Província José Júlio Albuquerque Barros.

<sup>202</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1879-1880. Caixa 11. Ofício da Comissão de Socorros Públicos de Messejana, em 10 de fevereiro de 1880, ao Presidente da Província José Júlio Albuquerque Barros.

públicos de Messejana, informa “que regulão cada uma 60 kilogramas peso liquido e nesta conformidade é que tenho remetido a sobredita Commissão.<sup>203</sup>”

Mas a comissão de socorros de Messejana, novamente científica a presidência em 3 de março de 1880, que mesmo tendo recebido o seu ofício de 21 de fevereiro, em que a presidência afirma ter ordenado à comissão de transporte que se enviassem as partidas de gênero devidamente acompanhadas com suas respectivas guias, essa prática não tem se dado e adianta: “naturalmente, não por culpa do honrado comissario, mas talvez do freteiro que não costuma trazer as partidas completas conforme V. Ex.<sup>a</sup> ordena a pedido d’esta commissão.” E para, com brevidade, ressaltar de novo a importância da fiscalização, afirma: “V. Ex.<sup>a</sup> melhor do que esta commissão compreende os inconveniente resultantes d’essas faltas e irregularidades para que mais uma vez as encareçamos.<sup>204</sup>” Ao que parece as comissões de socorros públicos não deixavam de tentar resolver as irregularidades que apareciam e sempre as comunicavam aos seus superiores imediatos.

Sem dúvida nenhuma a diferença de peso era o problema mais grave enfrentado no cotidiano das comissões, mas pela forma que era tratado, desde o início da seca, pode-se deduzir que não houve nenhuma conivência com essas irregularidades. Motivado pela reclamação do Comissário do 6º Distrito, José Luis de Souza, sobre diferença de peso dos gêneros que recebera, o presidente da província José Júlio pede explicações ao próprio Comissário Tesoureiro, João Cordeiro, sobre essas freqüentes reclamações. Em resposta, João Cordeiro alega que os grãos são recebidos e entregues em kilogramas e não em litros, como são pedidos pelos comissários domiciliários dos diversos distritos. E não sendo “facil achar uma proporção para reduzir os K á litros,” têm-se às vezes problemas com

<sup>203</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1879-1880. Caixa 11. Ofício da Comissão de Transporte por Terra, em 16 de fevereiro de 1880, ao Presidente da Província José Júlio Albuquerque Barros.

<sup>204</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1879-1880. Caixa 11. Ofício da Comissão de Socorros Públicos de Messejana, em 03 de setembro de 1880, ao Presidente da Província José Júlio Albuquerque Barros.

essas medidas e o “unico meio de regular isto é fazer-se as requisições em K e não em litros.”<sup>205</sup>

Certamente que essa operação poderia trazer alguma diferença, mas não pode ser responsabilizada por todos os problemas desse gênero. Contudo, pode ser utilizada para dar explicações que justificassem, muito habilmente, os reiterados problemas que apareciam. O presidente José Júlio então determinou que todos os pedidos e entregas fossem feitos em kilogramas, esperando com isso dar uniformidade e regularidade ao serviço de distribuição dos grãos. Já para o encarregado geral do depósito de viveres em Granja, Antonio de Andrade Lima, o principal motivo pelo qual ocorria essas diferenças era a falta de instrumentos adequados para verificar o peso dos gêneros alimentícios. Por isso, aproveitando o ensejo de prestar alguns esclarecimentos ao presidente José Júlio, usa a “ocazião para pedir a V. Ex.<sup>cia</sup> fornecimento de balanças, pezos e medidas, que sejam distribuidos por todos os armazens e abarracamentos porque a falta desses objectos tem sido a cauza de alguns prejuizos.”<sup>206</sup> Seja por um motivo ou por outro, o que parece claro é que esses problemas nunca eram negligenciados, sempre havendo uma tentativa de resolvê-los.

Não era raro as próprias comissões de socorros públicos identificarem as irregularidades e cientificarem à presidência da província o problema. A mesma comissão de socorros de Granja, ao receber uma partida de gêneros destinada ao distrito de Ubatuba comunica em ofício que das “75 saccas com 3:825 kilogramas dos quaes faltaram 158, como se verifica pela demonstração sob nº 2<sup>207</sup>” merece investigação para se saber do ocorrido. Após haver na imprensa um reclamação

<sup>205</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1879. Caixa 10. Ofício do Comissário Tesoureiro, em 03 de fevereiro de 1879, ao Presidente da Província José Júlio Albuquerque Barros.

<sup>206</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Granja. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 14. Ofício do Encarregado Geral do Depósito de Viveres da Cidade de Granja Antonio de Andrade de Pessoa Lima, em 16 de janeiro de 1879, ao Presidente da Província José Júlio Albuquerque Barros.

<sup>207</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Granja. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 14. Ofício da Comissão de Socorros Públicos da Cidade de Granja, em 08 de outubro de 1877, ao Presidente da Província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

geral sobre as compras que as comissões de socorros das várias cidades interioranas faziam aos comerciantes de suas praças, a comissão de socorros de Aracati expõe ao presidente da província:

“Esta Comissão tem a honra de participar a V. Ex.<sup>cia</sup> que os generos ultimamente enviados, por essa presidencia já se consumirão na destribuição dos socorros aos indigentes emigrados desta localidade, e de novo solicita a V. Ex.<sup>cia</sup> a remessa de viveres sufficientes para alimentação de um crescido numero de necessitados, afim de que esta commissão não se veja na contingencia de comprar a particulares e saccar, como tem feito por diversas vezes, sobre a thesouraria de Fazenda, alvitre de que tem lançado mão para occorrer as necessidades do momento. Já se elevando a mais de quarenta mil o numero de emigrados indigentes que existem nesta cidade, em taes circunstancias, torna-se de necessidade absoluta que esta commissão receba continuamente generos em quantidade sufficiente para socorros de tao grande numero de individous.<sup>208</sup>”

Tanto as reclamações aconteciam como, neste caso, a comissão assim se manifestava, porque alguns membros das comissões, escolhidos entre os cidadãos mais prestigiados de cada localidade, às vezes eram comerciantes que, na falta dos gêneros enviados pelo governo provincial, vendiam esses gêneros às comissões das quais faziam parte. É o caso, por exemplo, no Aracati, onde o comerciante Brunnschwweiler também fez parte, por algum tempo, da comissão de socorros. Em Granja, o tenente coronel João Batista de Carvalho e, em Jaguaribe Mirim, o capitão Antônio Raulino, também se encontravam nessa circunstância. Em Fortaleza, o próprio Comissário Tesoureiro, João Cordeiro, era um grande comerciante do Ceará. Assim como o membro da Comissão de Compras por Mar, John Mackee, também era um representante da Singler e C<sup>o</sup>, diga-se, uma das maiores casas comerciais que a Inglaterra implantou no Ceará na segunda metade do século XIX.

Nem por isso se deve pensar que a corrupção fosse fácil de esconder e, principalmente, acontecesse com a conivência das autoridades, como se vê em

<sup>208</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Aracati. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 02. Ofício da Comissão de Socorros Públicos da cidade de Aracati, em 14 de dezembro de 1877, ao Presidente da Província João José Ferreira de Aguiar.

muitas referências feitas nos jornais da época. Penosa e longa negociação empreenderam os membros da Comissão de Socorros Públicos de Jaguaribe Mirim com a presidência da província a fim de que uma conta feita ao capitão Antônio Raulino fosse paga. Segundo os membros da comissão, não entrando gêneros de socorros em Jaguaribe Mirim, enviados pela presidência, desde 15 de fevereiro a 7 de abril de 1879, salvo três partidas com vinte sacas cada durante esse mesmo período. A comissão se viu forçada, “nas mais apertadas circunstâncias de hir comprando ao Capitão Antonio Raulino Mourão algumas saccas de farinha, distribuindo com os indigentes chegando ao numero de cento e dois mil (102) saccas,” sendo de admirar que com “tão pouco sustentamos por tanto tempo tanto povo, que aqui se aglomerava, sem morrer ninguém de fome e de molestias muito poucos.”<sup>209</sup>

Mas o presidente da província, achando exorbitante o valor da farinha comprada, pede explicações mais detalhadas sobre as circunstâncias da compra, o valor e a distribuição dessa farinha. A contestação da presidência baseava-se na convicção de que cada saca de farinha deveria custar, na época da compra, entre treze a quatorze mil réis, ao passo que a comprada estava sendo cobrada a vinte mil réis. A comissão apressa-se em prestar tais esclarecimentos e dá detalhes sobre a necessidade da compra fazendo uma minuciosa prestação de contas desde quando assumiu até o momento dela, informa sobre as circunstância em que cada grupo de sacas foi distribuído e proclama a certeza que o presidente “não deixará de mandar pagar a conta de uma pessoa que nas mais apertadas circunstâncias nos proporcionou meios de salvar a vida de tanta gente.”<sup>210</sup>

Novamente o presidente da província manda informar a comissão que, por motivos já expostos em officio anterior – alto valor do produto e circunstâncias da compra – não fará o pagamento da dívida contraída pela comissão. Os membros da comissão uma vez mais, enviam outro officio, dessa vez em 5 de fevereiro de

---

<sup>209</sup> RIBEIRO, Valdir Uchoa. *Jaguaribe Minha Terra*. Op. cit., p. 145. Officio da Comissão de Socorros Públicos da Cidade de Jaguaribe Mirim, em 08 de abril de 1879, ao Presidente da Província José Júlio Albuquerque Barros.

<sup>210</sup> RIBEIRO, Valdir Uchoa. *Jaguaribe Minha Terra*. Op. cit., p. 164. Officio da Comissão de Socorros Públicos da cidade de Jaguaribe Mirim, em 25 de outubro de 1879, ao Presidente da Província José Júlio Albuquerque Barros.

1880, ratificando os bons propósitos de seus atos e justificando a compra devido ao “grande numero de indigentes a se acabarem de fome sem termos aqui o mais pequeno recurso do governo com que os pudesse salvar”. Continuando a pedir o pagamento da dívida, afirmam que acreditam na ordem de pagamento do presidente, mas “se V. Ex. não a mandar nos veremos na rigorosa necessidade de paga-la,” e acrescentam: “Acreditamos e confiamos que V. Ex. não nos sujeitará a tão grande onus alem do sacrificio que fazemos no desempenho de tão ardua tarefa, que somente ainda continua em tal cargo em atenção a V. Ex.”<sup>211</sup>

Essas seguidas exposições não foram suficientes para convencer o presidente da província a pagar a dívida contraída pela comissão, mas também não foram suficientes para fazer seus membros pararem de pedir o seu pagamento. Assim, a comissão, já em 15 de abril de 1880, mandava outro officio à presidência informando estar ciente de que o requerimento do pagamento da dívida, feito pelo próprio capitão Antonio Raulino ao governo, foi indeferido. Entre os motivos expostos pelo presidente para o não pagamento da dívida de dois contos e quarenta mil réis referentes a apenas duzentas e duas sacas de farinha, consta a divergência na conta apresentada pelo capitão e os membros da comissão, o que causa espanto entre os membros da comissão. Assim, eles afirmam terem cotejado a cópia da conta apresentada pelo capitão à presidência com a sua própria e não terem encontrado nenhuma incoerência ou divergência.

E continuam argumentando com notória contrariedade.

“Quanto a não termos autorização de V. Ex., é isto verdade, mas o que havíamos de fazer? Por tão pouco deixar o povo morrer de fome, abandonar os doentes, deixar a bexiga lavar?! Eramos não ser Comissarios, senão para as ladroeiras sem nos importarmos com humanidade e com V. Ex, a quem tambem servimos com dedicação. Alem disso, V. Ex. nos havia em seu officio Circular de 7 de março autorizado a comprar as sementes necessarias afim de ser distribuidas aos lavradores pobres. Não pudemos suppor que levasse a mal tomarmos uma autorização igual para salvar a vida de tanta gente nas circunstancias em que as nossas contas e recibos dos generos que recebemos provão cabalmente, não admitindo dúvida. Devemos ser

<sup>211</sup> RIBEIRO, Valdir Uchoa. *Jaguaribe Minha Terra*. Op. cit., p. 170. Officio da Comissão de Socorros Públicos da Cidade de Jaguaribe Mirim, em 05 de fevereiro de 1880, ao Presidente da Província José Júlio Albuquerque Barros.

prejudicados por esse serviço que prestamos? Ou o cap.<sup>am</sup> Mourão, que em nós confiou e no governo, cedendo a sua farinha por menos do que vendia e a hum anno está no desembolso? V. Ex. decidirá com rectidão e justiça, mas só podemos apresentar a verdade.<sup>212</sup>

E apesar de encerrarem o officio com uma prestação de contas das compras feitas aos particulares, o presidente da província encerra a negociação se negando a reconhecer e pagar a conta e, em observação feita a grafite no final do officio recebido, manda a secretaria guardá-lo para servir de base a uma outra resposta, caso o suplicante insistisse em mandar réplica.

Também acontecia de algumas irregularidades se darem por interesses locais e serem abertamente identificadas. Ao saber que a comissão de socorros públicos de Granja estava, em junho de 1877, vendendo os gêneros enviados com o intuito de prestar socorros aos retirantes em dinheiro, mediante trabalhos em obras públicas, o presidente Caetano Estelita afirma que a comissão entendeu mal as suas orientações. Em resposta ao seu officio os membros da comissão afirmam que “cumpre-nos dizer á V. Ex.<sup>a</sup> que a Commissão compreendeu perfeitamente o pensamento d’essa presidencia; mas recusa ante sua inexequibilidade.” Ao vender os gêneros “pelo melhor preço,” a comissão tinha a intenção de, segundo afirmam seus membros, evitar a dificuldade de encontrar “trabalhadores bons e bastante para o serviço do cemiterio.” Outro motivo alegado era “que finalmente (e é esta a razão por excellencia) não podia a commissão comprar material para obra, a custa de viveres, sem o material não poderia das começo à obra.<sup>213</sup>”

O presidente Caetano Estelita conseguiu demover a comissão desse propósito, sobretudo porque passou a enviar dinheiro para ser aplicado nos gastos com as obras públicas em Granja. Mas, já em julho, o juiz de direito Francisco Urbano não recebendo uma resposta da presidência sobre a autorização para fazer uma estrada, envia novo officio ao presidente Estelita informando que “não

<sup>212</sup> RIBEIRO, Valdir Uchoa. *Jaguaribe Minha Terra*. Op. cit., pp. 173-5. Officio da Comissão de Socorros Públicos da cidade de Jaguaribe Mirim, em 15 de abril de 1880, ao presidente da província José Júlio Albuquerque Barros.

<sup>213</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Granja. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 14. Officio da Comissão de Socorros Públicos de Granja, em 23 de julho de 1877, ao Presidente da Província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

tendo V. Ex.<sup>cia</sup> determinado que esses generos fossem applicados á estrada do Camossim á Viçosa, como suggeri no meu officio de 7 deste mez, parece me que devo proceder no sentido indicado” e completa com “sendo de mister o auxilio de algum dinheiro para melhor e mais rapido andamento do serviço projectado,”<sup>214</sup> sendo o seu orçamento de “um á dous contos de réis.” Esses direcionamentos forçados da aplicação dos recursos dos socorros públicos eram comuns e até tolerados pelos presidentes da província, desde que não se constituíssem como casos ilegais.

Mas não havia só irregularidades nessas comissões e, em um outro momento, percebe-se que seus membros procuravam cumprir as orientações recebidas da presidência da província. É o caso do comissário Luiz Carlos Peixoto, da comissão de socorros públicos de Aracati, que depois de informar ao presidente José Júlio, em junho de 1878, das mudanças feitas na organização dos socorros aos retirantes – seguindo o exemplo dado pelo próprio presidente que reorganizou os serviços dos socorros públicos em Fortaleza logo após sua posse –, afirma que: “fiz extinguir uma infinidade de enfermeiros de districtos, que recebem a gratificação de R\$ 60:000 mensaes cada um, montando a despeza total com elles em R\$ 70:000” e continua a explicar as suas medidas de racionamento deixando claro que, devido as facilidades com que eram liberadas, passou-se a economizar também “com as dietas que a esmo e com profusão lhes erão entregues, sem que as aos indigentes aproveitassem, cerca de R\$ 36:000:000.”<sup>215</sup> E isso, muito antes das medidas de contenção de despesas propostas pelo fiscal do tesouro nacional, Fábio Alexandrino, em 1879.

Com a entrada do terceiro ano de seca, passou a haver uma forte resistência na Corte, por parte de alguns deputados gerais, senadores e ministros, de envio de dinheiro para as províncias do Norte e, a partir desse princípio, foi

<sup>214</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Granja. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 14. Officio do Juiz de Direito da Comarca de Granja, em (o nº que identifica o dia está estraviado) de julho de 1877, ao Presidente da Província Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa.

<sup>215</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Offícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Aracati. Data-Limite: 1877-1878. Caixa 02. Officio da Comissão de Socorros Públicos da Cidade de Aracati, em 11 de junho de 1878, ao Presidente da Província José Júlio Albuquerque Barros.

iniciada uma onda generalizada de denúncias de corrupção, ou no mínimo de malversação, das verbas enviadas pelo governo geral e até mesmo de afirmação do fim da seca já no início de 1879.<sup>216</sup> Por isso o governo geral nomeou Alexandrino Quadros, funcionário da Alfândega da Corte, para chefiar uma comissão de fiscalização das verbas utilizadas para os socorros públicos. Luciara Aragão Frota ressalta que “Na fiscalização procedida por Fábio Alexandrino a escrituração do tesouro do Ceará estava em dia e os saldos que demonstrava foram encontrados e verificados nos cofres públicos,” mas foram encontradas algumas irregularidades como contratos firmados pela presidência ou comissões de socorros que não retornaram “ao presidente provincial para competente legalização,” obras gerais, não orçadas, provinciais e municipais feitas com o dinheiro de socorros públicos que deveria ser gasto somente com alimentação, agasalho e saúde dos retirantes – constituindo-se na maior irregularidade encontrada –, sistema de fiscalização falho etc.<sup>217</sup> Mesmo assim, essa autora é uma das que mais afirmam o caráter de corrupção dessas comissões. Parece importante lembrar que a responsabilidade com essas obras que utilizaram a verba dos socorros públicos é do próprio governo provincial e não de seus subalternos.

Após a sua fiscalização, Alexandrino propõe um novo sistema de fiscalização e licitação, algumas alterações na organização das comissões e o corte de vinte por cento nos gastos com a alimentação dos retirantes. Essa última medida, particularmente, desagradou a alguns comissários domiciliários – datando desse período vários ofícios com reclamações sobre o assunto e pedidos de exoneração –, e aborreceu deveres ao comissários e médico do 1º Distrito José Lourenço de Castro e Silva. Respondendo ao ofício do presidente José Júlio, que pedia que fosse observada a nova tabela de ração organizada pelo chefe da comissão do tesouro nacional, o comissário José Lourenço de Castro e Silva responde que para cumprir fielmente essas ordens seria necessário fazer um novo alistamento dos retirantes que levaria três dias para ser concluído, e como os

<sup>216</sup> FROTA, Luciara Silveira de Aragão. *Documentação Oral e a Temática da Seca*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1985, pp. 151-2.

<sup>217</sup> FROTA, Luciara Silveira de Aragão. op. cit. pp. 155-163.

gêneros do 1º Distrito estavam acabando naquele exato dia (10 de junho de 1879) “os indigentes teriam de soffrer fome quatro dias, pelo menos” e comenta: “Em segundo lugar acho uma crueldade supprimir-se rações á crianças menores de 2 annos, que em geral comem tanto quanto um adulto.” Por isso o comissário se nega a executar essa medida e com notória indignação continua:

“Acceitei a ardua tarefa de commissario por humanidade, e tenho desempenhado m.<sup>a</sup> missão com toda dedicação e todo meu empenho tem sido minorar os soffrimentos moraes e mattar a fome às infelizes victimas da secca. Ha tres annos vivo no meio dos infelizes como médico, e ha 10 mezes que sirvo de commissario em um dos maiores districtos desta Capital, *sou portanto, mais competente que o senhor chefe da comissão do thesouro p.<sup>a</sup> conhecer das necessidades dos indigente*, e ou mereço plena confiança do governo e neste caso seja-me concedido tudo quanto pedir para distribuir com os retirantes, ou não mereço e seja então punido. Nenhuma remuneração tenho recebido como commissario, nem mesmo os 60\$ mensaes para cavalgadura que toudos os mais percebem. Muitas vezes para poupar ao Estado tirei de meus filhos para socorrer ao necessitado. Acho-me extenuado e doente, rogo por tanto, á V. Ex.<sup>cia</sup> dispensar-me do meu cargo de commissario e bem assim do de medico do 1º Districto; pois não teria a coragem de assistir ao martyrio d’aqueles de quem tenho sido até hoje um amigo.<sup>218</sup>”

Esse pedido de exoneração, que ao contrário de outros não deixou nenhuma margem para que o presidente pedisse a sua anulação, deve não ter sido bem aceito por José Júlio, pois ao receber uma petição, feita pelos próprios retirantes, que o Dr. José Lourenço de Castro e Silva voltasse a ser comissário e médico do 1º distrito, redige um pedido ao médico para que volte a assumir os seus antigos cargos, mas, além de não aceitar o pedido presidencial, uma vez mais, deixa clara a sua total discordância com a nova política de contenção de gastos com a assistência aos retirantes afirmando: “não me é possível satisfazer ao pedido daqueles infelizes, pelas razões allegadas por mim a V. Ex.<sup>cia</sup><sup>219</sup>” Assim,

<sup>218</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1879. Caixa 10. Ofício do Comissário do 1º Distrito de Fortaleza, em 10 de junho de 1879, ao Presidente da Província José Júlio Albuquerque Barros.

<sup>219</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1879-1880. Caixa 11. Ofício do Dr. José Lourenço de Castro e Silva, em 08 de agosto de 1879, ao Presidente da Província José Júlio Albuquerque Barros.

um dos homens de maior prestígio no Ceará, envolvido na assistência dos retirantes, deixa de prestar seus serviços exatamente pelo que, para os defensores da contenção de gastos, era fundamental.

É interessante notar que juntamente com as idéias de miséria e morte, a corrupção é um dos principais elementos presentes na memória da seca de 1877-79. Talvez isso aconteça em contrapartida dessa seca ser o marco inicial de uma política sistemática de captação de recursos externos para o desenvolvimento de projetos de uma identidade regional nascente. Assim, em contraposição ao desejo das elites do Norte de terem o seu mercado em decadência alavancado com capitais de outras regiões do país, foi criada uma memória de que o dinheiro enviado em socorro às secas eram, na verdade, apropriado por interesses privados e não revertido para a causa pública de assistência aos pobres. Argumento que, talvez, seja válido para outros tempos históricos, não parece aplicável à seca de 1877-79 no Ceará. Claro que isso não implica dizer que não houve corrupção e, principalmente, irregularidades no serviço de assistência pública aos retirantes, mas implica afirmar que a aplicação da verba de socorros públicos, nessa seca e no Ceará, foi, na sua quase totalidade, apropriada em obras públicas de melhoria da infra-estrutura da província.

## Benefícios

De todos os assuntos abordados pelo presidente Faria Lemos em seu relatório, o mais pesaroso, sem dúvida, é o das finanças. É bastante significativo é perceber que quando demonstra a limitação das finanças em sua administração o faz exatamente nos melhoramentos públicos. Lamentando que o “estado precário das finanças provinciais, que todos os meus esforços não puderam melhorar” e o sentimento de justiça tenham-lhe detido os passos “que a vangloria e a irreflexão

poderiam ter levado até aos monumentos commemorativos de minha passagem pelos dominios do poder,” deixa claro as dificuldades da administração pública no período e recomenda: “Nas actuaes circunstancias da provincia será mais previdente a administração que resistir ao deslumbramento de todas os progressos onerosos, do que aquella que, deixando-se fascinar, consentir na sua realização.” Pedindo desculpas por tratar primeiro das finanças “com prejuizo talvez da ordem das materias e estylos admittidos,” afirma que essa inversão “serve apenas para indicar o grau de importancia, que sempre liguei á mais grave de todos as questões administrativas.<sup>220</sup>”

E os problemas financeiros da província estavam em um nível tão elevado que faz o presidente desabafar: “Sinto verdadeiro confrangimento, tocando neste assumpto, o mais grave e momentoso de quantos possam desafiar a attenção e accurado estudo de V. Exc. durante o tempo de sua administração.” Para Faria Lemos esse problema é causado pelos coletores provinciais que, “Por motivos de varias naturezas, mais ou menos ligados aos interesses politicos,” geralmente não apresentavam posses suficientes para ocupar o cargo em que estavam. E como esses contratos tinham sido feitos “sem previo exame e sem as necessarias cautelas”, infelizmente, “A hypotheca e a fiança, penhores constituídos pela lei contra a má fé dos responsaveis á fazenda, na maioria dos casos illusorias como a capacidade dos afiançados, não podiam satisfazer as exigencias de uma severa fiscalização.<sup>221</sup>”

Esse problema, que segundo Faria Lemos já vinha de longa data, teve a sua primeira tentativa de resolução quando em 1873 o presidente da província, Francisco de Assis Oliveira Maciel, tomou a providência de fazer a especialização das hipotecas dos coletores ou de seus fiadores. Mesmo assim os interesses da fazenda provincial não ficaram garantidos pela facilidade com que os responsáveis pelas dívidas iludiam os fiscais com avaliações exagerados dos imóveis, e até

---

<sup>220</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco de Faria Lemos Passou ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa a Administração da Província do Ceará em 10 de Janeiro de 1877, pp. 03 e 04.

<sup>221</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco de Faria Lemos Passou ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa a Administração da Província do Ceará em 10 de Janeiro de 1877, p. 08.

mesmo com títulos de propriedades que não possuíam. Lembrando de, através das ações judiciais, executar essas dívidas, teve novo embaraço porque não “havia na thesouraria nem um só livro, do qual constasse a escripturação da divida activa e passiva da provincia correspondente ao período que descrevo.” Por isso a dívida não podia ser imediatamente cobrada e “só mui lentamente podia ser praticada, em face de numerosísimos documentos de diferentes datas, confusamente atirados á poeira dos archivos.”

Diante de tão grande tarefa os inspetores da tesouraria provincial, anteriores ao mandato de João Severiano Ribeiro, não trataram de dar execução a este trabalho, mas o “digno inspector actual, a quem cabe a gloria de ter sido o primeiro a inicial-o executando-o por si mesmo e por alguns dos empregados que lhe são subordinados,” obteve o reconhecimento e apoio do presidente Faria Lemos, que o autorizou, em junho de 1876, a dar prioridade a esse trabalho sobre qualquer outro menos urgente e ainda mandou mais dois empregados da secretaria da presidência auxiliá-lo. Afirmando que seis meses não foram suficientes para o término desse trabalho, ressalta logo que “o serviço acha-se muito adiantado, podendo-se esperar que seja brevemente concluído, si a mesma constancia presidir a sua confecção.<sup>222</sup>” Além dessas ações, o presidente mandou instaurar inquérito sobre todos os coletores para que, conhecidos os que atentaram contra a fazenda pública, possam responder legalmente.

Além desse problema, como causa da decadência das finanças da província, “outras mais recentes existem” e são expostas para melhor serem combatidas pelo novo administrador. Trata-se de uma particular perspicácia de Faria Lemos em relação a continuidade de um projeto aformoseador de Fortaleza que tem na planta da cidade, parte integrante do Plano Diretor, feita por Adolfo Herbster em 1875, a sua expressão última.

“Cedendo ao desejo de melhorar as condições materiaes da provincia, e principalmente da Capital, que em todas as partes é o centro da divisão política, onde se consomem os tributos do suor do povo, alguns dos

<sup>222</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco de Faria Lemos Passou ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa a Administração da Província do Ceará em 10 de Janeiro de 1877, p. 09.

meus predecessores empenharam-se em obras mais ou menos dispendiosas, que si por um lado satisfazião necessidades reconhecidas, por outro diminuiam lentamente os recursos decrescentes do erario provincial. Mais de 800:000\$000 foram applicados á esse fim no decurso de poucos annos.<sup>223</sup>

Integrando esse projeto “de remodelação e aformoseamento,” como percebeu Sebastião Rogerio, “um conjunto diversificado de intervenções e reformas sanitárias – fragmentárias, mas sucessivas – também disseminou-se pela capital e população no final do século passado e por todo o período que compreende a Primeira República.<sup>224</sup>” Mas o que interessa nesta discussão, e neste momento, é ressaltar o custo desse projeto já em 1876 e a sua inserção no conjunto de “causas,” identificado pelo presidente Faria Lemos, da decadência das finanças provinciais. Essa “causa,” em particular, será resolvida com o uso do retirante como trabalhador, mantido exclusivamente com as verbas de socorros públicos, e de um total ínfimo – em comparação com as verbas do Estado – da caridade particular, e mesmo com o uso dessas verbas para a construção de diversas obras em toda a província. Outra dessas “causas” diz respeito ao recurso da administração pública, com a autorização da Assembléia Provincial, recorrer a empréstimos para satisfazer às suas dívidas, cujas finanças já não poderiam satisfazer e que a empurravam, cada vez mais, para um ciclo vicioso do qual nem mesmo Faria Lemos conseguiu escapar.

Faria Lemos identifica ainda outra causa dos problemas financeiros da administração provincial, expondo-a no que se poderia identificar como uma reclamação.

“Como si já não fossem encargos bastante pesados os empenhos próprios da provincia, a fiança do emprestimo de 300:000\$000 contrahido pela companhia cearense da via-ferrea de Baturité, veio

<sup>223</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco de Faria Lemos Passou ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa a Administração da Província do Ceará em 10 de Janeiro de 1877, p. 10.

<sup>224</sup> PONTE, Sebastião Rogerio. *Fortaleza Belle Épone*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf, 1993, p. 77.

tornal-os mais gravosos, substituindo a responsabilidade da devedora principal em todas as prestações até hoje realizadas.<sup>225</sup>

O fato de ser uma empresa privada e mesmo assim receber a fiança da administração provincial – e como afirma o presidente, ter todas as parcelas pagas pelo dinheiro público – é característica do século XIX no tratamento entre público e privado. A ferrovia, símbolo maior de progresso e civilidade para o Ceará, nasceu com a confessa intenção de ligar Fortaleza às zonas produtoras – no início, principalmente à serra de Baturité e, posteriormente à seca de 1877-79, à região do Cariri – e facilitar, o mais rápido possível, o desenvolvimento das relações comerciais. A companhia, que não estava nem mesmo pagando as parcelas do empréstimo inicial feito ao Banco do Brasil, afirmava ter dificuldades financeiras para dar continuidade ao prolongamento de sua via-férrea até Baturité e, depois de inaugurar uma seção em Pacatuba, paralisou as sua obras por falta de capitais.

Vale lembrar que esse empreendimento foi iniciado por comerciantes da província, e um estrangeiro, exatamente porque o poder público afirmava não possuir recursos para tal empreendimento. Benedito Genésio Ferreira, ao enumerar os motivos pelos quais a via-férrea havia sido construída, afirma:

“Entre os vários fatores (econômicos, políticos, administrativos, etc) que determinaram a implantação, construção e o desempenho das estradas de ferro, sobressai o fator climático, principalmente sob a forma de secas periódicas.<sup>226</sup>”

Mas os documentos que apresenta para basear a sua análise são exatamente os produzidos durante a seca de 1877-79. Ora, faz-se necessário entender que nesse momento, ao contrário do discurso ufanista da iniciativa privada no momento da constituição da companhia, a seca é apropriada como justificativa para dar continuidade a um projeto que enfrentava sérios problemas e não como seu real motivo. Assim como quando se afirmava que essa obra

---

(B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco de Faria Lemos Passou ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa a Administração da Província do Ceará em 10 de Janeiro de 1877, p. 10.

<sup>226</sup> FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité (1870-193)*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989, p. 51.

utilizaria os retirantes em seus trabalhos, estava-se pensando, prioritariamente, no uso de uma mão-de-obra barata e não em, efetivamente, prestar socorros aos retirantes, pois esses socorros poderiam – e pela constituição do Império do Brasil deveriam obrigatoriamente<sup>227</sup> – ser feitos sem a cobrança de trabalho aos assistidos. E mesmo nos documentos do período da seca é possível fazer essa leitura, desde que se atente para algumas especificidades, em parte, já postas em discussão.

O presidente Caetano Estelita, depois de expor pormenorizadamente os vários problema da Via-Férrea de Baturité e chamar a atenção para o fato da administração provincial já estar arcando com a principal dívida da companhia, afirma que o governo geral, ao encampar essa via-férrea, deve considerar as

“suas vantagens futuras, a influencia immensa que ella tem de exercer na vida economica da provincia, o desenvolvimento que tem de operar na produção agricola e no commercio, e os beneficios incalculaveis para sua população que necessita estar em contacto com o mercado de que provê suas necessidades.”<sup>228</sup>

E ainda chama a atenção para que, naquele momento, havia interesse provincial em ver a estrada de ferro prolongada até as “extremas” do Ceará, porque depois haveria um interesse geral, pois a via-férrea poderia “fazer parte do systema da viação, que no futuro se tiver de estabelecer, ligando ao Rio de Janeiro as províncias do Império.” Parece estar claro dois elementos principais nesse momento. O primeiro, seria o estancar de saídas das verbas provinciais e, o segundo, o interesse de facilitar o pleno desenvolvimento do mercado na província. Essa discussão não está posta somente nos documentos oficiais, muito embora eles sejam preciosos nesse sentido, mas aparece também, e até de forma clara, nos jornais da época. Claro, na maioria das vezes só é feita através dos

<sup>227</sup> HOUNIE, Emília Verônica Rosa Gantzer de. *De Retirante a Trabalhador: a grande seca de 1877-79 e a organização do mercado livre em Pernambuco*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1992, p. 74. Mimeo. (Dissertação de Mestrado)

<sup>228</sup> Fala com o Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 2ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembléa Provincial em 2 de julho de 1877, pp. 27-8.

discursos valorizadores da moral do trabalho e nas considerações que fazem sobre o caráter do sertanejo cearense.

Ao se compreender a seca como um dos principais elementos para a instalação da via-férrea de Baturité, abre-se a possibilidade para se compreender que se fez o seu prolongamento para dar socorros aos retirantes, quando foi exatamente o contrário, foi pela abundância da mão-de-obra, ou seja, pelo grande número de retirantes passíveis de serem coagidos para o trabalho que se fez esse prolongamento e a construção da via-férrea de Sobral. Obviamente essa estratégia não se limitou apenas às estradas de ferro, mas se estendeu a todas as obras realizadas nesse período. Agora, levando-se em conta que “A lei que definiu a nova política ferroviária em 1852 já ‘vedava expressamente a utilização do braço escravo no trabalhos da estrada’”<sup>229</sup> de ferro, então fica ainda mais evidente a importância da abundância dessa mão-de-obra.

Faz-se necessário, também, ressaltar que, ao contrário do que alguns documentos afirmam – sobretudo os jornais e as partes dos relatórios de presidentes de província em que há defesas genéricas da construção da estrada de ferro –, essas obras não empregaram grande número de retirantes, sendo bastante limitada a sua participação na ocupação deles, principalmente em relação aos outros trabalhos, não sendo correto afirmar que: “a retomada da construção da ferrovia passou a ser um dos principais meios de emprego de um contingente imenso de retirantes da seca que chegavam a Fortaleza, fugindo do sertão devastado, à procura de socorros materiais que garantissem a sobrevivência.”<sup>230</sup>

Vale lembrar que, na fala de novembro de 1878, o presidente José Júlio afirma, referindo-se a estrada de ferro de Baturité, que: “Em toda a linha o numero de operarios é de 1800, que com as pessoas de familias formam um total de 4,700. Para o serviço da alimentação desses operários, escolhidos dentre os

<sup>229</sup> HARDMAN, Foot e Leonardi, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 92.

<sup>230</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Os Trilhos do Progresso: episódios das lutas operárias na construção da Estrada de Ferro de Baturité. (1872-1926) In: *Trajetos*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, v. 1, nº 2, 2002, p. 85.

indigentes socorridos pelo Estado, expedi instruções em 31 de Agosto ultimo.<sup>231</sup>” E, pelo que se pode depreender do mesmo documento, a construção da via-férrea de Camocim a Sobral, por ainda estar na fase dos estudos técnicos, tem a sua efetiva construção em incipiente começo, não havendo referência sobre o pessoal utilizado.

Quanto ao número de retirantes na via-férrea de Baturité, o médico encarregado do tratamento dos doentes da segunda seção, exatamente naquela cidade, apresenta dados compatíveis com os apresentados pelo presidente José Júlio, já que em fevereiro de 1879 expõe que, “constando toda a secção de 6 abarracame<sup>to</sup>, que comportam para mais de 8000 pessoas,<sup>232</sup>” o estado sanitária não estaria “desanimador.” É preciso notar que o número de abarracados compõe-se dos trabalhadores e seus familiares e não apenas daqueles. Menos necessário é dizer que esses seis abarracamentos dizem respeito apenas aos que estão sob a responsabilidade da companhia férrea, existindo, obviamente, um número de retirantes infinitamente maior em todo o município. Nota-se, assim, que o aumento do número de retirantes nesse serviço subiu ao duplo, o que não representou um aumento real significativo, muito embora a notícia da existência desse trabalho tenha atraído um número crescente de pessoas para a região. Para se ter uma idéia da atração que essas obras causaram nos retirantes, basta notar que Rodolfo Teófilo afirma existir, às margens das estradas de ferro, cinqüenta mil retirantes abarracados.<sup>233</sup>

O presidente José Júlio, em seu relatório de 1880, não faz referência ao número de retirantes existente na obra da estrada de ferro de Baturité, mas curiosamente divulga uma tabela minuciosa sobre a estrada de ferro de Camocim à Sobral.

<sup>231</sup>Fala com o Excelentíssimo Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 1ª Sessão da 24ª Legislatura da Assembléia Provincial em 1 de novembro de 1878, p. 59.

<sup>232</sup>APEC etc, Caixa 02. Ofício do Dr. José Damião de Souza Mello, em 02 de fevereiro de 1879, Encarregado do Tratamento dos Indigentes da Segunda Seção da Estrada de Ferro de Baturité ao Presidente José Júlio de Albuquerque Barros.

<sup>233</sup>TEÓFILO, Rodolfo Marcos. Op. cit. p. 345.

1	ANNOS	MEZES	Nº de trabalhadores	Total dos dias de serviço	Nº de pessoas sustentadas
1878		Agosto	212	36821/3	795
		Setembro	627	84171/2	2205
		Outubro	917	176471/2	4195
		Novembro	1758	29798	8000
		Dezembro	2420	400761/2	8239
1879		Janeiro	2338	481441/2	8995
		Fevereiro	2766	522131/2	10200
		Março	3349	602871/2	11735
		Abril	3616	71503	13148
		Maio	3715	81483	14831
		Junho	3249	62434	13268
		Julho	3262	608701/2	14444
		Agosto	2859	64480	12447
		Setembro	2914	68229	12293
		Outubro	3065	73601	12649
		Novembro	3102	70510	11848
		Dezembro	3131	71283	10960
1880		Janeiro	3857	83172	14802
		Fevereiro	4297	72994	15371
		Março	4030	73705	15262
		Abril	3901	70258	14346

Fonte: Fala do Excelentíssimo Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª Sessão da 25ª Legislatura da Assembléia Provincial em 1º de julho de 1880, p. 49.

Como se pode constatar, o número de retirantes utilizados como trabalhadores nessa obra é compatível ao número utilizado, ainda em 1878, em Baturité, diferindo apenas quanto ao número de familiares admitidos como dependentes das despesas da companhia. Essa diferença é significativa e chega mesmo a espantar frente a racionalização explicitada na orientação da presidência da província. Mas, seja por mudança de mentalidade dos responsáveis pela administração dessa via-férrea ou seja por especificidades políticas da região, mesmo essa diferença não explicaria essa construção ferroviária como sendo por motivos de socorros públicos. O que se percebe nessas obras é uma outra racionalidade, alheia, principalmente, aos interesses dos retirantes. Porém, é inegável, e não é isso o que se pretende aqui, que essas obras envolveram um certo número de retirantes em seus trabalhos, mas, terminantemente, não é isso um socorro público.

Em todo caso, é preciso que se atente para o fato de que a encampação da via-férrea de Baturité, e a autorização para a construção da via-férrea de Camocim à Sobral – que posteriormente será chamada de Estrada de Ferro de Sobral –, se dá em um momento de generalização de obras “de melhorias para a província,” iniciadas desde a administração de Caetano Estelita, e sob o amplo desenvolvimento do discurso valorizador do trabalho. E esse momento nada mais

é do que o corolário de um pensamento que, como bem percebeu Sebastião Rogério, desenvolveu-se muito fortemente após a experiência do comércio algodoeiro na década de sessenta do século XIX.

“As imagens do progresso e do atraso foram, desde então, constantemente confrontadas. Se Fortaleza dependia de sua função comercial e se o contato com o mercado europeu tendia a se dinamizar, então a Cidade prescindia de novo porto, ferrovias, calçamentos e ordenação espacial. Tratava-se de estabelecer reformas, equipamentos e serviços urbanos que racionalizassem a circulação de mercadorias, transportes e pessoas.<sup>234</sup>”

Mas, esse projeto – como é possível constatar do que expõem os presidentes de província já citados – tinha sido praticamente paralisado antes do reconhecimento oficial da seca e, a partir dela, voltado a se desenvolver com toda força. É aí que se encontra um grande equívoco, em grande parte da historiografia do assunto, ao se afirmar a seca como empecilho para o desenvolvimento dos projetos de progresso e civilidade das elites cearenses. Mesmo alguns trabalhos mais recentes, que pretendem romper com essa falsa dualidade, ainda afirmam em um momento ou outro, seja por deslizes ou por falta de aprofundamento da questão, a seca como um momento que dificultou esse projeto. Mas é exatamente na seca de 1877-79 que se inaugura, e paulatinamente se vai afirmando cada vez com maiores recursos, o projeto de transferências do ônus da seca para setores e área externos à economia deficitária instaladas ao Nordeste do Brasil.<sup>235</sup>

É claro que, a partir da organização social existente na província, os efeitos da seca se fazem sentir em sua produção e tendem a alterar a sua organização, mas os resultados, mesmo na seca de 1877-79, não são tão arrasadores na produção comercial como se costuma propalar. É o que se pode constatar da análise do quadro abaixo.

<sup>234</sup> PONTES, Sebastião Rogério, op. cit. p. 78.

<sup>235</sup> Que pese as divergências, e mesmo a especificidade de cada obra e autor, há toda uma sólida produção historiográfica tematizando a organização das práticas discursivas e outras ações históricas dos setores das elites do que, contemporaneamente, é identificado como Nordeste. Cf: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Palavras de astúcia e de Angústia: a seca no imaginária nordestino de problema à solução. (1877-1988)* Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1988. Mimeo (Dissertação de Mestrado) NEVES, Frederico de Castro. *Imagens do Nordeste: a construção da memória regional*. Fortaleza: Secult, 1994. Entre outros.

Período Produto	1850-1855		1855-1860		1860-1865		1865-1870		1870-1875		1875-1880		1880-1885	
	Quant. Kg	Valor Oficial												
Café	5,0	3,6	2,9	0,4	8,0	6,0	2,9	,5	,7	0,3	6,9	8,2	6,8	2,1
Algodão	3,8	9,1	1,7	0,3	0,7	8,6	2,5	2,6	9,7	7,1	2,0	3,1	4,2	3,3
Açúcar	6,2	,2	3,7	1,2	8,5	,5	1,9	,3	8,6	,6	9,4	,6	5,0	,4
Borracha	,5	,9	,7	,5	,5	,9	,9	,7	,4	,5	,0	,0	,3	,1
Couros	,5	7,2	,9	7,5	,3	4,0	1,7	0,8	,5	1,5	9,7	8,0	,7	,1
Total	00,0	00,0	00,0	00,0	00,0	00,0	00,0	00,0	00,0	00,0	00,0	00,0	00,0	00,0

Fonte: Apud. LEMENHE, Maria Auxiliadora. As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonia. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991, p. 101.

Considerando-se que a seca anterior a de 1877-79 foi em 1845, e que a imediatamente posterior foi em 1888, verifica-se que durante todo o período, tratado pela estatística do quadro, só ocorreu uma seca, que foi de três anos consecutivos. É de fácil constatação que houve muitas oscilações na produção comercial do Ceará nos vários quinquênios catalogados, principalmente nos dois produtos mais importantes do comércio exportador. Nota-se que a seca é, entre outros, apenas um dos problemas enfrentados pela organização produtiva da província no século XIX. É evidente que, pela forma da organização social, os pobres são infinitas vezes mais atingidos que a produção comercial – sobretudo no século XIX em que a produção de subsistência e de exportação estavam bastante afastadas – e por isso mesmo dão maior visibilidade para esse desequilíbrio temporário.

Mesmo assim, como se pode verificar do quadro, no quinquênio correspondente aos três anos da seca, somente dois produtos tiveram queda na sua exportação. Trata-se de uma pequeníssima queda na borracha – claramente o produto mais insignificante da exportação – e uma vertiginosa queda no algodão – claramente o produto mais importante – na ordem de 53%. Constata-se que os demais produtos, entre eles o couro, o segundo produto mais importante, tiveram uma alta significativa. E mesmo com uma queda tão expressiva no algodão, não se poderia afirmar que houve a completa desorganização de sua produção. No

geral, percebe-se que a seca não desestruturou profundamente a produção exportadora da província, e na medida em que a produção comercial vai se estruturando em novas bases – entenda-se, princípios mais racionalizados, o que aconteceu na medida em que se aproximou do século XX e, principalmente, quando se avançou nele –, cada vez menos as secas vão interferindo no processo produtivo do Ceará e de toda região do semi-árido brasileiro. Claro deve estar que mesmo assim a fome não deixou de atingir os pobres dessa região nos períodos de secas.

Se a seca de 1877-79 não desorganizou a produção comercial da província como se costuma pensar, e se o seu maior impacto social, o desalojamento de milhares de sertanejos de suas residências e do seu espaço de subsistência, foi amplamente utilizado pelo Estado para dinamizar as obras de aformoseamento e, sobretudo, as obras de infra-estrutura da província, obtendo inclusive um enorme sucesso nos seus projetos, então não há razão de se entender a seca e os retirantes como elementos que tenham atrapalhado os projetos de civilidade das elites cearenses em fins do século XIX.

A documentação dessa seca tende, no geral, a criar uma imagem dos retirantes como pessoas resolutamente resistentes na aceitação dos novos preceitos de civilidade. Ao se aceitar essa imagem criada pela sociedade da época – a de que os retirantes formavam uma “turba de bárbaros” –, deixa-se de ver os retirantes incorporados aos projetos das elites – como trabalhadores, óbvio – e passa-se a vê-los excluídos da ordem urbana, não se percebendo nessa operação um mecanismo de ocultação da exploração do seu trabalho. Por isso os retirantes só aparecem nessa documentação como vítimas a serem “socorridas.”

Mas, com uma aguçada percepção, Frederico Neves direciona a sua análise para a situação dos retirantes e afirma.

“A beleza da cidade foi construída pelas ‘múmiás famintas’ e cada pedra do calçamento pode guardar um sofrimento inenarrável. São produtos do trabalho dos retirantes de 1877, apresentados, nos relatórios, como simples ‘melhoramentos públicos, resultantes da sêca’.”<sup>236</sup>

<sup>236</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretária de Cultura e Desporto, 2000, p. 31.

E para ressaltar a importância desses trabalhos, vale lembrar que o presidente Caetano Estelita, na sua fala à Assembléia Provincial em junho de 1877, já direcionando a ação pública para a exploração da mão-de-obra dos retirantes, ressalta que à exceção das cadeias de Fortaleza, Aracati, Crato, Sobral, Saboeiro, Icó, Quixeramobim e Canindé, que apresentavam alguma segurança, “as demais nem merecem essa denominação, como vereis da exposição do digno chefe de polícia que vos ministrará todas as informações sobre esse assumpto.” E mais adiante, dando a conhecer a falta de verbas para qualquer melhoramento, afirma: “Numa província, em que se pode dizer, tudo está por fazer, só com o emprego de largas sommas se poderá levar á execução obras de necessidade e proveito para ellas.”<sup>237</sup> As cadeias, ou o que ainda era mais comum no interior da província, as casas de câmara e cadeia, foram uma das obras mais realizadas durante a seca de 1877-79, às vezes somente com reparos, e na maioria das vezes com a própria construção.

André Frota de Oliveira relata, minuciosamente, as dificuldades encontradas pela edilidade de Granja – desde 1815, quando é formalizada documentalmente a intenção de se construir uma cadeia, até 1878 – para a obtenção de um bom prédio da municipalidade que servisse para este fim e afirma: “Tal motivo levou a Comissão de Socorros Públicos existente em Granja durante o período de 1877 a 1880, época em que a cruel seca assolava a província, a concluir uma sólida cadeia já principiada nos arrabaldes da cidade,” e continua a sua explicação esclarecendo que “o pavimento superior desse prédio (...) constituído de três salões, destinava-se à Câmara Municipal, aos trabalhos do júri, eleições e audiência dos diversos juizes.”<sup>238</sup> E para se ter idéia da importância dessa obra, o autor também ressalta que até a década de 1980 o prédio servia como cadeia, e como câmara até os tempos atuais.

---

<sup>237</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 2ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembléia Provincial em 2 de julho de 1877, pp. 11 e 22.

<sup>238</sup> OLIVEIRA, André Frota. *Quadros da História de Granja no século XIX*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1996, pp. 55-6.

O próprio presidente José Júlio destaca, na sua fala de 1880, que as “prisões da província foram consideravelmente melhoradas nos três últimos anos, tendo sido empregados na construção e reparo da maior parte d’ellas os indigentes socorridos pelo Estado.”<sup>239</sup> Claro que essas referências figuram apenas como um exemplo dos vários tipos de obras a que os retirantes foram submetidos e não pretendem encerrar a amplitude da experiência histórica por eles vivenciada, mas, ao contrário, pretendem exatamente servir como elemento capaz de fazer uma ponte entre o que usualmente é ocultado e a vastidão do que se pode conhecer.

O que importa, de fato, na análise do uso dos retirantes como mão-de-obra, ou antes, o que faz a sua preciosidade, são três características básicas. Primeiro, a economia da província ser quase que totalmente agrária, não apresentando os trabalhadores urbanos que os projetos de aformoseamentos necessitavam. Segundo, pela necessidade que a administração pública da província, com a sua crise financeira, tinha de baratear os custos dessas obras. E terceiro, pela conveniência para os abastados em ocupar um número tão grande de pobres densamente reunidos em um momento de extraordinário desequilíbrio das relações tradicionais. Essas razões parecem ter figurado no centro das preocupações no momento em que foram montadas as suas estratégias para enfrentar a seca de 1877-79. Claro, perpassando essas três características, havia o princípio valorizador do trabalho, o que fez desse momento uma importante experiência pedagógica para a submissão do sertanejo às novas bases de produção.

É necessário lembrar que, “Os governos provinciais, enquanto isso, lutavam com dívidas públicas que não mais podiam financiar,”<sup>240</sup> realidade compartilhada pelas províncias ao Nordeste do Brasil durante a década de setenta do século XIX. Mas com a seca, essa realidade, pelo menos no Ceará, foi substancialmente mudada. É de justiça dizer que o sucessor de Faria Lemos, o

<sup>239</sup> Fala do Excelentíssimo Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 1ª Sessão da 25ª Legislatura da Assembléia Provincial em 1º de julho de 1880, p. 7.

<sup>240</sup> DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 403.

presidente Caetano Estelita, segue a orientação deixada para a administração pública, e já no seu relatório de julho de 1877 afirma aos deputados provinciais que: “Achão-se afiançados todos os collectores, encarregados no interior da provincia da arrecadação das rendas geraes,<sup>241</sup>” exceção única feita aos coletores dos municípios de Santa Quitéria e Paracuru, Manoel Felino de Mesquita e José Teles de Carvalho, os quais receberam prazo improrrogáveis para a sua habilitação, sem a qual perderiam os empregos.

Ainda assim a situação da administração provincial era bastante difícil e o presidente Caetano Estelita, em julho de 1877, como o seu antecessor não havia conseguido efetivar, pede autorização à Assembléia Provincial para contrair um empréstimo de duzentos contos de réis e emitir apólices até o mesmo valor para o pagamento da dívida passiva da provincia.<sup>242</sup> Mas já em seu relatório de novembro de 1877, Caetano Estelita comunica que não precisou utilizar a autorização dada pela assembléia para contrair a dívida, e da autorização da emissão de apólices só o fez até quatorze contos de réis.

A explicação dada por Estelita mistura efeitos de racionalização administrativa – em menor escala, ao que se pode perceber – e, claro, impactos da seca na economia da administração pública.

“Desta singela exposição vê V. Exc. que é para considerar satisfactorio o estado financeiro da provincia, para o qual tem contribuido não só a bôa fiscalização das rendas e a mais severa economia nos dispendios com os diversos serviços, como ainda a crescida importação de artigos sujeitos a impostos provinciais, ao crescido numero de rezes mortas para o consumo, á maior importação<sup>243</sup> de escravos, e finalmente, aos emolumentos das patentes e reduções provinciais do orçamento

<sup>241</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 2ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembléia Provincial em 2 de julho de 1877, pp. 24-5.

<sup>242</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 2ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembléia Provincial em 2 de julho de 1877, pp. 30-1.

<sup>243</sup> Quando o texto apresenta “importação de escravos,” deve-se compreender **exportação de escravos**, já que, como é largamente sabido pelo conhecimento historiográfico, o tráfico interprovincial, que foi dinamizado com a seca de 1877-79, funcionava com a saída de escravos das províncias do Norte rumo às do Sul. Mais adiante, na inserção citada do relatório do presidente José Júlio de Albuquerque, essa explicação será confirmada.

ultimamente votado, cujas disposições começaram a ter execução desde 11 de setembro, com relação ao orçamento em vigor.<sup>244</sup>

Se em tão pouco tempo as finanças da província estavam melhorando, durante todo período da seca essa tendência se confirmaria de forma muito clara. E para se entender melhor esse resultado, é bom visualizar a explicação dada já pelo presidente José Júlio em novembro de 1878. Segundo ele, o trabalho de escrituração para se conhecer os devedores da dívida ativa da província havia sido concluído e trazido benefícios para a administração.

“E a Companhia Cearense da via-férrea de Baturité acha-se a dever á provincia 118:162\$211, cuja responsabilidade passou ao Estado por efeito do resgate operado pelo Decreto de 1º de junho ultimo. Esta divida, graças a tão grande beneficio do Governo Imperial, tornou-se um dos principaes recursos, com que a provincia poderá fazer face aos compromissos, que os annos de abundancia legaram aos annos de penuria.<sup>245</sup>”

Bem se poderia inverter o discurso do presidente provincial e afirmar que era exatamente um tributo dos “anos de penúria” para os anos de “abundância”. Mas, por força da coerência histórica, faz-se necessário afirmar que, mesmo com essa tendência de melhora, o presidente José Júlio ressalta que mesmo quando o governo geral repassasse essa verba, ainda assim “não deixariam de ser muito críticas as circunstancias financeiras da província, desde que a seca estancou as fontes de receita, e as despesas não se podem restringir proporcionalmente.” Contudo, o caminho já estava bem delineado para que, em sua fala de julho de 1880, o mesmo presidente afirmasse:

“Não é provavel que a receita arrecadada do exercicio seja inferior á orçada, porque, si por um lado, se prevê a diminuição da renda da importação dos § 2, 31 e 32 do art. 1º do orçamento vigente, bem como da renda do imposto da exportação de escravos, por outro lado, já é

<sup>244</sup> (B.P.G.M.P.) Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa Passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar em 23 de Novembro de 1877, pp. 32-3.

<sup>245</sup> Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará. Abriu a 1ª Sessão da 24ª Legislatura da Assembléia Provincial em 1º de Novembro de 1878, p. 63.

conhecido consideravel augmento dos dizimos e espera-se, com bom fundamento, na exportação do algodão e da borracha.<sup>246</sup>

Mesmo assim, caso o revés acontecesse, o governo dispunha como recurso “o saldo do exercicio de 1879, do qual existe recolhido no thesouro 104:639\$537 réis”. Não parece absurdo afirmar que os três anos da seca de 1877-79 foram os mais prósperos da década para o desenvolvimento das classes dominantes da província cearense, não devido à corrupção, como afirma a historiografia sobre as secas, mas pela forma com que o mercado se apropriou das relações do sistema de socorros públicos durante esse período. Por isso, não parece que a enorme quantidade de dinheiro gasto tenha sido posto a serviço de um real sistema de socorros públicos que procurasse minimizar, ou reduzir, o número de pessoas que, potencialmente, pudessem morrer com a fome e com as doenças que grassaram naquele momento.

---

<sup>246</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 1ª Sessão da 25ª Legislatura da Assembléia Provincial em 1º de julho de 1880, pp. 42-3.

## Considerações Finais

As secas, que no século XIX eram consideradas, por diversos setores sociais, como castigos de Deus, podem, sem sobras de dúvidas, ser consideradas como bênçãos por um restrito grupo social. Em um momento em que se buscava, a todo custo, inculcar hábitos de valorização do trabalho nos homens pobres e livres, a seca funcionou como um poderoso mecanismo de coerção desses indivíduos que, pela condição social em que se encontravam, não tiveram alternativas concretas de negação total desse projeto. Claro, utilizaram todos os meios ao seu alcance para se oporem a essa imposição, mas sempre no campo e nas regras que já não puderam alterar. Isso não significa, do ponto de vista histórico, que tenham sido menos rebeldes ou tenham aceitado as regras do jogo – elas não foram aceitas, foram impostas –, mas apenas que agiram conforme a sua cultura e no campo do possível.

Os retirantes, por seu turno, ao migrarem para as cidades, e especialmente para a capital, entrando no espaço urbano e civilizado, forçaram – não do ponto de vista de uma organização reivindicatória, mas apenas com o impacto de sua reunião – a tomada de soluções por parte do poder constituído. Frederico Neves capta bem esse jogo político como um “eloqüente e apaixonado discurso”.

“A aglomeração de pessoas à espera de solução é o principal argumento e, ao mesmo tempo, mais poderoso meio de pressão que os retirantes trazem para o cenário da ‘negociação’; e a fome – ou perspectiva de passar fome – é a motivação essencial. O crescente volume da multidão constitui uma pressão irresistível, que precisa ser neutralizada antes que a revolta tome conta dos espíritos, outrora pacíficos e conformados, dos homens do campo. É preciso responder aos argumentos<sup>1</sup>”.

---

<sup>1</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2000, p. 10.

Mesmo tendo sido desqualificados na memória, os retirantes foram agentes importantes nesse processo histórico, não como autônomos e nem fora do contexto de dominação pelo qual passaram, mas como sujeitos históricos que constróem as suas realidades no seu dia-a-dia. Se o trabalho lhes foi imposto como forma de disciplinarização, o “fazer corpo mole”, a “submissão fingida” e, por vezes, o conflito direto foram a resposta. E não foram poucas, e nem sem importância, as reclamações dos comissários, dos encarregados dos trabalhos, dos comissários pagadores etc, sobre o comportamento dos retirantes. Ora, era necessário arbitrar gratificação, pela recusa implícita, através da vagarosidade no trabalho, ou explícita, com a recusa direta de trabalhar, para estimulá-los, ora era necessário chamar praças da cavalaria para reprimi-los, pelas revoltas que faziam.

Contudo, a estratégia de dominação adotada teve excelentes resultados para o poder constituído e conseguiu sempre manter a ordem pública a salvo de qualquer abalo social. Se houve a contrapartida da dominação, nem por isso se pode negar que a estratégia das classes dominantes tenha sido bem sucedida no seu sentido principal. A seca de 1877-80, ao ter proporcionado a reunião no espaço urbano de milhares de pobres e livres, constituiu-se em uma experiência pedagógica importante na construção de um sentido positivo para o trabalho. E por ter se pautado em relações totalmente diferenciadas das que estavam acostumados, o trabalho feito pelos retirantes nas estradas de ferro, como quase todo o serviço feito no período da seca, teve que ter uma maior coerção para ser desenvolvido.

“Ainda não estão no todo habilitados os operarios á especialidades dos trabalhos, e isto constitue certamente um embaraço para a marcha mais acelerada d’elles. Todavia muito já tem conseguido o digno engenheiro em chefe com o seu provado zelo e actividade<sup>2</sup>”.

---

<sup>2</sup> (B.P.G.M.P.) Fala com que o Excelentíssimo Sr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 1ª Sessão da 25ª Legislatura da Assembléa Provincial em 1º de julho de 1880, p. 59.

Ivone Barbosa destaca a importância do sentido social do trabalho dos retirantes quando analisa a perspicácia da concepção que Domingos Olímpio passa no seu romance “Luzia-Homem”.

“É a partir da referência do trabalho que a multidão, em Domingos Olímpio, foi sendo discriminada em várias categorias e ganha fisionomia. Olhando essa multidão com um olhar urbano, refere-se aos sertanejos como ‘multidões de operários’, ‘legiões de operários ou retirantes operários’, já supondo o deslocamento e a ruptura com a condição camponesa que a ‘retirada’ do sertão proporciona para, a seguir, discriminá-los por sua ‘nova’ inserção nas atividades e tarefas que executam na obra pública”.

E continua para deixar ainda mais clara a percepção privilegiada do autor sobre o trabalho dos retirantes e a sua importância para a dominação deles.

“Apesar de demonstrar uma visão ‘moderna’ do trabalho assalariado, pois, ao qualificá-lo de emulativo está lhe atribuindo um valor intrínseco, Domingos Olímpio não deixa de associá-lo também ao trabalho escravo, quando diz que, vendo ‘o formigueiro de retirantes’ num ‘incessante vai e vem de figuras pitorescas, esqueléticas, pacientes...’ recordam ‘os heróicos povos cativos, erguendo monumentos imortais ao vencedor<sup>3</sup>”.

De fato, os retirantes foram utilizados na construção dos principais símbolos de civilidade da província no final do século XIX, e ao serem desqualificados pelo discurso da concepção liberal, que via nas condições dos retirantes uma negação de suas aspirações, tiveram a sua participação mais importante apagada da memória histórica predominante. Ao ser exposta, com insistência, a miséria dos retirantes, a riqueza do seu trabalho foi omitida, reservando-se para eles a negação de sua importância social.

---

<sup>3</sup> BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum. Sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000, p. 178.

## Fontes

### **Na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel em Fortaleza:**

#### Setor de Micro-filmagem

Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco de Faria Lemos Passou ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa a Administração da Província do Ceará em 10 de Janeiro de 1877.

Fala com que o Excelentíssimo Sr. Dr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 2ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembléia Provincial em 2 de julho de 1877.

Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa Passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar em 23 de novembro de 1877.

Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira da Aguiar Passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 3º Vice-Presidente, em 22 de fevereiro de 1878.

Fala com que o Excelentíssimo Sr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 1ª Sessão da 24ª Legislatura da Assembléia Provincial em 1º de novembro de 1878.

Fala com que o Excelentíssimo Sr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, Abriu a 1ª Sessão da 25ª Legislatura da Assembléia Provincial em 1º de julho de 1880.

Jornal Cearense 1877-1879 e 1880

Jornal O Retirante 1877

Jornal A Ordem (de Baturité) 1879-1880

### **No Arquivo Público do Estado do Ceará em Fortaleza:**

Registro de Minutas de ofícios da Presidência da Província do Ceará, dirigidos ao Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império, ao Ministro da Justiça, ao Ministro da Marinha, ao Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ao Ministro da Fazenda. Livro 121-B. Período: 1877.

Registro de Ofícios da Presidência da Província do Ceará, contendo nomeações, abertura de créditos extraordinários, demissão de coletores das rendas provinciais, estatuto da Associação Tipográfica Cearense, Presidente Sr. Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa. Livro 133-B. Período 1877.

Livro de Avisos do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao Presidente da Província do Ceará. Nº 30. Data Limite: 1846-1877.

Livro de Avisos do Ministro dos Negócios da Fazenda, Comércio e Obras Públicas ao Presidente da Província do Ceará. Nº 06. Data Limite: 1846-1880.

Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Fortaleza. Data-Limite: 1877-1880. Caixas 6, 7, 8, 9, 10 e 11.

Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Aracati. Data-Limite: 1877-1879. Caixa 2.

Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Baturité. Data-Limite: 1877-1879. Caixa 3.

Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Barbalha. Data-Limite: 1877. Caixa 3.

Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Sub-série: Seca. Município: Granja. Data-Limite: 1877-1880. Caixa 14.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. "Palavras que Calcinam, Palavras que Dominam: a invenção da seca do Nordeste." *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco-Zero, v. 14, nº 28, 1994, pp. 111-120.
- ALEGRE, Maria Sylvia Porto. "Vaqueiros, Agricultores, Artesãos: origens do trabalho livre no Ceará colonial." *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: UFC, v. 20/21, n.º 1/2, 1989/1990, pp. 1-29.
- \_\_\_\_\_. "Fome de Braços, Questão Nacional: notas sobre o trabalho livre no Nordeste no século XIX." *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: UFC, v. 16/17, n.º 1/2, 1985/1986, pp. 105-42.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum. Sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.
- BARREIRO, José Carlos. "Instituições, Trabalho e Luta de Classes no Brasil do Século XIX." *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco-Zero, v. 7, n.º 14, 1987, pp. 131-41.
- BATALHA, Cláudio H. M. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos César de.(org.) *Historiografia em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 145-58.
- BEZERRA, José Tanízio Vieira. *Quando a Ambição Vira Projeto: Fortaleza, entre o progresso e o caos (1846/1879)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2000, p. 161. Mimeo. (Dissertação de Mestrado)
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.
- CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. "Os Trilhos do Progresso: episódios das lutas operárias na consrução da Estrada de Ferro de Baturité (1872-1926)." *Trajetos*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, v. 1, nº 2, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

- CHAUÍ, Marilena & FRANCO, M. Sylvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea; Paz e Terra, 1985.
- CHAVES, José Olivenor Souza. *Fortaleza e os Retirantes da Seca de 1877-1879: o real de um imaginário dominante*. Recife: UFPE, 1995. Mimeo. (Dissertação de mestrado)
- DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DECCA, Edgar Salvadori de. *O Nascimento das Fábricas*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- \_\_\_\_\_. "A Ciência da Produção: fábrica despolitizada." *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco-Zero, v. 3, nº 6 1983, pp. 47-79.
- \_\_\_\_\_. Rebelião e Revolução na História Social. In: BRESCIANI, M.ª. Stela M. *Jogos da Política: imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH/Marco-Zero, 1992, pp. 13-49.
- FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité (1877-1930)*. Fortaleza: Edições UFC/Stylus, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 2ª ed. São Paulo: Loyla, 1996.
- FROTA, Luciara Silveira de Aragão. *Documentação Oral e a Temática da Seca*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1985.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 6ª Ed. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.
- GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Pequena História do Ceará*. 2ª ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1962.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da Conquista à Implantação dos Primeiros Núcleos Urbanos na Capitania do Siará Grande. In: SOUZA, Simone de. *História do Ceará*. 2ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994, pp. 25-44.
- GOMES, Ângela M. de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais, 1988.

- HALL, Michael M. & STOLCKE, Verena. "A Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de Café de São Paulo." *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco-Zero, n.º 6, 1993, pp. 80-120.
- HARDMAN, F. Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.
- HAUPT, Geoges. "Por que a História do Movimento Operário?" *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco-Zero, v. 5, n.º 10, 1985, pp. 208-31.
- HOUNIE, Emília Verônica Rosa Gantzer de. *De Retirante a Trabalhador: a grande seca de 1877-79 e a organização do mercado livre em Pernambuco*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1992, p. 74. Mimeo. (Dissertação de Mestrado)
- IGNATIEFF, Michael. "Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: um balanço crítico." *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco-Zero, v. 7, n.º 14, 1987, pp.185-93.
- LEITE, Ana Cristina. *O Algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850-1880)*. Fortaleza: SECULT, 1994.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonia*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. "A Economia Pastoril e as Vilas Coloniais no Ceará." *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: UFC, v. 20/21, n.º 1/2, 1981/1982, pp. 21-49.
- MARSON, Adalberto. Lugar e Identidade na Historiografia de Movimentos Sociais. In: BRESCIANI, M.ª. Stela M. *Jogos da Política: imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH/Marco-Zero, 1992, pp. 31-49.
- MENTENEGRO, F. Abelardo. *História do Cangaceirismo no Ceará*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1980.
- NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- 
- \_\_\_\_\_. *Imagens do Nordeste: a construção da memória regional*. Fortaleza: Secult, 1994.

- \_\_\_\_\_. "Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932)." *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco-Zero, v. 15, n.º 29, 1995, pp.93-122.
- \_\_\_\_\_. "Economia Moral Versos Moral Econômica. (ou: o que é economicamente correto para os pobres?)" *Projeto História*. São Paulo: n.º 16, 1998.
- OLIVEIRA, André Frota. *Quadros da História de Granja no século XIX*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1996.
- PAOLI, Maria Célia. Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José S. Leite.(org.) *Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo: Marco Zero, 1987, pp. 129-49.
- \_\_\_\_\_. "Pensando a Classe Operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico." *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco-Zero, 1987.
- PARENTE, Francisco Josênio Camelo. O Movimento Operário Cearense na Primeira República. In: SOUZA, Simone de. *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994, pp. 347-58.
- PERROT, Michele. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- PINHEIRO, Francisco José. *A Organização do Mercado de Trabalho no Ceará. (1850-1880)* Recife: UFPE, 1990. Mimeo. (Dissertação de mestrado)
- PONTE, Sebastião R. de Barros da. A Legião Cearense do Trabalho. In: SOUZA, Simone de. *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994, pp. 371-88.
- \_\_\_\_\_. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social. (1860-1930)* Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora LTDA, 1993.
- RAMOS, Xislei Araújo. *Por Trás de Toda Fuga Nem Sempre há um Crime: o recrutamento "a laço" e os limites da ordem no Ceará.(1850-1875)* Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2003.

- RIBEIRO, Valdir Uchoa. *Jaguaribe Minha Terra: Documentos da Vila*. Fortaleza: Celigráfica, 2000.
- SILVA, Jeovah Lucas da. "Retirante e Trabalho: a seca de 1877-79 e o ideário de civilidade no Ceará." *Revista Ágora*. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul/ Rio Grande do Sul, v. 7, nº 1, pp. 109-122, 2002.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.
- SOUZA, Simone de. & OLIVEIRA, Assis S. *O Movimento Operário Cearense na 1ª. República*. Fortaleza: NUDOC/UFC, [s. d.].
- STUDART, Guilherme. *Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará*. ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Patologia Histórica Brasileira: documentos para a história da pestilência da bicha ou males*. ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Datas e Fatos para a História do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Studart, 1896. (Reeditado do original em offset para o Instituto do Ceará em 1973.)
- TEÓFILO, Rodolfo Marcos. *História da Seca do Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.
- TEÓFILO, Rodolfo Marcos. *Varíola e Vacinação no Ceará*. ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A Fome/ Violação*. Rio de Janeiro: José Olympio, Fortaleza: Academia cearense de Letras, 1979.
- THOMPSON, E. Palmer. *A Formação da Classe Operário Inglesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. I, II e III, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.